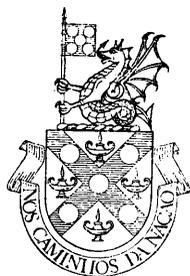

NAÇÃO E DEFESA



ANO XIV — N.º 51 — JULHO - SETEMBRO DE 1989
(Publicação Trimestral)

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL — PORTUGAL

DIRECTOR

General PELÁGIO MANUEL DE ABREU CASTELO BRANCO
Director do Instituto da Defesa Nacional

Comissão de Redacção

**Professor Rocha Trindade, Capitão-de-mar-e-guerra Virgílio de Carvalho,
Coronel Silva Carvalho (Presidente), Professor Marques Guedes,
Dr. Marques dos Santos, Major Erico M. B. Capela (Secretário).**

Propriedade, Redacção e Administração

INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL
Calçada das Necessidades, 5 — 1300 LISBOA

ISSN 0870-757X

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

Por número (num mínimo de quatro)	120\$00
Preço de venda avulso	150\$00

EDITORIAL	5
A PROBLEMÁTICA DA DROGA — UMA PERSPECTIVA DE DEFESA NACIONAL	13
<i>Maria Luís Souto de Figueiredo</i>	
A EVOLUÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES NACIONAIS	33
<i>Raul Bordalo Junqueiro</i>	
UMA ABORDAGEM À COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NA SECTOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL PARA FINS ESPECIAIS	51
<i>Costa Neves</i>	
A ESTRATÉGIA NO TEMPO DOS DESCOBRIMENTOS	71
<i>Virgílio de Carvalho</i>	
MODERNA TEORIA DO CONFLITO E DA VIOLÊNCIA CONCORRENTES PARA O ESCLARECIMENTO DA FENOMOLOGIA DA DEFESA	85
<i>Joaquim J. B. Romero</i>	
A REVITALIZAÇÃO DA UNIÃO DA EUROPA OCIDENTAL E A RELAÇÃO TRANSATLANTICA	107
<i>Tenente-coronel Luís Valença Pinto</i>	
A DEFESA NO MUNDO	129

EDITORIAL

EDITORIAL

Duas ocorrências, recentemente testemunhadas, serão susceptíveis de produzir futuras modificações comportamentais e de posturas no seio das Forças Armadas e justificam adequada meditação, quiçá uma atitude interventora, onde quer que a consciência e o dever o aconselhem.

Foram elas a ordenação do Bispo Auxiliar do Patriarca de Lisboa, a ser Vigário-Geral Castrense e chefe do Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas, em dedicação plena, num inédito que honra os militares, que os distingue e lhes concede paridade de direitos merecidos; e, antes desta, a legislação já produzida e ainda a publicar, no tocante à Condição Militar, tendo em conta os enquadramentos vivenciais que daí decorrem.

São factos aparentemente desligados. Mas são-no, unicamente, até ao ponto e na medida em que as nossas mentes os não quiserem integrar, relacionando as respectivas envolventes.

Infelizmente, funcionamos em constante preguiça reflexiva, num viver em que o pragmatismo humano nos faz correr mais para o fácil que se vê, ao invés de nos preocuparmos com a complexidade daquilo que não se distingue de imediato.

Ficamo-nos, geralmente, no visível ou mais material, evitando perder tempo, assim julgamos, com a descoberta dos fundamentos principais que levam tempo a atingir.

O aprendizado mecanicista constitui opção vulgar e frequente, talvez por se não sentir necessidade de aprofundar o pensamento ou porque não haja sensibilidade, ou idade já, para estudar o que se afigura, eventualmente, marginal.

Debrucemo-nos sobre o tema do estatuto dos militares das Forças Armadas, cuja lei de bases caracteriza a condição militar, nomeadamente:

*«Pela subordinação ao interesse nacional;
Pela permanente disponibilidade para lutar em defesa da Pátria, se necessário com o sacrifício da própria vida;
Pela permanente disponibilidade para o serviço, ainda que com sacrifício dos interesses pessoais;
Pela restrição, constitucionalmente prevista, do exercício de alguns direitos e liberdades;
Pela adopção, em todas as situações, de uma conduta conforme com a ética militar, por forma a contribuir para o prestígio e valorização moral das orças Armadas.»*

A este propósito, tiveram os seus Oficiais a oportunidade de ouvir dizer, quando da formação de base por que passaram, que o Serviço Militar, tanto como a prestação que lhes incumbe, na qualidade de Quadros, revelam a contribuição dos cidadãos armados para a defesa dos valores morais e materiais próprios da Nação. Foi-lhes dito tratar-se de contributo animado por um sentir pátrio que a Todos congrega, tendo em vista a preservação desses valores, bem como o progresso e o desenvolvimento da Nação, em Paz e Liberdade, e a harmonia conjugada entre os povos, para bem da Humanidade.

Sabem Todos, por isso, estar envolvidos em doação ímpar que exige sacrifícios dos quais avulta, no extremo, o da vida.

Diferentes são, entre os demais, quanto aos meios de defesa que lhes dão a utilizar — os armamentos.

Dáí que aos Quadros tenham ensinado, ou tentado fazer compreender, que um tamanho sacrifício só é possível na razão das forças morais agregadas à dedicação patriótica que terá de os impulsionar. Por este motivo lhes foi oferecida a interiorização, mais ou menos consciente, de um rol de virtudes militares, em ética habituação da observância do dever e de respeito pela superior condição do Militar.

Serão estes os princípios que os fazem mover em dignidade, os mesmos que se procura inculcar nos cidadãos armados com quem haverão de realizar a missão que lhes respeita.

Mas estarão os Quadros convictos de terem entendido as verdadeiras razões de uma doação total, conquanto sobejamente provada nos campos da honra e da lealdade patriótica?

Bastarão a ética e as enunciadas virtudes militares, deontologicamente aceites e praticadas, para a explicar?

Conseguirão, só com isso e por via do apelo ou de exigência na resposta a deveres, tais como os da obediência, da dedicação ao serviço, da disponibilidade ou da tutela, sensibilizar os cidadãos para a dádiva voluntária que a Nação e a Pátria deles esperam, encontrando nisso justificação inteligível para o acto daqueles que a levaram até ao sacrifício da própria vida?

Confessamos insatisfação íntima perante uma desejada solução completa, racional, a estas e outras perguntas ou dúvidas concorrentes.

Admitindo-o, observemos com humildade intelectual o que pensa sobre o assunto, por outro lado, a Instituição Igreja.

Nela se reconhece, assim como à Instituição Militar, preocupação primeira pela defesa intransigente do valor mais caro à Humanidade, que é a Paz, não obstante as armas diferenciadas que ambas empunham.

Para a Igreja, «a Paz será palavra oca se não» alicerçada sobre uma «ordem que tem de ser fundada na verdade, construída com as normas de justiça, vivificada e integrada pela caridade e, por fim, realizada na liberdade» (1).

Paz «é obra de justiça» (2).

Chama, a Igreja, a todos os cristãos, para que «praticando

«Pacem in Terris»

(1) n.º 167.

«Gaudium et Spes»

(2) n.º 78 (Is. 32,7).

a verdade na caridade, se unam com os homens verdadeiramente pacíficos para implorarem e edificarem a paz» (³).

Proclama Ela ainda que «aqueles que se dedicam ao serviço da Pátria no Exército..., se devem considerar servidores da segurança e liberdade dos povos; na medida em que se desempenham, como convém, desta tarefa, contribuem verdadeiramente para o estabelecimento da Paz» (⁴).

Considera a Igreja os militares, como militantes da Paz, homens «levados pela consciência do dever e pela exigência da caridade» (⁵).

Atentemos na tradução desta virtude, a Caridade.

Será, porventura, a única que o homem haverá de demonstrar em todas as circunstâncias da vida pois que, em si mesma, encerra o amor pelo próximo, levado à perfeição. E isto significa, à partida, a dignificação da criatura humana, colocada acima de todo e qualquer referencial terreno ou da matéria.

Portanto, importa ver mais além.

Caridade será, afinal, uma virtude que transcende todas as outras, senão mesmo as próprias leis, na medida em que condiciona e obriga a conduta moral do homem em relação aos semelhantes, concedendo à Humanidade, objecto supremo a defender, o valor máximo, no contexto de tudo o que o rodeia.

Um espírito de caridade genuíno pressupõe e complementa a prática da justiça e esta é tida, no nosso mundo, por aspiração fundamental, como bem supremo a atingir e a prover, por igual, ao universo humano.

Convenhamos que a consistência dos conceitos soa óbvia e correcta, embora a transposição para o real se afigure menos simples de explicitar.

(³) n.º 78 (Ef. 4,15).

(⁴) n.º 79.

«Pacem in Terris»

(⁵) n.º 164.

«Gaudium et Spes»

O homem é imperfeito, o quotidiano material alicia e perturba, a espiritualidade e a atenção pelos valores tendem para um adiado permanente.

Mas não deixa de comprovar-se, por esse mundo fora, que o Homem Inteiro, quando chamado à defesa dos seus e dos valores pelos quais milita, se lhe entrega totalmente, doando, até mesmo, a própria vida.

E a vida, aquilo de que o homem mais se preza, não se dá, seguramente, por alguns poucos dinheiros.

Um tal sacrifício só terá nexos quando admitido e aceite em provação de amor pelo Semelhante, por dedicação à Família, na lealdade à Pátria, ou pelo ideal de uma Causa Justa, em prol de um melhor para a Humanidade.

Entregas como estas são epopeia de Caridade, virtude que, no homem, subsume todas as outras.

O cidadão armado, o Militar, confirmá-la-á, como sempre o tem feito, em comportamento natural de autenticidade consciente, se e quando a prova lhe for exigida.

Caridade não é só, nem poderá ser, em exclusivo de aceitação banalizada, a arma pacífica de um espírito missionário, por autêntico que se demonstre, muito menos sinónimo limitado de altruísmo, ou de filantropia humanitária.

É recomendável que se medite e requere-se, cada vez mais, o esclarecimento aprofundado de verdades causais deste teor.

Afigura-se, em simultâneo, imperioso divulgar as razões e os fundamentos íntimos das coisas, dando harmonia aos princípios, para que se obtenham as respostas e os comportamentos esperados.

Em suma, parece duvidosa a utilidade de propugnar deveres a vontades não predispostas. De igual modo, a exaltação de virtudes que as mentes, impreparadas, não entendam, corre o risco da inconsequência ou de perversidade nos efeitos.

As questões abordadas prendem-se, antes do mais, com um conhecimento da vida que só o estudo, para além da experiência,

permite dominar, em termos lógicos de argumentação convincente.

Esta é uma tarefa para a qual haverão de concorrer, na Instituição Castrense, as melhores preparações disponíveis. Situam-se, dentro destas, muito em especial, as dos conselheiros privilegiados a quem compete o exercício do múnus espiritual, no seio dos servidores armados da Pátria e da Nação.

A PROBLEMÁTICA DA DROGA
NUMA PERSPECTIVA DE DEFESA NACIONAL

Maria Luís Souto de Figueiredo

A PROBLEMATICA DA DROGA NUMA PERSPECTIVA DE DEFESA NACIONAL (*)

Em 1839, a China, alarmada pela propagação rápida da ópiomania no seu território, confiscou, em Cantão, um carregamento de ópio pertencente a comerciantes britânicos. Desencadeou-se, assim, a chamada «Guerra do Ópio», cujo nome derivou do *casus belli*, e que prosseguiu até 1842, terminando com a vitória britânica e a assinatura do Tratado de Nanquim que estipulou a cedência de Hong-Kong à Inglaterra, para além de franquear portos como Xangai, Cantão e Amoy aos seus comerciantes que continuaram a transaccionar aquela droga.

Neste conflito verificou-se, provavelmente pela primeira vez, uma agressão externa consubstanciada na introdução clandestina de droga no território de um Estado, ainda que motivada pelas vantagens económicas resultantes da utilização do ópio (produzido na Índia Britânica a baixo preço e cuja entrada na China estava, desde 1729, proibida) como meio de troca para a aquisição de sedas, chá, porcelanas e outras mercadorias que, até aos finais do século XVIII, os importadores ingleses costumavam pagar em dinheiro. Mas tendo sido, como foi, esse o motivo, o certo é que a introdução forçada daquele estupefaciente teve como consequência necessária o alastramento da opiomania no seio do povo chinês, sendo que, no ano de 1886 — altura em que foram tomadas algumas medidas restritivas —, se calculavam, já, em mais de 100 milhões os opiómanos chineses. O *casus belli* daquele conflito não provocou qualquer condenação específica nos países desenvolvidos do Hemisfério Norte, onde o comércio e a aquisição de opiáceos era e continuou a ser, por largo tempo, livre, apesar de, em alguns deles, nomeadamente nos Estados Unidos da América, o problema da dependência do ópio e morfina — na maioria dos casos iatrogénica — ter atingido uma dimensão considerável.

(*) Trabalho individual executado pela autora, no Curso de Defesa Nacional 1988.

Foi necessário esperar até 1912 (quando nos EUA já se estimava em cerca de 100 mil o número de dependentes de opiáceos) para que surgisse o primeiro acordo internacional para o controlo do tráfico de estupefacientes — a Convenção Internacional do Ópio, assinada em Haia, em 23 de Janeiro — na sequência dos trabalhos da comissão estabelecida por Theodoro Roosevelt, a qual reuniu em Xangai, em 1908, para discutir o abuso de estupefacientes e recomendar soluções possíveis.

Não obstante as Convenções Internacionais sobre a mesma matéria que se seguiram ⁽¹⁾, reforçando os mecanismos de controlo e alargando o número de substâncias abrangidas, e da conversão das suas recomendações, em normas de Direito Interno dos países que às mesmas aderiram, não cessaram de aumentar a produção, tráfico e consumo ilícitos de drogas com efeitos psicotrópicos.

A perturbação causada pelo funcionamento do toxicómano no sistema produtivo, os efeitos perversos da ilicitude — tais como a criminalidade associada ao sustendo da toxicomania e a corrupção gerada pelo mercado clandestino —, o dispêndio exigido pelo reforço de capacidade dos sistemas de aplicação da Lei Penal e de assistência médico-social, e, ainda, os crescentes encargos com o lançamento de programas de combate directo à procura de droga, para além da intangível corrosão do tecido social, traduziam-se em custos sociais tão elevados que, gradualmente, nas décadas de 50 e 60, os governos dos países atingidos pelo flagelo viram-se obrigados a incluir entre as medidas prioritárias dos seus programas o combate à droga.

Embora o abuso da droga estivesse já a enfraquecer significativamente algumas condicionantes da Segurança Nacional, o problema da produção, de droga, para escoar necessariamente no mercado ilícito internacional, não vinha sendo equacionado em termos de Segurança e Defesa nacionais pelos países cujos mercados clandestinos internos se alimentavam dessa mesma droga. Talvez porque nem sempre se apresentava nítida a origem exterior

(1) 1912 — 1.ª Convenção Internacional do Ópio; 1925 — 2.ª Convenção Internacional do Ópio e Acordo respeitante ao fabrico, comércio interior e uso do ópio preparado; 1931 — Convenção para limitar o fabrico e regulamentar a distribuição de estupefacientes e Protocolo; 1936 — Convenção sobre a repressão do tráfico ilícito; 1948 — Protocolo que submete a controlo internacional as recém-descobertas substâncias sintéticas; 1953 — Protocolo que regulamenta a cultura do ópio; 1961 — Convenção Unica sobre os Estupefacientes; 1971 — Convenção sobre as Substâncias Psicotrópicas; 1972 — Protocolo que adapta e emenda a Convenção de 1961.

da ameaça e se exigisse, subjacente a esta, uma intenção directa para a disseminação do abuso da droga e não apenas este resultado como consequência mediata, mas necessária, de tal produção.

Em 17 de Junho de 1971, na sua mensagem ao Congresso, o Presidente dos Estados Unidos da América, Richard Nixon, declarou que o problema do abuso da droga naquele país atingira a dimensão de uma «emergência nacional» e viria a considerar o abuso da droga «a mais séria ameaça que esta nação alguma vez teve de enfrentar». De seguida, o Drug Abuse Office and Treatment Act, aprovado em 1972, criava um Special Action Office incumbido de desenvolver planos de acção e coordenar as diversas agências federais que combatiam a droga exigindo a publicação anual duma *Estratégia Federal para a Prevenção do Abuso e Tráfico de Droga* a qual, daí em diante, iria proporcionar informação atempada sobre a situação, descrição das questões correntes mais importantes e a declaração de intenções quanto a acções futuras.

Entretanto, os serviços de «intelligence» de algumas agências de repressão conseguiram estabelecer o relacionamento de grupos terroristas e de movimentos insurreccionais com o tráfico de drogas que contribuía para o financiamento das suas operações, sendo que, nalguns casos, se indiciava, também, a conivência de governos. Não obstante os motivos aparentes da insurreição e do terrorismo serem completamente diferentes dos do tráfico de drogas (objectivos político-ideológicos para os primeiros e lucro monetário para o último), há interesses comuns e vantagens mútuas, como segurança, armas, informações, documentação e contactos com governos simpatizantes. Como exemplo dessas ligações apontam-se, entre outras, a guerrilha do Partido Comunista Birmanês (BCP), as Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colômbia (FARC) e a organização terrorista da etnia arménia Justice Commandes of the Armenian Genocide (JCAG). Foi indiciado, também, o relacionamento do governo búlgaro através da sua agência oficial de *import/export* «KINTEX» com o tráfico de armas e munições em ligação ao tráfico de droga e, num tribunal de Miami, pendem acusações contra funcionários do Estado cubano, o qual teria concedido facilidades, nos seus portos, aos navios utilizados pelo traficante colombiano Jaime Guillot para a introdução no EUA de toneladas de marijuana, milhões de *tablettes* de metaqualona e dezenas de quilos de cocaína provenientes da Colômbia

para onde o referido traficante teria transportado armamento destinado ao grupo terrorista «M-19» (2).

Casos, como estes, justificariam a declaração conjunta dos delegados da RFA, Países Baixos, Itália e Reino Unido na Comissão de Investigação sobre o Problema das Drogas, no Parlamento Europeu: «o tráfico conjunto de armas e droga é protegido e utilizado por países totalitários, assim como por certos regimes e grandes organizações multinacionais, com a finalidade de desestabilizar, para além dos países do Terceiro Mundo, os países democráticos.» (3).

Por outro lado, o combate à oferta dirigido às fontes de produção, através da erradicação das espécies vegetais donde se extraem o ópio, a cocaína e a marijuana ou o haxixe, e a destruição de laboratórios de transformação conexos, deparou não só com a resistência das populações que encontravam nesses cultivos o seu meio de subsistência como até com dificuldades da parte dos governos que, compreensivelmente, revelavam escasso interesse em dispensar aquela fonte de divisas — que nalguns casos igualava ou mesmo ultrapassava o valor de todas as suas outras exportações — e, ainda, com o frequente envolvimento de funcionários e políticos corruptos.

Decorridos quase dezassete anos da citada declaração de Nixon, no dia 15 de Abril de 1988, a Secretária de Estado Adjunta para assuntos de droga do Departamento de Estado dos EUA, dirigindo-se aos participantes da Conferência sobre Juventude e Droga, daria conta do agravamento continuado da situação, quer doméstica quer internacional, e, revelando uma disposição política de endurecimento face aos abusadores de droga: «os consumidores de droga não deverão mais ser considerados vítimas. Nós somos as suas vítimas», acabaria por colocar a solução do problema no domínio das relações internacionais: «Nós recusamos ajuda aos países até que eles possam demonstrar que estão a controlar seriamente o tráfico e a produção» e forneceu alguns exemplos que constituem, objectivamente, uma ameaça: «O Laos não tem estado interessado em refrear a produção e tráfico de drogas, tal como o Irão, o Afeganistão e a Síria. Os governos destes países não vêem razões para diminuir essa actividade e é possível, de facto, que promovam o cultivo.» E, não permitindo qualquer interpretação de chauvinismo ou de criação de

(2) *Terrorism, Insurgency and Drug Trade in DEA Quarterly Intelligence Trends*, Vol. 4, 1984, pp. 18-23.

(3) *Cambio* 16, n.º 849 — 7 Marzo 1988, p. 72.

«bodes expiatórios», acrescentou: «a estabilidade de países amigos está a ser prejudicada pela continuada escolha da América em usar cocaína, heroína e marijuana...» (4).

Estas declarações vieram, em certa medida, ao encontro da comunicação, em 17 de Dezembro de 1987, à Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, feita pelo Presidente da Comissão Nacional Contra o Uso de Drogas Ilícitas, da Venezuela, o qual propôs um modelo estrutural geopolítico para a compreensão global do fenómeno do tráfico e consumo de drogas cuja «característica específica do ponto de vista do seu circuito económico completo reside na sua natureza transnacional envolvendo relações internacionais e em que os seus antagonistas válidos são os Estados, as organizações internacionais e supragovernamentais (5)».

Ficam assim, definitivamente, incluídos na área das Relações Internacionais algumas das vertentes do problema. Para além de se ter de considerar a promoção, por um país, do tráfico conjunto de armas e de drogas, como uma agressão consciente dirigida aos países, destinatários quer de uma quer de outra daquelas mercadorias, dever-se-á também passar a encarar a situação político-económica de alguns Estados, em conjugação com a passividade ou desinteresse dos respectivos governos, como uma ameaça objectiva à segurança dos países que são inundados pela droga naqueles produzida ou transformada.

A nossa Lei de Defesa Nacional exige, claramente, a exterioridade das ameaças ou agressões e considera-as como podendo ser de natureza militar ou não militar, mas não distingue as suas formas ou tipos nem oferece um seu conceito de contornos bem definidos. Ora, provocar ou tão-só favorecer, ainda que indirectamente, do exterior, a disseminação do abuso da droga, constitui — no nosso entendimento daquela Lei e na evidência dos factos — uma agressão ou uma ameaça não militar que pelos seus efeitos económicos, políticos e sociais põe em risco a Segurança Nacional.

Importa, pois, definir uma estratégia de defesa nacional que contemple este tipo de ameaça ou agressão externas, com forte intervenção do Departamento Governamental de Defesa Nacional ao qual caberá assegurar o con-

(4) Speech to PRIDE Conference/Ann Wroblewski. Atlanta. 04.15.88 (texto fornecido pelos serviços da Embaixada dos EUA, em Lisboa. Doc. EU5320415).

(5) Council of Europe; Parliamentary Assembly, Strasbourg, 16 December 1987, AS/AUD/DRO (39) 7., p. 5.

curso, quando necessário, das Forças Armadas, nomeadamente em meios aéreos e navais, na vigilância, fiscalização e perseguição. Ultrapassar-se-á, assim, a atitude de âmbito essencialmente doméstico, numa perspectiva de Segurança Interna — pese embora a cooperação policial e aduaneira entre Estados, desde há muito praticada —, que até aqui se tem traduzido por acções sobre o mercado clandestino interno, quer na repressão policial da importação e da comercialização ilícitas de droga e condenação judicial dos seus agentes, para reduzir a oferta, quer na prevenção, tratamento e reinserção social dos abusadores a fim de diminuir a procura.

Para a definição de tal estratégia com as suas componentes interna e externa, importa primeiro descrever e caracterizar a actual situação do tráfico e abuso da droga e da luta contra os mesmos, reconhecendo a interacção das suas variáveis e, depois, indicar a informação avaliativa e preditiva que se haverá de dispor para se fixarem os objectivos a atingir.

É o que, a seguir, sumariamente, tentaremos fazer.

1) A oferta da droga para fins não autorizados situa-se hoje, por todo o lado, na esfera do ilícito penal (e, também, em certos casos, na do ilícito fiscal e administrativo), o mesmo acontecendo, salvo raras excepções, com a sua procura para abuso.

2) Nessas condições funciona um mercado clandestino que é alimentado, principalmente, por droga de produção ilícita, mas, também, por droga produzida licitamente e desviada para esse mercado.

Tal mercado gera lucros fabulosos ⁽⁶⁾ e a ilicitude que lhe está associada produz como efeito perverso a corrupção de agentes da Administração e de políticos venais, o que desacredita as instituições e debilita o sistema político.

(6) Calcula-se em 35 000 milhões de contos o volume gerado, anualmente, pela venda ilícita de droga, no Mundo. Os lucros relativos a este negócio ilícito são, na realidade, fabulosos, nomeadamente com a cocaína e a heroína cujo preço de venda a retalho, ao consumidor, é milhares de vezes o que foi pago ao cultivador pelas folhas de coca ou pelo ópio, como se pode verificar nas tabelas seguintes:

Heroina do Sudoeste Asiático (valores em dólares canadianos):

Cultivador — 10 kg de ópio (*) — de \$1400 a \$1900;

Laboratório (crescente dourado) — 1 kg de heroína (pura) de \$7000 a \$13 000;

Centro de escoamento (Europa) — 1 kg de heroína (pura) de \$7000 a \$9000;

Canadá — 1 kg de heroína (pura) \$200 000; 28 g de heroína (pura) de \$6000 a \$15 000;

1 g de heroína (pura) \$1000; 1 cápsula de heroína (5 % a 6 % de pureza) de \$35 a \$75.

3) O desvio de droga de produção lícita pode ser contido, no plano interno, através de regulamentação e fiscalização apropriada da indústria, comércio e prescrição dos produtos farmacêuticos, mas, quanto à droga de produção ilícita, as medidas de controlo e de repressão não conseguiram diminuir o seu fluxo para o mercado clandestino o qual, antes pelo contrário, continua a aumentar.

4) Nessas últimas drogas vamos encontrar variadas substâncias sintéticas, algumas com aplicação medicinal, fabricadas, um pouco por toda a parte, em laboratórios clandestinos, mas, de longe, as mais disseminadas e que mais prejuízos socioeconómicos estão a provocar são a heroína, a cocaína (quer na sua forma de sal quer, como recentemente acontece com o *crack*, na forma de base) e a marijuana e o haxixe que derivam, respectivamente, do ópio extraído do *Papaver Somniferum*, das folhas do arbusto *Eritroxylon Coca* e das sumidades da *Cannabis Sativa L*, espécies vegetais cujo cultivo, não autorizado, se verifica em áreas geograficamente localizadas, as quais, regra geral, se situam a milhares de quilómetros dos países mais desenvolvidos, seus principais consumidores. Acontece que nessas áreas, normalmente, não se fabricam os precursores químicos necessários ao processo de transformação requerido por aquelas duas primeiras (da morfina em deacetilmorfina ou heroína e da cocaína base em cloridrato de cocaína).

5) Essas culturas que se situam em terrenos de difícil acesso onde frequentemente o poder político central não é plenamente exercido ou é contestado por razões étnicas e, onde, também, por vezes, grassam movimentos insurreccionais ou terroristas, constituem o principal meio de subsistência das populações que em muitos casos acabam por beneficiar de protecção ou por sofrer a coacção desses movimentos, os quais, por essa via, obtêm financiamento para as suas operações em colaboração tácita ou expressa com os grandes traficantes. Acresce que a exportação dessa droga é para

Cocaína da América do Sul (valores em dólares canadianos):

Cultivador — 250 a 500 kg de folhas de coca de \$450 a \$900;

Laboratório — 250 a 500 kg de folhas dão 2,5 kg de pasta de coca; 2,5 kg de pasta dão: 1 kg de cocaína base — \$4500 a \$6200; 1 kg de cocaína base dá 1 kg de cloridrato de cocaína — de \$11 500 a \$14 000.

Canadá (preço por grosso) — 1 kg de cloridrato de cocaína pura de \$60 000 a \$95 000;

Preço a retalho — 28 g de cloridrato de cocaína com 50 % de pureza — de \$2350 a \$5000; 1 g de cloridrato de cocaína com 50 % de pureza — de \$100 a \$300.

Fontes das Tabelas: *Rapport Annuel National Sur les Drogues*, 1985/86, et *Indicateurs de Tendances d'Ici*, 1988, Gendarmerie Royal du Canadá, Otava, 1986.

(*) 10 kg de ópio dão 1 kg de morfina que, por sua vez, dá 1 kg de heroína.

alguns Estados a principal fonte de divisas e fatia substancial do seu PNB. Daí as dificuldades encontradas na erradicação ou substituição das referidas culturas.

6) Disto resulta uma dimensão internacional das redes que utilizando sofisticados meios e itinerários abastecem os grandes núcleos de distribuição e de consumo e em que se envolvem organizações criminosas polivalentes, cujos exorbitantes lucros encontram facilidades de circulação no sistema financeiro mundial através da reciclagem do dinheiro, em paraísos fiscais e bancários e que, esporadicamente, obtêm a conivência de governos para o tráfico de armas destinadas a movimentos insurreccionais que, conjuntamente, servem a sua política de desestabilização.

7) O combate ao abuso da droga tem vindo a ser travado pela maioria dos países em dois sectores, na ideia da complementaridade e interdependência das acções em cada um deles desenvolvidas. Num — o da oferta — procurando o disfuncionamento das grandes redes de tráfico e destruição dos micromercados, com a prevista subida dos preços da mercadoria, no pressuposto da inelasticidade da procura a partir de certos níveis desse preço e, no outro — o da procura — tentando a desmotivação dos abusadores e a desestimulação dos susceptíveis de o virem a ser através de programas de prevenção e de tratamento e de reinserção social, para a normalização ou manutenção controlada dos desviantes. Mas a subida do preço também tem o seu efeito perverso: o toxicómano, que se esperava, por esse motivo, desistisse da droga e se socorresse dos serviços de tratamento e reinserção, encaminha-se para as práticas criminosas que lhe proporcionam o dinheiro necessário à manutenção dos seus habituais padrões de consumo (7).

(7) Ilustrando, no seu aspecto mais grave, a criminalidade associada à toxicomania, a seguir se apresenta o retrato-tipo do heroínómano, da classe média, das cidades de Baltimore ou Nova Iorque, que teve como base diversos estudos, combinados com dados estatísticos e com exemplos dos crimes típicos (*).

Em 1983, o consumidor habitual de heroína era um indivíduo do sexo masculino que rondava os 30 anos de idade. Há 10 anos que se encontrava envolvido no uso da heroína e em crimes rotineiros. Já contava 8 a 12 detenções e havia cumprido penas de prisão inferiores a 4 anos.

Em liberdade, raramente conseguia aguentar um emprego por mais de 1 mês. Permanecia, a maior parte do tempo, desempregado sem qualquer subsídio, inseguro, instável, sem salário legal. Dormia ora no apartamento de um familiar, ou no apartamento da namorada ou, ainda, no de um amigo, tal como ele toxicodependente. Alimentava-se da comida dos seus hospedeiros.

No espaço de um mês este heroínómano típico cometeu um assalto que lhe rendeu não mais do que 80 dólares, em dinheiro. Cometeu furtos por arrombamento em dois modestos

É que o aumento dos riscos corridos e dos prejuízos sofridos no sector da comercialização (detenções, apreensões e confiscos) pelos traficantes, resultantes da maior eficiência, a nível tático-operacional, das acções repressivas e fiscalizadoras, pode, como tem sucedido, provocar a subida do preço da droga no mercado do consumo, mas, salvo casos esporádicos e temporários, não tem provocado uma autêntica escassez da oferta, pois os centros de produção, com os seus *stocks*, não têm sofrido revezes significativos e continuam a dispor de matéria-prima suficiente para satisfazer a crescente procura. O que por vezes acontece é que, ao serem atingidos níveis de preço em que poderia passar a funcionar a inelasticidade da procura, se verifica uma diminuição da pureza na mistura vendida a retalho, com a adição de substâncias adulterantes tóxicas responsáveis por muitas mortes ditas «por overdose».

8) Por outro lado, a complexidade da etiologia do abuso, em que se interpenetram múltiplos factores de natureza política, cultural, socioeconómica e individual — não encontrou resposta capaz nos meios/modalidades de tratamento e prevenção até agora adoptados, com escassíssimos resultados, sendo que o abuso da droga, com características epidémicas, continua a difundir-se, atingindo todos os estratos sociais (*). E não parece se possam esperar progressos significativos neste campo, sem profundas transformações, inviáveis a curto prazo, no domínio político e cultural onde radicam as causas profundas do abuso.

apartamentos, nas suas redondezas, e vendeu o produto dos furtos que lhe renderam cerca de 200 dólares. Furtou, também, num edifício abandonado, o que lhe rendeu entre 25 e 30 dólares.

No espaço de uma semana consumiu heroína em 6 dias, cocaína em 3, bebidas alcoólicas em 5 dias e marijuana em 2. A dose diária de heroína custou-lhe 42 dólares. Durante esta semana cometeu, em 6 dias, alguns tipos de crime: em 3 desses 6 dias envolveu-se em pequenos furtos, sendo 4 em lojas, em 2 dias, e, noutro, foi cúmplice de uma prostituta. Estes crimes renderam-lhe pequenas somas em dinheiro. Ainda nessa semana, negociou droga fazendo 6 vendas directas num dia e em mais 3 totalizou 10 actos de apoio aos distribuidores de droga. Em contrapartida obteve droga que repartiu com os amigos.

A maior parte do dinheiro proveniente das suas práticas criminosas foi despendido em droga, principalmente heroína e cocaína. O pouco que lhe restou gastou-o em álcool e marijuana.

(*) *A portrait of a typical daily heroin user and his crimes/The Quarterly, DEA. US. Department of Justice. Vol. III, 1984, p. 15.*

(*) A Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas, no período de sessões de Fevereiro de 1987, assinalou, com base em informações fornecidas por 105 países, que a situação por uso indevido de drogas continuava a piorar na maioria das regiões do Mundo, nomeadamente com o aumento do consumo da heroína e da cocaína.

O desânimo perante os repetidos fracassos no combate à droga levou alguns — até entre os que mais radicalmente condenam o abuso da droga — a preconizar a legalização da sua produção, comercialização e consumo, até aqui ilícitas, como forma de acabar com a debilitadora corrupção que vem invadindo os sectores político e administrativo dos Estados e com a crescente taxa de delinquência associada à toxicomania. Poupar-se-iam, assim, enormes somas despendidas com o aparelho investigatório e punitivo, as quais poderiam, então, ser canalizadas para a criação de condições socioeconómicas mais favoráveis à recuperação e reinserção do toxicómano. Afigura-se-nos, porém, que fosse qual fosse o imprevisível resultado de uma tal medida na prevalência e na incidência do abuso da droga é a mesma inviável, pois, para atingir o fim em vista, por um lado teria de ser universal e simultaneamente aplicada e por outro lado as resistências culturais (por parte dos que se situam fora da esfera da droga) que iria encontrar causariam um mal-estar social de consequências, porventura, tão graves como as que, actualmente, resultam dessas corrupção e delinquência.

Sendo assim, e dado que a repressão do tráfico não exige modificações estruturais na sociedade, resta reforçá-la e intensificar as acções para montante, atacando as fontes de produção até aqui pouco vulneráveis pelas razões já indicadas. E, paralelamente, avançar com acordos de cooperação internacional no campo da acção policial e da extradição, para mais fácil imobilização dos infractores, bem como no da adopção de medidas que

A idade dos novos consumidores estava a descer da adolescência para a pré-adolescência, na maioria dos países, estendendo-se o abuso das drogas a todos os estratos sociais (*).

Nos Estados Unidos da América estimava-se em cerca de 18 milhões o número de fumadores de marijuana e haxixe e em cerca de 480 000 o de consumidores de heroína. Mas o uso indevido de cocaína (o número de consumidores aumentou de 4 200 000 em 1985 para 5 850 000 em 1986) converteu-se no problema mais grave deste país, pois ao consumo por inalação ou injeção do cloridrato de cocaína veio juntar-se uma nova modalidade, o fumo da cocaína-base *crack*, de preço muito mais reduzido, com efeitos instantâneos e viciação completa.

Na Europa, embora a *cannabis* seja, também, a droga mais consumida, continuou a destacar-se o problema da heroínomania (cerca de 500 000 heroínómanos nos países da CEE, dos quais 80 000 a 123 000 em Espanha, e, segundo alguns, 12 000 a 20 000 em Portugal), começando-se a sentir o crescente uso da cocaína (em 1986 foram apreendidos 1400 kg de cocaína o que representou um aumento de 80 % relativamente ao ano anterior) sem todavia se verificar expansão ou difusão de *crack*.

(*) Boletim de Estupefacientes/*Naciones Unidas, División de Estupefacientes, Vol. XXXIX, n.º 1, Marzo, 1987.*

impeçam a circulação do dinheiro das transacções ilícitas e também a canalização do mesmo para investimentos lícitos, até agora facilitadas por uma passividade, quando não cumplicidade, do sistema financeiro internacional.

O estudo da situação atrás descrita permite-nos a percepção da ameaça que se consubstancia pela introdução, no território nacional, de droga para abuso proveniente do exterior e, até, conceber cenários em que essa ameaça se configura. Mas há que poder prevê-la e avaliá-la. Para isso terá de se dispor de facilidades de informação que permitam, por um lado, conhecer a origem e as razões ou motivações da ameaça e, por outro lado, identificar as vulnerabilidades internas, medindo os fenómenos que as traduzem. Com tais informações se definirão e caracterizarão os objectivos de uma estratégia particular de Defesa a integrar na Estratégia Global do Estado. Aquela estratégia desdobrar-se-á numa componente externa e numa componente interna.

A componente externa, através, essencialmente, de acções diplomáticas e de pressões político-económicas, e ainda, de eventual assistência técnica e financeira, em concerto com outros Estados, para o efeito aliados, terá como objectivos gerais:

- compelir os governos desinteressados a controlar a produção ou a transformação, nos respectivos territórios, da droga que é introduzida no território nacional e a cumprirem os programas de erradicação e substituição de culturas acordados;
- dissuadir os governos, suspeitos, da conivência com o tráfico da droga;
- contribuir no reforço e aperfeiçoamento dos mecanismos de controlo da produção lícita e ilícita de droga e dos seus movimentos, a cargo de organismos internacionais;
- promover e implementar acordos bi ou multilaterais que criem as facilidades indispensáveis à extradição dos «patrões» do tráfico internacional e ao impedimento da circulação e reciclagem, no sistema financeiro mundial, do dinheiro proveniente da sua actividade criminosa e, ao mesmo tempo, pressionar os «paraísos bancários» e «refúgios fiscais» renitentes em aderir a esses acordos, a fim de imobilizar e desmotivar os dirigentes e financiadores do tráfico internacional.

Para a caracterização desses objectivos e escolha dos meios adequados para os atingir haverá de dispor-se, previamente, de informações, a saber:

- Estimativas de áreas de culturas ilícitas e dos *stocks* existentes e sua localização no mundo.
- Previsões da disponibilidade de drogas ilícitas no mercado mundial e definição dos métodos e rotas pelos quais essas drogas estão a entrar no território nacional.
- Determinação das origens das drogas que abastecem o mercado clandestino interno, nomeadamente no caso da heroína, através da análise química das amostras recolhidas a nível de rua, com estimativa das percentagens.
- Identificação dos canais bancários e refúgios fiscais utilizados pelos traficantes nacionais e internacionais.
- Variações na oferta e flutuações no índice preço/pureza da droga ao consumidor.

A componente interna visará, através da racionalização dos serviços de policiamento das fronteiras terrestre, marítima (abrangendo as águas territoriais) e aérea e do controlo aduaneiro, com o seu enriquecimento informativo e técnico, obstar à entrada ilícita de droga no território nacional e terá como objectivos:

- Elevada taxa de apreensões de drogas importadas e de «correios» e receptores detidos.
- Prevenção e dissuasão, eficazes, da corrupção ligada à importação ilícita de droga e ao contrabando em geral.

Para a consecução destes objectivos haverá que providenciar pela disponibilidade da seguinte informação:

- Descrições, actualizadas, dos perfis dos «correios» e das técnicas de dissimulação da droga no transporte.
- Estimativas da incidência da introdução ilícita de droga, por zonas geográficas e determinação topológica e tipológica das vulnerabilidades, nas fronteiras.
- Indiciação de movimentos bancários e investimentos suspeitos.

O fim do último que se pretende com tal Estratégia de Defesa contra a ameaça externa da droga é, evidentemente, contribuir para a diminuição da prevalência e da incidência do abuso da droga no território nacional, na medida em que esse abuso gera, no país, vulnerabilidades de natureza moral, social, económica, política e, até, militar. Mas para a mesma diminuição convergem outras acções desenvolvidas já no domínio restrito da Segurança Interna pelos diversos departamentos governamentais, e com essas acções se deverá articular a referida Estratégia de Defesa ⁽⁹⁾.

Com a perspectivação que dominou este trabalho pensamos ter dado uma achega para a construção dum modelo geopolítico que favoreça uma mais completa e perfeita interpretação dos fenómenos do tráfico e abuso de droga e dos da luta contra os mesmos. Desse desenvolvimento teórico deverão, porém, resultar consequências práticas: um forte empenhamento dos Departamentos Governamentais da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, com mobilização dos seus meios materiais e humanos, na contenção da exportação de drogas para o mercado clandestino interno e na pesquisa externa de informação pertinente.

Maria Luís Souto de Figueiredo

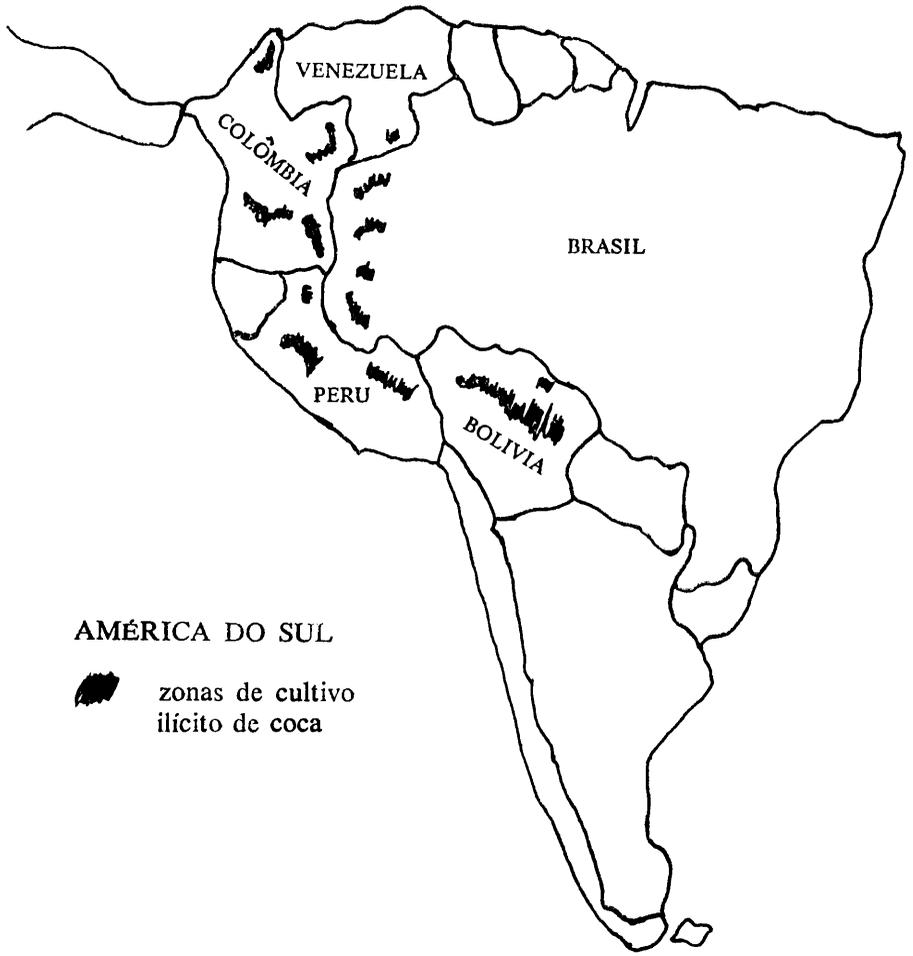
Licenciada em História

Técnica sup. do Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga.

Actualmente, Adjunta do Ministro da Defesa Nacional.

NOTA: Decorreu pouco mais de um ano desde a apresentação deste trabalho no IDN e a presente publicação. Durante este período de tempo, acontecimentos de dimensão estatal relacionados com a produção e tráfico de cocaína e com o branqueamento do dinheiro ocorreram na Região Andina, no Panamá e nas Caraíbas. Tais acontecimentos reflectiram-se na área das Relações Internacionais e os Estados por eles afectados tiveram de inscrever a Droga como assunto dos mais importantes na sua política externa.

⁽⁹⁾ A este nível global, e para a avaliação dos resultados de todos os investimentos, não se dispensa o conhecimento da evolução da prevalência e da incidência do abuso das drogas. O que requer disponibilidade de indicadores — aliás já indispensáveis em anterior cálculo das necessidades que deverá anteceder a programação das acções preventivas internas — tais como os resultados de inquéritos epidemiológicos levados a efeito periodicamente, números anuais de mortes por «overdose», de emergências hospitalares relacionadas com o uso de droga, de admissões a tratamento em centros especializados, etc., a maior parte dos quais não estão disponíveis em Portugal.



AMÉRICA DO SUL

 zonas de cultivo ilícito de coca

FONTE: *National Drug Intelligence Estimate*, 1985/86, Royal Canadian Mounted Police.

USA



MÉXICO

 Zonas de cultivo ilícito da papoila do ópio

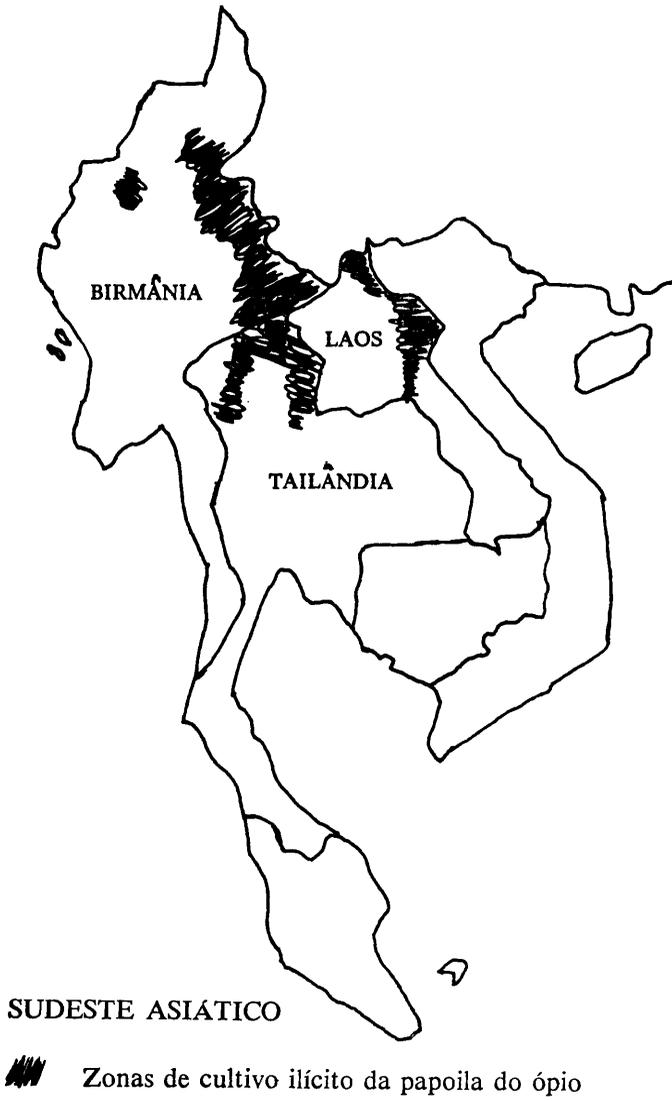
FONTE: *National Drug Intelligence Estimate*, 1985/86, Royal Canadian Mounted Police.



SUDOESTE ASIÁTICO

 Zonas de cultivo ilícito da papoila do ópio

FONTE: *National Drug Intelligence Estimate*, 1985/86, Royal Canadian Mounted Police.



FONTE: *National Drug Intelligence Estimate*, 1985/86, Royal Canadian Mounted Police.

A EVOLUÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES NACIONAIS

Raul Bordalo Junqueiro

A EVOLUÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES NACIONAIS

A — A PERSPECTIVA DA CEE

1. As tecnologias de informação, entendidas como a convergência das telecomunicações e da informática, resultantes do desenvolvimento espectacular da microelectrónica («chips»), da digitalização (na comutação e na transmissão) e dos novos meios de transmissão (fibras ópticas e satélites), estão a provocar profundas modificações nos mais diferentes sectores das Sociedades Modernas.

O Livro Verde das Telecomunicações, elaborado sobre a égide da CEE, representa uma tentativa importante de consciencializar os Países - Membros das transformações em curso, ao mesmo tempo que avança propostas de posição e linhas de acção comuns.

O objectivo dominante consiste em desenvolver as condições para que o mercado forneça aos utilizadores europeus uma maior variedade de serviços de telecomunicações, de melhor qualidade e a custo inferior, proporcionando à Europa os benefícios internos e externos da existência de um forte sector das telecomunicações.

2. O mercado mundial combinado de equipamentos e de serviços de telecomunicações representa já mais de 500 mil milhões de ECUs.

Até ao final do século, 60 por cento dos empregos na Comunidade dependerão das telecomunicações e delas resultarão no mesmo período 7 por cento do PIB da CEE, contra pouco mais de 2 por cento actualmente.

Entre as grandes empresas industriais europeias, por exemplo, a procura de comunicação de dados está a crescer a taxas que oscilam entre 20 por cento a 40 por cento ao ano; no decurso dos próximos 20 anos, peritos prevêm que o total do investimento público e privado em telecomunicações dentro da Comunidade situar-se-à entre 500 a 1000 biliões de ECUs.

Confrontada com este desafio, a CEE procura actuar em dois pontos essenciais: a escala do mercado e a sua futura organização.

3. No que toca à escala do mercado, basta pensar que nenhum país da Comunidade, individualmente, representa mais do que 6 por cento do mercado mundial de telecomunicações, enquanto os Estados Unidos representam 35 por cento e o Japão 11 por cento. No entanto, a CEE, como um todo, detém uma quota de 20 por cento do mercado mundial.

A Comunidade necessita estruturas de mercado mais competitivas, até porque o potencial de um verdadeiro Mercado Único está longe de ser explorado.

Durante a primeira metade da década de 80, por exemplo, a média «per capita» de investimento em equipamento de telecomunicações dentro da Comunidade foi somente de 32 ECUs, comparada com 46 ECUs no Japão e 80 ECUs nos Estados Unidos.

De uma forma clara, as transformações tecnológicas em curso estão diluindo as fronteiras entre Estados, mas também as fronteiras entre muitos produtos e serviços de telecomunicações e das tecnologias de informação.

4. No que toca à organização, constata-se que os monopólios tradicionais se desenvolveram e mantiveram enquanto as telecomunicações significaram essencialmente telefone, telégrafo e telex.

Actualmente conhecemos mais de uma dúzia de novos serviços e até ao final do século mais algumas dezenas de serviços entrarão em exploração.

Independentemente de considerações de natureza ideológica, não é possível que os monopólios tradicionais europeus continuem, como até aqui, a determinar tudo, desde os regulamentos aos preços, desde os fornecimentos à forma de exploração de serviços.

Os Estados Unidos e o Japão, como é sabido, procederam já a importantes modificações neste domínio, de forma a aumentarem a sua performance e competitividade.

Alguns países europeus tomaram igualmente medidas estruturais de grande alcance, como a Inglaterra, enquanto noutros se preparam reformas no mesmo sentido.

5. Dar aos industriais europeus um mercado de dimensão realmente europeia, permitir a operadores privados a participação em novos serviços,

modificar a organização do sector e beneficiar os utilizadores, eis alguns dos objectivos essenciais que a Comunidade visa atingir numa primeira fase.

Daí que as linhas gerais do Livro Verde das Telecomunicações cubram propostas nomeadamente em relação a:

- abertura do mercado de equipamentos terminais à concorrência;
- abertura substancial do mercado de serviços de telecomunicações, excluindo nesta fase alguns dos serviços considerados fundamentais no assegurar das metas e objectivos do serviço público, como, por exemplo, o serviço telefónico;
- direito de operação dos serviços sem restrições de fronteiras dos Estados-Membros;
- reconhecimento do exclusivo das administrações de telecomunicações no fornecimento e operação das suas redes básicas e ainda no estabelecimento de futuras gerações de infraestruturas;
- clara separação das funções regulamentadoras das funções operacionais das administrações de telecomunicações;
- abertura do mercado para estações terrenas de satélites, as quais devem ser consideradas como equipamentos terminais de telecomunicações e não como infraestruturas;
- desenvolvimento de um consenso entre a indústria, de forma a suavizar a transição e a maximizar as oportunidades apresentadas por novas redes e serviços, nomeadamente na criação de empregos;
- uso das telecomunicações para acelerar o desenvolvimento económico e reduzir o isolamento das regiões periféricas da Comunidade;
- estabelecimento de posições comuns nos diferentes organismos internacionais, como o GATT e UIT;
- criação do Instituto Europeu de Normalização de Telecomunicações.

6. Estas propostas são apenas um primeiro passo.

Após a publicação do Livro Verde diversas Recomendações, Decisões, Resoluções e Directivas têm sido implementadas, no sentido de lhe virem a dar corpo efectivo.

No entanto e independentemente dos Estados-Membros serem livres para determinar a sua própria posição nestas matérias, existem modificações que são exigidas a nível comunitário em três áreas essenciais:

— Abertura progressiva e completa do mercado dos terminais à concorrência.

A longo prazo, esta abertura deve abranger todos os terminais, incluindo o primeiro telefone do assinante, dada a tendência para a integração de funções e o desenvolvimento da Rede Digital de Serviços Integrados (RDSI).

A curto prazo, será necessário encontrar soluções transitórias, tendo em conta que, actualmente, a grande maioria dos Estados-Membros deseja manter o monopólio sobre o primeiro telefone (convencional).

— Aceitação por parte das Administrações de Telecomunicações de obrigações firmes de ligar e de permitir o acesso à rede aos prestadores de serviços transfronteira.

De modo geral, a rede deve estar aberta, em condições equitativas, aos prestadores de serviços de outros Estados-Membros.

Trata-se de uma condição prévia ao estabelecimento do mercado de serviços no interior da Comunidade.

Na medida em que os Estados-Membros continuam, por enquanto, a reservar a prestação de certos serviços de base exclusivamente às suas administrações de telecomunicações, os serviços reservados devem ser definidos de modo rigoroso e não interferir com a oferta de serviços a partir de outros Estados-Membros, de acordo com as regras do tratado.

— Separação clara entre as funções de regulamentação e as funções de exploração das Administrações de Telecomunicações.

Estas não podem continuar a ter simultaneamente um papel de regulamentação e um papel de participação no mercado—ou seja, ser ao mesmo tempo árbitro e jogador.

As funções de regulamentação dizem em especial respeito à atribuição de licenças, ao controlo das aprovações e das especificações obrigatórias, à atribuição das frequências, assim como à vigilância das condições de utilização.

7. A perspectiva da CEE sobre o futuro das Telecomunicações aponta pois para a progressiva desregulamentação do sector, a liberalização dos serviços, a abertura dos mercados e das fronteiras dos Países-Membros, a introdução de novos serviços e produtos, o reforço do potencial científico e tecnológico, a modernização industrial, tudo isto na perspectiva já referida de os utilizadores europeus virem a dispor de uma maior qualidade e variedade de serviços de telecomunicações, a preços inferiores, e de a Europa afirmar a sua competitividade nesta área, nomeadamente em relação aos EUA e ao Japão.

B — A PERSPECTIVA DO GOVERNO PORTUGUÊS

1. O programa do XI Governo Constitucional, em matéria de telecomunicações, é naturalmente genérico, não sendo possível extrair da sua leitura orientações precisas quanto à política futura neste domínio.

No entanto, aquele Programa refere algumas orientações que demonstram a disposição do Executivo em seguir princípios consagrados a nível comunitário, actuando igualmente ao nível da organização e ao nível do mercado.

2. O Governo está a implantar o princípio recomendado pela Comunidade, no sentido de se proceder a uma separação clara entre funções operacionais e funções normativas e fiscalizadoras.

É assim que a partir de Julho de 1988 começou a ser dinamizado o Instituto das Comunicações de Portugal (ICP), criado pelo Decreto-Lei n.º 188/81, de 2 de Julho.

Este Instituto tem por finalidade concentrar as funções normativas e fiscalizadoras que competem ao Estado, dando ao Governo nomeadamente apoio na «coordenação, tutela e planeamento do sector das Comunicações de uso público, bem como a representação desse sector e a gestão do espectro radioeléctrico».

A empresa pública Correios e Telecomunicações de Portugal, CTT, que detinha tais funções provisoriamente (desde a data da sua constituição), passa a exercer funções exclusivamente operacionais.

3. Ao mesmo tempo que activou o ICP, o Governo aprovou um Decreto-Lei, transformando a empresa pública Telefones de Lisboa e Porto,

TLP, em sociedade anónima, dotando-o pela primeira vez na sua história de um Conselho de Administração distinto dos CTT.

A participação de capitais privados nos TLP (até ao limite de 49 por cento por razões de natureza constitucional) não resulta de uma orientação comunitária, mas sim de uma opção de política própria do Governo Português.

Esta opção significa, em primeiro lugar, que o Executivo irá muito provavelmente manter dois operadores distintos nas telecomunicações nacionais, TLP e CTT, ainda que os CTT possam vir a conservar o seu exclusivo nas telecomunicações internacionais para território europeu; rejeita-se pois a ideia, defendida por alguns, da existência de operadores por áreas verticais de actividade (correios, telecomunicações nacionais e telecomunicações internacionais), o que levaria sempre à fusão dos TLP com o sector de telecomunicações dos CTT.

Em segundo lugar, esta opção traduz ainda o desejo do Governo em transformar, a prazo, a empresa pública CTT igualmente em sociedade anónima, aberta à participação de capitais privados. Tal deverá ocorrer após a autonomização do sector dos Correios dos CTT, o qual passará a constituir uma empresa própria.

Em terceiro lugar, esta opção demonstra que o Executivo considera positiva a existência da Companhia Portuguesa Rádio Marconi (CPRM) nos moldes actuais, ou seja sociedade anónima com forte participação de capitais privados (cerca de 48 por cento), detentora de uma concessão de serviços públicos.

Em quarto e último lugar, esta opção implicará a existência, a prazo, de uma entidade empresarial capaz de «coordenar» e «harmonizar» as actividades dos diferentes operadores, TLP, CTT-Telecomunicações, CTT-Correios, CPRM.

Aliás o Ministério das Comunicações, em discurso proferido na Assembleia da República, a 22 de Fevereiro do ano em curso, admitiu a criação de «uma empresa de gestão das partes de capital do Estado nas empresas de telecomunicações», em simultâneo com a concretização da «autonomia das telecomunicações CTT e dos Correios-CTT».

Será esta certamente a solução a adoptar a médio prazo.

4. Para além destas medidas, o Governo apresentou igualmente à Assembleia da República a proposta da Lei n.º 77/V, lei de bases de esta-

belecimento, gestão e exploração das infraestruturas e serviços de telecomunicações.

Esta proposta, aprovada na generalidade, foi remetida à Comissão Parlamentar de Equipamento Social, a qual deve agora analisá-la na especialidade, a fim de a mesma voltar a Plenário para discussão e votação final⁽¹⁾.

Em face da actual composição político-partidário do Parlamento não são de esperar alterações significativas ao texto da proposta de lei; aliás, os projectos de lei de bases das comunicações apresentadas em alternativa, na mesma altura, pelo PS e pelo PC, foram rejeitados no termo da discussão na generalidade.

A proposta de lei em causa reveste-se de grande importância, uma vez que consagra orientações inovadoras relativamente às telecomunicações.

Seguindo em grande medida as recomendações da Comunidade e, em particular, do Livro Verde, consagram-se algumas definições essenciais no domínio das telecomunicações e também importantes princípios de política, a saber:

- As infraestruturas que integram a *rede básica de telecomunicações* constituem bens de domínio público do Estado.
- O Estado é o garante da existência de um *serviço público de telecomunicações*, capaz de assegurar a comunicação dos cidadãos e das actividades económicas e sociais no conjunto do território nacional e as ligações internacionais.
- O serviço público de telecomunicações pode ser explorado pelo Estado, por pessoa colectiva de direito público ou por pessoa colectiva de direito privado, (operadores de serviço público), mediante *contrato de concessão de serviço público*.
- A concessão do serviço público de telecomunicações obriga ao estabelecimento, gestão e exploração das infraestruturas que constituem a *rede básica de telecomunicações* e à *prestação de serviços fundamentais*, os quais são os serviços fixos de telefone e telex, bem como um serviço comutado de transmissão de dados.
- Os serviços de telecomunicações que envolvam a utilização de *infraestruturas de telecomunicações complementares* podem ser explo-

(1) A proposta foi entretanto aprovada em definitivo (Lei n.º 88/89, de 11 de Setembro).

rados pelos operadores do serviço público de telecomunicações ou por empresas de telecomunicações complementares, devidamente licenciadas para o efeito.

- As infraestruturas de telecomunicações complementares, que são todas aquelas de uso público que não integram a rede básica de telecomunicações, devem ser estabelecidas, exploradas e geridas pelos *operadores de serviço público de telecomunicações* ou por *empresas de telecomunicações complementares*, devidamente licenciadas para o efeito.
- *Os serviços de valor acrescentado* podem ser prestados por qualquer pessoa singular ou colectiva que para o efeito seja autorizada, para além dos operadores do serviço público de telecomunicações e de empresas de telecomunicações complementares.
- A aquisição, instalação e conservação dos *equipamentos terminais de assinantes é livre*.
- A prestação de serviços de instalação e conservação dos equipamentos terminais de assinante só pode ser efectuada por *pessoas singulares ou colectivas, devidamente autorizadas*.
- A participação directa ou indirecta de *pessoas singulares ou colectivas estrangeiras* no capital social dos operadores do serviço público de telecomunicações, bem como dos operadores de telecomunicações complementares, *não pode exceder 25 por cento*.

Com a aprovação definitiva desta proposta de lei, e na sequência dos decretos regulamentares indispensáveis à respectiva execução, ficarão criadas as condições legais para a ocorrência de importantes modificações no sector das telecomunicações em Portugal, quer ao nível industrial, quer ao nível dos operadores, quer ao nível da prestação de serviços.

5. A perspectiva do Governo para as telecomunicações é assim uma perspectiva que, assentando genericamente nos princípios defendidos pela Comunidade e constantes nomeadamente do Livro Verde, aposta no desenvolvimento das telecomunicações através de uma política de privatização, de liberalização e de alguma desregulamentação, onde, em nome dos interesses dos utilizadores (mais e melhores serviços e menores preços), se procede a aberturas significativas à participação de capitais privados e ao acesso

ao mercado nacional dos fabricantes portugueses e europeus em condições de progressiva igualdade.

C — A PERSPECTIVA DOS OPERADORES DE TELECOMUNICAÇÕES

1. A perspectiva dos actuais operadores sobre o futuro das telecomunicações não parece muito clara, o que é natural, em virtude das alterações em curso no sector.

A CPRM, em face do seu estatuto de empresa privada, com larga autonomia de gestão, em face da dupla dependência tutelar (Ministério das Finanças/Ministério das Comunicações), com uma gestão mais preocupada na produtividade dos recursos, e em face dos vultuosos excedentes financeiros de que dispõe, aparece como um operador completamente desinserido do sector, em matéria de investimentos.

A CPRM é uma empresa líder do mercado financeiro, apostando na diversidade dos negócios e procurando parceiros internacionais que lhe permitam entrar em novos mercados.

Por outras palavras, a CPRM, sem deixar de cumprir com rigor as obrigações de serviço público que lhe são impostas pela concessão que detém, age na prática como uma empresa empenhada em demonstrar aos seus accionistas (48 por cento do capital é privado) a sua «performance», crescendo quer em volume de negócios, quer em multiplicidade de actividades, quer naturalmente na rentabilidade dos recursos.

2. Os CTT e TLP, até há pouco dotados da mesma administração, surgem muito mais como operadores públicos, garantes do êxito da política definida para o sector pelo Governo, preocupados com a realização dos investimentos necessários à melhoria global da qualidade de serviço.

As Orientações de Política Empresarial (OPEs), aprovadas pelo actual Conselho de Administração, na sequência de Linhas Gerais de Orientação (LGOs) aprovadas por Administrações anteriores, são disso um claro exemplo.

Os CTT e TLP procuram assegurar o desenvolvimento da rede básica de telecomunicações, a qualidade dos serviços fundamentais que prestam, o lançamento de novos serviços capazes de satisfazer novas necessidades económicas e sociais, tudo isto sem pôr em causa o equilíbrio económico

e financeiro das empresas e permitindo, como hoje, realizar um investimento de cerca de 1 milhão e duzentos mil contos por semana.

As modificações estruturais em curso no sector, com os ventos da desregulamentação, privatização e liberalização a soprar, criam naturais indefinições quanto ao futuro.

3. Até lá, assistiremos sem dúvida a uma actuação empresarial por parte dos CTT e dos TLP que se traduzirá nomeadamente:

- continuação da realização de fortes investimentos na rede básica de telecomunicações;
- concentração do esforço das empresas nos seus negócios fundamentais, o que implicará um maior grau de adjudicação de trabalhos a terceiros, sobretudo nas áreas de instalação de centrais, subsolo, rede exterior e equipamento terminal;
- equacionamento de soluções que permitam dar resposta aos substanciais aumentos de procura nos serviços fundamentais, sem afectação global de qualidade de serviço;
- moderação das iniciativas previstas quanto à actuação na área dos novos serviços, em especial dos serviços de telecomunicações complementares;
- preocupação pelo equilíbrio económico e financeiro.

No que respeita à CPRM, menos pressionada pelas modificações estruturais em curso, a actuação empresarial continuará a visar a colocação dos excedentes financeiros em investimentos produtivos a realizar em áreas diferenciadas e, também, com elevado grau de probabilidade, a preparação para vir a operar nos campos das telecomunicações complementares e dos serviços de valor acrescentado, se a tal for autorizada pelo Governo.

D — A NOSSA PERSPECTIVA

1. A nossa perspectiva sobre o futuro das telecomunicações em Portugal tem em linha de conta o que pensamos ser a orientação global da Comunidade, a política do Governo e a realidade dos actuais operadores de serviço público.

O ponto de partida assenta na constatação das extraordinárias mutações tecnológicas que assolam as telecomunicações e na convergência que este sector regista e registará cada vez mais com a informática.

A penetração diversificada nos mais variados ramos de actividade e os profundos impactos no tecido sócio-económico estão a transformar as telecomunicações não só num motor de desenvolvimento, mas também num modelador da forma de vida em sociedade.

Os desafios colocados às telecomunicações abrangerão áreas diferentes, desde o conceito e estruturas de redes, aos tipos e formas de serviços e à própria essência dos operadores de serviços públicos.

Mas desde já uma conclusão pode tirar-se quanto ao futuro. As telecomunicações terão de adoptar modelos de funcionamento que exprimam a dinâmica e a agressividade inerente ao salto qualitativo expectável para o mundo das comunicações, comportando-se como vivendo num clima de verdadeira competição.

Além de que, com o evoluir das redes, serviços e equipamento terminal, será cada vez maior a simbiose entre as telecomunicações e os seus utilizadores.

Os serviços de telecomunicações complementares, em particular os serviços de telecomunicações móveis, e os serviços de valor acrescentado, a prestar quer pelos operadores tradicionais quer por novos operadores privados, virão reforçar ainda mais a perspectiva de integração dos intervenientes em presença.

2. Poderemos considerar a existência de dois períodos razoavelmente distintos até ao final do século, no que toca à evolução das telecomunicações.

O primeiro desenvolver-se-á até 1992 e o segundo até ao ano 2000. Vejamos o primeiro período.

Nos próximos três anos as telecomunicações irão evoluir, seguindo o cenário tendencial actual, com especial ênfase nas seguintes formas:

- Continuidade e desenvolvimento de redes separadas (rede telefónica, rede telex, rede telepac), à que se poderá eventualmente adicionar uma rede de comutação digital de circuitos de baixo/médio débito (até 144 Kbit/s).
- Crescente introdução de técnicas digitais de comutação e de transmissão, fundamentada por razões de ordem económica e por impe-

rativos desenvolvimentistas, sobretudo no que se refere às respostas necessárias ao enorme aumento da procura de serviços ocorrida nos últimos anos.

- Continuação da primazia absoluta do telefone tradicional sobre todos os outros meios de telecomunicações. A esta telefonia tradicional adicionar-se-ão algumas facilidades que, no entanto, não modificarão o carácter do serviço telefónico.
- Introdução das telecomunicações móveis, em particular o telefone móvel e o «paging», que iniciarão processo de afirmação no mercado.
- Crescimento de alguns serviços telemáticos de baixo/médio débito, fundamentalmente vocacionados para a população profissional e institucional.
- Estabelecimento pontual de alguns meios de banda larga, permitindo a comunicação de imagens em tempo real.
- Introdução de serviços de telecomunicações por satélite, em particular nas áreas de vídeo e de dados.
- Liberalização do mercado de equipamentos terminais.
- Clima de alguma competição na prestação de serviços públicos de telecomunicações entre os operadores tradicionais e total competição na área dos serviços de telecomunicações complementares e dos serviços de valor acrescentado.
- Prestação dos serviços básicos de telecomunicações (telefone, telex, dados), em regime de exclusivo, pelos operadores tradicionais de telecomunicações.
- Aparecimento e afirmação no mercado dos primeiros operadores privados, quer de telecomunicações complementares, quer de serviços de valor acrescentado, para além do reforço dos capitais privados nos operadores tradicionais.
- Crescimento significativo da zona de prestação de serviços aos operadores de telecomunicações, sobretudo nos domínios do projecto e de instalação de sistemas de comutação e transmissão, subsolo, rede exterior e equipamentos terminais.

3. Para além de 1992, poderemos considerar a existência de vários cenários, independentemente de o serviço telefónico, em nossa opinião, con-

tinuar a deter a primazia, já que se trata de um serviço de consumo básico, isto é, vocacionado para o grande público.

Tomando como referência três classes significativas de serviços de telecomunicações — telefónico, telemático e videomático — podem definir-se quatro tipos distintos de cenários, de acordo com as opções fundamentais que vierem a ser adoptadas para a penetração dos serviços:

— Cenário telefónico, cenário audiomático (ou telemático), cenário videofónico e cenário videomático.

No primeiro, *cenário telefónico*, continua-se a privilegiar fortemente o serviço telefónico tradicional, assumindo-se que a tele-informática e a telemática se vocacionarão unicamente para uma clientela profissional especializada.

No *cenário audiomático ou telemático*, assume-se que a tele-informática e os diversos telemáticos de baixa e média velocidade penetrarão significativamente no parque residencial, sendo o telefone na sua maioria constituído por terminais multi-serviço (terminais ISDN).

O *cenário videofónico* privilegia os serviços de banda larga vocacionados para imagens em tempo real, considerando que atingirão fortemente o grande público, servindo aplicações residenciais. Pelo contrário, neste cenário, as aplicações tele-informáticas e telemáticas de média velocidade restringir-se-ão unicamente aos meios profissionais.

Finalmente no cenário videomático, assistir-se-á a uma profunda penetração de todo o tipo de serviço (telefónico, telemático e vídeo) em todos os sectores da sociedade, quer no parque residencial, quer no parque empresarial ou institucional.

4. Embora não seja realista admitir que se possa enveredar livremente por qualquer um dos cenários apresentados, nem que seja possível assumir integralmente e como receita uma das quatro vias de desenvolvimento, vejamos qual dos quatro cenários descritos terá maior probabilidade de ser implementado em Portugal, a partir de 1992.

O *cenário telefónico*, muito embora seja o que menos iniciativa e dinamismo exige da Administração das Telecomunicações, agravaria mais o atraso de Portugal em relação aos restantes países europeus.

De facto, se é certo, que um massivo investimento no serviço telefónico tradicional permitirá recuperar o actual atraso quantitativo do parque telefónico, podendo colocar-nos no ano 2000 aos níveis actuais do resto da Europa, teríamos nessa altura um atraso qualitativo abissal em relação a todos os novos serviços e tecnologias oferecidas. Por outro lado, entraríamos no século XXI com uma infraestrutura de telecomunicações anquilosada e desadequada, projectada tendo em vista objectivos dum serviço que conheceu o apogeu alguns anos atrás.

O *cenário videofónico* afigura-se-nos irrealista e desadequado, pois exige investimentos vultuosos com boa probabilidade de estarem mal direccionados. De facto será pouco crível que após todo o impacto que as tecnologias de informação estão a ter durante esta década, com crescente interesse dos centros profissionais, se venha a assistir nos anos 90 a uma total inversão da tendência, com sobrevalorização das necessidades domésticas em relação às empresariais. Se é admissível a proliferação do video telefone e da comunicação sofisticada entre pessoas, não o será no entanto, em nossa opinião, em detrimento de meios igualmente poderosos e amplamente disseminados para a transação e processamento de informação.

Neste contexto parece que os cenários que adoptando uma atitude nitidamente desenvolvimentista e simultaneamente bem direccionada, permitem estimular diversos sectores de actividade e introduzir recursos que facilitarão grandemente a vida da sociedade futura, são o *audiomático* e *videomático*.

Atendendo aos pesadíssimos investimentos envolvidos, à tremenda ruptura com a situação e à expectativa eventualmente optimista dos desenvolvimentos tecnológicos inerentes, que o *cenário videomático* implica, este só é possível de ser encarado por países sem problemas básicos por suprir, com o índice actual de desenvolvimento muito acelerado, com parque telefónico próximo da saturação, com indústria e centros de investigação poderosos e apetentes de novos caminhos e mercados e, sobretudo, com previsões de evolução económica interna bastante favoráveis.

Por todos estes motivos pensamos que o cenário que, sendo simultaneamente realista e desenvolvimentista, poderá responder aos anseios da nossa comunidade, permitindo recuperar algum atraso e atingir o final do do século com um panorama não comprometedor, é o *cenário audiomático* ou *telemático*.

Em sintonia com esta opção, tem-se verificado expressiva apetência da sociedade portuguesa pelas tecnologias da informação, existindo até diretorias governamentais que apontam esta via como agente dinamizador de indústrias suporte (software, terminais, circuitos integrados, etc.), que contribuam para o salto industrial e económico tão necessário ao nosso País.

Obviamente a adopção de um cenário audiomático em Portugal terá de ser temperada pelas disponibilidades de investimento, pela sensibilidade de mercado, pelo atraso actual em telefonia tradicional, pelo que se verificarão com toda a certeza índices de penetração substancialmente inferiores aos antecipados para este cenário em países desenvolvidos.

Em todo o caso, o cenário audiomático ou telemático em Portugal, tomará corpo efectivo a partir de 1992, com especial ênfase nas seguintes formas:

- Aumento significativo (mais 50 por cento do que actualmente) do investimento público e privado nas telecomunicações.
- Continuação da primazia do serviço telefónico relativamente a todos os outros.
- Continuação do exclusivo dos operadores tradicionais de telecomunicações nos serviços telefónicos e de telex, admitindo-se a abertura à concorrência do serviço de comunicação de dados e respectiva infraestrutura.
- Grande desenvolvimento e penetração dos serviços de telecomunicações móveis, em especial o telefone móvel e o «paging».
- Forte implantação de novos serviços de tipo teleinformático e telemático, de baixo e médio débito, ao nível profissional e também ao nível dos utilizadores domésticos.
- Disseminação de terminais multi-serviço, com perda de terreno para o telefone tradicional.
- Desenvolvimento das tecnologias digitais na rede básica de telecomunicações, vocacionando-a preferencialmente para a transmissão a baixo e médio débito.
- Introdução de serviços de banda larga, com suportes próprios, designadamente satélites.
- Forte implantação de serviços de valor acrescentado, com destaque para o videotex, a que corresponderá igualmente o crescimento dos

- negócios de informação, em particular através da constituição de bases de dados.
- Reforço da presença no mercado de operadores privados de telecomunicações.
 - Actuação em novos moldes dos actuais operadores de serviços públicos de telecomunicações, TLP, CTT e CPRM, admitindo-se inclusivé a possibilidade de os TLP virem a transportar tráfego («maxime» entre Lisboa e Porto) e a CPRM aceder directamente a clientes.
 - Enfraquecimento da indústria nacional de telecomunicações em benefício de grupos multinacionais detentores de tecnologia.
 - Espectacular crescimento da área de serviços, quer no que toca à sua prestação aos operadores de telecomunicações, quer ao público em geral.
 - Ambiente generalizado de concorrência.

Abril de 1989.

Raul Bordalo Junqueiro

Consultor Superior, dos Correios
e Telecomunicações de Portugal

UMA ABORDAGEM À COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
NO SECTOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
PARA FINS ESPACIAIS

José Manuel Costa Neves

UMA ABORDAGEM À COOPERAÇÃO INTERNACIONAL NO SECTOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL PARA FINS ESPACIAIS

1. O CARÁCTER UNIVERSAL DO ESPAÇO E DOS SEUS RECURSOS

O espaço extra-atmosférico e as riquezas que encerra são património da humanidade.

É ilegítimo, seja a que título for, um qualquer estado reivindicar a exclusividade da sua exploração e muito menos da posse dos corpos celestes que o povoam, dos respectivos recursos ou ainda de posições estratégicas espaciais privilegiadas.

É neste sentido que apontam os princípios já acordados internacionalmente sobre a utilização do espaço extra-atmosférico. Em 22 de Dezembro de 1959, por exemplo, a Assembleia Geral das Nações Unidas, por unanimidade, considerou ser «... do interesse da humanidade limitar-se às utilizações pacíficas do espaço, em proveito de todos os povos, qualquer que seja o estado do seu desenvolvimento económico e científico...».

Em boa verdade, seria pouco abonatório da condição humana repetir no espaço conflitos e egoísmos que hoje se reconhecem terem sido causa importante dos atrasos sofridos pelo multimilenar processo de aperfeiçoamento da humanidade, que nos tende a aproximar cada vez mais do homem do futuro, tão inteligente quanto generoso, quer com os seus semelhantes, quer com o universo que o envolve.

No entanto, enquanto não se atingir tal estado de perfeição, ainda do reino da utopia, há que ter em linha de conta que os países económica e industrialmente mais poderosos estão à partida em vantagem para impor condições e colher benefícios, raramente cedendo a favor dos outros países

se a isso não forem de qualquer forma compelidos. Corolário desta realidade é a necessidade de os países mais fracos e vulneráveis se empenharem no reforço da sua capacidade negocial, tentando fazer respeitar direitos que lhes cabem, sobretudo quando são direitos universalmente reconhecidos.

Mas enquanto para os países que detêm níveis económicos elevados e avançada ciência e tecnologia é relativamente simples preparar o futuro por forma a usufruir do princípio da universalidade do espaço e dos seus recursos, o mesmo já não se pode dizer em relação àqueles onde tal não se passa, quantas vezes ainda apoquentados por problemas bem mais terrenos e de resolução premente, como a pobreza e o endividamento. Para estes, só uma grande força de vontade, sentido de responsabilidade colectiva e inteligência política para negociar eventuais potencialidades estratégicas que possuam, geográficas, humanas ou outras, permitirão obter contrapartidas com valor reprodutivo que os façam sair progresivamente do ciclo vicioso a que estão amarrados por via do seu fraco desenvolvimento.

Isto, porém, é por si insuficiente. Quando o mundo da tecnologia avança tão rapidamente que os conhecimentos de ponta se tornam rotineiros de um dia para o outro, fazendo com que o avanço dos países mais apetrechados se faça a velocidade superior à dos outros e aumente o fosso que os separa, só a assunção plena, por parte dos primeiros, da injustiça desta situação, do perigo que representa a prazo para a harmonia da sociedade mundial e a consciência da importância da sua correcção, pode permitir aos países mais débeis verem os seus esforços de progresso coroados de êxito.

Ainda que aquém do desejável, passos importantes têm vindo a ser dados nesse sentido, nomeadamente a nível europeu. A Comunidade, por exemplo, está a utilizar as tecnologias espaciais em programas de apoio a países em vias de desenvolvimento de África, Caraíbas e Pacífico, nomeadamente nas áreas de detecção remota, telecomunicações e radiodifusão directa para fins educacionais.

De certa forma, poder-se-á dizer que é importante transferir para o relacionamento entre nações os valores, os direitos, as obrigações, as responsabilidades e os sistemas de controlo que caracterizam o funcionamento democrático das sociedades, contribuindo para evitar mais tarde no domínio

do espaço as enormes resistências, dificuldades e conflitos que geralmente ocorrem quando se visa alterar um dado «statu quo», por mais aberrante que seja, sobretudo quando é favorável a quem detém a maior cota-parte de poder efectivo.

A cooperação e a solidariedade internacionais em conjunto poderão tornar realidade aquilo que hoje em dia ainda quase não passa de uma mera declaração de intenções: o espaço extra-atmosférico e as suas riquezas devem ser utilizadas «... em proveito de todos os povos, qualquer que seja o estado do seu desenvolvimento económico e científico...».

2. ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE VANTAGENS E INCONVENIENTES DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Em razão dos elevados custos dos grandes programas espaciais, torna-se cada vez mais difícil a um dado estado desenvolvê-los autonomamente, mesmo quando se trata de grandes potências.

São elucidativas as estimativas dos custos dos programas europeus Hermes, avião espacial, e Eureka, plataforma orbital recuperável, respectivamente de 2000 milhões e 220 milhões de dólares americanos (preços de 1986) (1). Atendendo a que simultaneamente com os grandes programas se têm que desenvolver outros, de menor dimensão, mas não de menor importância, como por exemplo os de experimentação científica em ambiente de microgravidade, programas esses que em grande parte, aliás, justificam os primeiros, pode avaliar-se o enorme esforço financeiro exigido na concepção, ser levado a cabo entre países com níveis científico-tecnológicos semelhantes. execução e operação dos meios espaciais.

Para se ter uma ideia dos custos destes programas «menores», veja-se o quadro seguinte (2) com os gastos anuais de algumas organizações em

(1) *Grand Atlas Universalis de L'espace*, 1987.

(2) Forte: BMFT — Ministério para a Investigação e Tecnologia alemão.

investigação em microgravidade no âmbito das ciências da vida e dos materiais, sem incluir, no entanto, os custos de lançamento dos meios no espaço (3):

ENTIDADE \ ANO	ANO				
	1983	1984	1985	1986	1987 (estimado)
NASA (milhões de US\$)	78 (11,7 MC)	82 (12,3 MC)	89 (13,4 MC)	97 (14,6 MC)	119 (17,9 MC)
ESA (milhões de ECU)	13 (2,2 MC)	16 (2,7 MC)	22 (3,7 MC)	32 (5,4 MC)	35 (6 MC)
BMFT (milhões de DM)	73 (6,1 MC)	101 (8,4 MC)	106 (8,8 MC)	82 (6,8 MC)	117 (9,7 MC)
CNES (4) (milhões de Francos)	18 (0,4 MC)	25 (0,6 MC)	31 (0,7 MC)	37 (0,9 MC)	60 (1,5 MC)

Face ao realismo dos números, é fácil aceitar que a cooperação internacional surja como a solução cada vez mais procurada para ultrapassar as dificuldades levantadas pelas restrições orçamentais das políticas nacionais e levar a bom termo a ciclópica tarefa de dominar o espaço extra-atmosférico bem, depressa e com oportunidade.

Apesar disso, neste como noutros domínios da produção industrial, o recurso à cooperação apresenta alguns escolhos que é preciso ultrapassar caso a caso, visto que a par das suas inquestionáveis vantagens apresenta também alguns inconvenientes que merecem ponderação. A adopção de uma fórmula de cooperação concreta deve obedecer a uma prévia e minuciosa análise desses prós e contras, que variam com as especificidades do caso em apreciação e com o estado de desenvolvimento dos países cooperantes.

(3) Para facilitar a comparação, apresentam-se entre parênteses valores aproximados em milhões de contos (MC).

(4) CNES — Centro Nacional de Estudos Espaciais francês. Os valores apresentados apenas incluem os gastos em ciências dos materiais.

O certo é que ao abordar-se a questão da cooperação tem que se admitir que cada estado tenda a procurar obter um estatuto de igualdade em relação aos seus parceiros e a garantir que a solução a adoptar não prejudique as respectivas independências em termos de investigação e desenvolvimento (I&D).

Este ponto de vista é por si origem de dificuldades e tem merecido a oposição de alguns dos que defendem que o regime de cooperação só deve ser levado a cabo entre países com níveis científico-tecnológicos semelhantes. Crê-se que sem razão, porque ao reconhecer-se o espaço como património de toda a humanidade e, como tal, que o resultado da exploração das suas virtualidades deve reverter a favor de todas as nações, lógico será aceitar-se a legitimidade do direito de cada uma delas à participação nesse esforço exploratório, proporcionalmente às suas possibilidades, sem dúvida, mas sem quaisquer subordinações que firam a dignidade do estado ou limitem o princípio da igualdade de direitos das nações.

Para além disso é um facto que, mesmo entre países igualmente desenvolvidos, a cooperação levanta algumas dificuldades que se prendem essencialmente com a relutância em partilhar conhecimentos avançados e até inéditos com parceiros que são ou poderão vir a ser concorrentes em áreas em que esses conhecimentos podem ser aplicados. Esta situação piora quando surgem suspeitas da existência de riscos de transferência de tecnologias de ponta para países politicamente adversos. Esta possibilidade, porém, tem mais a ver com o número de cooperantes e com os esquemas de segurança, do que com os níveis tecnológicos de cada um deles.

Afirma-se também frequentemente que as produções em regime de cooperação são mais caras e demoradas do que as executadas de acordo com programas nacionais autónomos. É uma crítica que se apoia em casos concretos, que necessita no entanto que se acrescente que o defeito original não está tanto na cooperação mas mais na forma como é concretizada.

Os factores que aconselham a cooperação entre estados em detrimento de soluções solitárias são a complexidade, a dimensão e os elevados custos dos programas a realizar, a que se pode acrescentar ainda o reconhecimento da sua importância e inadiabilidade. Nestas circunstâncias, a partir do momento em que é decidido avançar em conjunto, só há que procurar eliminar ou atenuar os obstáculos de percurso, na sua maioria resultantes da internacionalização dos interesses em jogo e de questões que se prendem

com a concorrência empresarial, em boa verdade as principais responsáveis pela dilatação de preços e prazos.

O bom entendimento entre as partes interessadas e, por consequência, o bom andamento dos programas de cooperação, ficará muito facilitado se for tido em atenção o seguinte:

- existência de uma política global comum, bem definida e de longo prazo, onde se integre o projecto de cooperação em análise;
- exaustão e detalhe na preparação dos projectos e programas, bem como na distribuição das tarefas e constituição dos grupos de trabalho;
- atribuição de postos de direcção e de responsabilidades em função de competências comprovadas, tendo em atenção o direito de cada uma das partes ao estatuto de parceiro igual;
- confiança recíproca em relação à qualidade dos trabalhos executados, procurando evitar a multiplicação de verificações e procedimentos de controlo;
- simplificação dos mecanismos de apoio à execução dos programas, diminuindo-lhes a tendência natural para a inércia, para a repetitividade e para a lentidão;
- resolução prévia das questões inerentes à permuta de altas tecnologias, nomeadamente as respeitantes à segurança;
- garantia prévia da compatibilidade dos programas com as políticas internas e externas, comerciais e outras, de cada um dos países membros;
- compromisso de não interferência de situações conjunturais internas no desenvolvimento dos programas de cooperação.

Se os países desenvolvidos podem permitir-se avaliar vantagens e inconvenientes de uma dada hipótese de cooperação no domínio espacial (ou outros) e optar eventualmente pela produção autónoma, o mesmo já não acontece com os países com fracos recursos financeiros e industriais, sobretudo quando simultaneamente o seu nível científico-tecnológico é baixo.

Para países com estas características a única saída é a cooperação internacional, que só lhes pode trazer benefícios, dos comerciais aos tecnológicos e aos seus efeitos multiplicadores, desde que saibam salvaguardar:

- a independência científico-tecnológica no acto do acordo de cooperação;
- a capacidade para utilizar a experiência e os conhecimentos adquiridos através da cooperação para dinamizar o esforço de I&D nacional;
- a reprodutividade em termos de I&D das contrapartidas contratuais, sempre que as haja.

Apesar das questões de princípio anteriormente abordadas, reconhece-se que é difícil, nestes casos, reunir as condições mínimas para se ser aceite como parceiro num dado projecto de cooperação. No entanto, sendo evidente que esta via é para os países menos desenvolvidos uma forma privilegiada de recuperar algum do atraso que os separa dos países mais avançados no domínio das tecnologias modernas, é imprescindível que reúnam esforços e estimulem a imaginação para que tal se torne possível em todos os casos que lhes possam trazer prestígio, saber e proveito material.

A forma ideal de cooperação é a co-produção, na medida em que lhe corresponde um estatuto que permite ao cooperante participar em todas as fases dos programas, desde a investigação à fase de desenvolvimento e de fabrico dos materiais. Por isso, escusado será dizer que se torna complicado para um país pouco desenvolvido reunir à partida as condições exigidas para participar em co-produções avançadas, como são as espaciais.

Outros tipos de cooperação, porém, podem ser encarados, como por exemplo a transferência de tecnologia, normalmente sob condições muito restritivas, os fabricos sob licença, a subcontratação ou a autorização para a instalação de indústrias em território nacional. Esta última opção é muito mais interessante do ponto de vista económico do que do ponto de vista de desenvolvimento, apesar de incluir normalmente no lote de contrapartidas a qualificação técnica e o emprego de mão-de-obra do país hospedeiro.

A utilização das mais avançadas tecnologias no sector espacial e a possibilidade de transferência dessas tecnologias para outros sectores de produção industrial fazem com que o espaço seja particularmente atraente

para o investimento e vantajoso para o incremento da globalidade da indústria de um dado país.

A tendência actual para a diminuição dos recursos financeiros disponíveis associada aos elevados riscos da produção espacial fazem da cooperação internacional a melhor solução para o aproveitamento oportuno, rápido e eficaz das potencialidades do espaço extra-atmosférico, independentemente do estado de desenvolvimentos dos países interessados.

É por isso necessário que continue a verificar-se a tendência para se atenuar em chauvinismos inibidores do esforço de cooperação.

3. *AGÊNCIA ESPACIAL EUROPEIA: UM EXEMPLO BEM SUCE- DIDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL* ⁽⁵⁾

Bem cedo se constatou a nível europeu, no plano civil, a importância da cooperação no domínio espacial.

As suas raízes remontam aos anos cinquenta, quando na Grã-Bretanha se debatia o interesse do fabrico nacional de um engenho lançador civil de média potência a partir de um míssil denominado «Blue Streak», desenvolvido pela empresa De Havilland (1955), e de um foguetão com o nome de «Black Knight», da Royal Aircraft Establishment (1957).

Entretanto, o rápido progresso que se verificava no domínio dos grandes propulsores, nomeadamente nos Estados Unidos da América, associado aos múltiplos problemas e atrasos subsequentes do «Blue Streak» levou o governo britânico a abandoná-lo, propondo-o no entanto a outros países europeus em regime de cooperação, numa tentativa de assim aproveitar os os conhecimentos acumulados e os investimentos já efectuados no projecto.

Como é natural, só os países com elevado nível científico-tecnológico e industrial no domínio aeroespacial estariam em condições de participar num projecto deste tipo.

Era o caso da França, então empenhada na construção da sua força de dissuasão nacional, que na Conferência de Estrasburgo de 1961, com a Grã-Bretanha, propôs a constituição de uma organização europeia criada

⁽⁵⁾ A informação contida neste ponto 3. é essencialmente baseada nos elementos recolhidos pelo autor no Salão Aeroespacial do Bourget de 1989 e no relatório anual da ESA referente a 1987.

efectivamente em 29 de Fevereiro de 1963 com o nome de European Launchers Development Organization (ELDO), com o objectivo principal de conceber e realizar um lançador internacional de três andares, em que o primeiro era britânico e baseado no referido «Blue Streak», o segundo francês «Coralie» e o último alemão.

Nascia, deste modo, o Programa Europa, que foi, em nosso entender, apesar de nunca ter funcionado convenientemente, um marco fundamental na ascensão do velho continente à posição de terceira potência aeroespacial do mundo, logo atrás dos Estados Unidos e da União Soviética.

Os insucessos do Programa Europa privavam os países europeus da posse de lançadores adequados à colocação em órbita dos seus satélites, cuja produção tinha sido entretanto dinamizada no quadro de uma segunda organização de cooperação europeia, a European Space Research (ESRO), criada em 20 de Março de 1964 especialmente para esse fim. Os lançamentos dos satélites europeus eram então assegurados pela NASA (National Aeronautics and Space Administration), situação de dependência que só viria a terminar com o bem sucedido lançamento do ARIANE I, em 24 de Dezembro de 1979.

Contemporânea da ELDO e da ESRO, existia ainda a nível europeu uma terceira organização internacional de cooperação no domínio espacial, constituída em 22 de Março de 1963 e designada por Conférence Européenne de Télécommunications par Satellite (CETS), com a missão específica de desenvolver satélites de telecomunicações e tratar das questões relacionadas com as telecomunicações mundiais via satélite na perspectiva dos interesses europeus.

Como é natural, entre estas três organizações, ELDO, ESRO e CETS, existiam zonas de interesse e de acção comuns que aconselhavam a existência de um órgão superior que determinasse a política de acção conjunta, planeasse, coordenasse e racionalizasse as missões de cada uma e, se necessário, dirimisse conflitos de interesses. A solução encontrada foi a reunião dos ministros encarregados da área espacial de cada país participante num órgão que se denominou Conférence Spatiale Européenne (CSE).

Foram ainda os problemas com o Programa Europa que decidiram a CSE a constituir um organismo de cooperação internacional no seio da comunidade europeia, por fusão da ELDO e ESRO, com a missão de garantir e dinamizar a colaboração entre estados europeus no campo da ciência e

da tecnologia aplicadas ao espaço, planear a prazo a actividade espacial europeia e coordenar o desenvolvimento dos diferentes programas europeus, nacionais ou internacionais, e dos seus próprios programas. Por outro lado, a CETS foi dissolvida em 1972.

Nasceu então a Agência Espacial Europeia (ESA), por convenção assinada em 30 de Maio de 1975 por onze estados fundadores: Alemanha (RFA), Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Irlanda, Itália, Grã-Bretanha, Holanda, Suécia e Suíça, cujos fins são de natureza exclusivamente pacífica ⁽⁶⁾.

A gestão da ESA e a elaboração das grandes linhas da respectiva política geral, científica, técnica administrativo e financeira, é da responsabilidade de um Conselho que se reúne periodicamente e é composto por representantes de todos os estados membros.

Cada estado membro tem voz activa no que respeita aos programas obrigatórios da Agência, mas tem direito de voto apenas nos programas facultativos em que participa.

Para além do Conselho e da estrutura directamente dependente dele, existe ainda uma estrutura executiva sob a direcção de um director-geral, que é nomeado pelo Conselho por um período de quatro anos.

Para ser admitido com o estatuto de estado membro da ESA é preciso pagar uma quota anual para o orçamento da Agência, cujo montante é proporcional ao rendimento nacional do estado em questão. Outra condição indispensável é a capacidade para participar desde o acto da adesão no esforço de produção industrial, científico e tecnológico da Agência, através de empresas nacionais previamente seleccionadas.

Se inicialmente este facto pode constituir uma dificuldade para as intenções de entrada na ESA de um país industrialmente menos desenvolvido, a prazo representará uma vantagem dado que permite dinamizar o sector industrial e recuperar rapidamente a comparticipação obrigatória para o orçamento anual da Agência, por via das empresas contratadas.

⁽⁶⁾ Actualmente a ESA inclui também a Austria e a Noruega (1Jan87) e, como membro associado, a Finlândia. O Canadá tem com a ESA um estreito acordo de cooperação, que lhe permite participar nas suas actividades e programas.

O estatuto de estado associado difere do estatuto de estado membro no que respeita ao valor da quota anual, bastante menor no segundo caso. Para além disso, o estado associado não tem direito a voto e negocia caso a caso com a ESA a forma de participação nos seus programas, obrigatórios ou facultativos.

A ESA apenas tem assegurado o funcionamento dos sistemas espaciais que concebe e desenvolve até ao momento de estarem em condições de utilização comercial (7), altura em que transfere as suas responsabilidades de gestão para outras entidades, como por exemplo no caso da empresa Arianespace, para os lançadores, ou das organizações intergovernamentais Eutelsat e Eumetsat, respectivamente para os satélites de telecomunicações e meteorológicos.

Só em situações excepcionais e transitórias esta regra é quebrada, como o foi, por exemplo, no caso do programa Meteosat, que corria o risco de ser interrompido em virtude da Eumetsat, a que se destinavam os satélites, ter aguardado durante três anos a ratificação da respectiva convenção, só realizada em 19 de Junho de 1986.

Merece também ser sublinhado que não é vocação da ESA fabricar os seus próprios sistemas espaciais. Encomenda-os, por isso, às empresas industriais dos países membros capazes de responderem às rigorosas exigências das cláusulas contratuais.

A importância da ESA no desenvolvimento industrial da Europa espacial está reflectida na distribuição das despesas que efectuou por exemplo em 1987, num total de 1527,7 milhões de ECU, ou seja um valor da ordem dos 260 milhões de contos:

— Sistemas de transporte espacial	30,5 %
— Programas de telecomunicações	18,0 %
— Estação e plataformas espaciais	12,9 %
— Programas de observação da Terra	12,4 %
— Programas científicos	11,2 %
— Programas de microgravidade	2,4 %
— Outros programas de tecnologia avançada	0,5 %

Os 12,1 por cento sobrantes foram consumidos em despesas gerais de funcionamento da Agência.

Neste aspecto, é também elucidativo o facto de a ESA manter actualmente contratos com mais de 200 empresas europeias, de pequena, média e grande dimensão, nalgumas dezenas de casos justificando a constituição nessas empresas de equipas técnicas permanentes.

(7) Esta limitação não é imposta pela Convenção que rege as actividades da ESA.

Os contratos firmados pela ESA com as empresas têm incidido fundamentalmente nos sectores de actividade ligados à construção de satélites, de engenhos de lançamento e de componentes terrenos de controlo e ligação aos sistemas espaciais (recepção de dados, rastreio, etc.).

A ESA prepara-se para realizar ambiciosos projectos que consolidarão a Europa, se bem sucedidos, como grande potência espacial, com capacidade autónoma em muitos domínios e à altura de colaborar e de concorrer com os velhos (EUA e URSS) e os novos (Japão, Índia, China, Brasil) senhores do espaço. Citam-se, a título de exemplo, o módulo habitável «Columbus», destinado a integrar uma estação espacial orbital a construir pelos Estados Unidos em cooperação com outros países e, a prazo, uma estação predominantemente europeia, a nova geração de lançadores de grande potência, a iniciar com o foguetão «Ariane 5» e o avião espacial europeu «Hermes».

A Agência Espacial Europeia traduz de certa forma a consequência da importância atribuída por grande parte dos países europeus ao espaço extra-atmosférico, bem como da consciência das dificuldades em cada um agir isoladamente com êxito em tão avançado, vasto e dispendioso domínio de aplicação da técnica e da ciência.

Apesar disso, é curioso e estimulante para nós constatar que as pequenas e médias empresas absorvem mais de metade do total dos pagamentos da ESA à indústria, o que prova que a participação na produção industrial para fins espaciais tem muito mais a ver com os factores inovação e qualidade do que com o factor dimensão, quer se trate de empresas ou de países, desde que se enverede pela via da cooperação.

4. A COMUNIDADE EUROPEIA FACE AO ESPAÇO E À COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

O Acto Único Europeu, no título VI, dedicado à investigação e ao desenvolvimento tecnológico, reflecte a grande importância atribuída pela Comunidade à cooperação internacional como meio de tornar a indústria europeia desenvolvida, científica e tecnologicamente, e competitiva internacionalmente.

O n.º 2 do artigo 130 F é bem explícito ao afirmar que «... (a Comunidade) apoia os seus esforços de cooperação (das empresas, incluindo as pequenas e médias, dos centros de investigação e das universidades), com

o objectivo particular de permitir às empresas explorar plenamente as potencialidades do mercado interno da Comunidade em benefício, nomeadamente, da abertura de mercados públicos nacionais, da definição de normas comuns e da eliminação dos obstáculos jurídicos e fiscais a esta cooperação».

Mais adiante, no artigo 130 G, alínea *b*), é apontado, entre outros, o seguinte caminho para atingir o objectivo proposto:

«Promoção da cooperação em matéria de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração comunitárias com países terceiros e com organizações internacionais.»

O reconhecimento generalizado do espaço como fonte de riqueza, de poder e de bem-estar, não poderia deixar de fazer com que a Comunidade Europeia lhe dedicasse uma muito especial atenção.

A Europa procura naturalmente fortalecer-se como um todo na sociedade mundial, em termos políticos, económicos, sociais e de defesa, através do reforço da sua unidade e do desenvolvimento das suas capacidades autónoma e concorrencial nos mais diversos domínios de actividade económica. Daí o valor atribuído ao espaço, que representa e representará ainda mais no futuro grandes interesses de ordem comercial e industrial. A elevada qualidade exigida à produção industrial para fins espaciais como, forma de se obterem serviços cada vez melhores e mais rentáveis, obriga a que esteja permanentemente alicerçada nos mais avançados conhecimentos.

Por isso, o espaço está hoje transformado numa autêntico pólo de mobilização científica e tecnológica, sem dúvida, mas também social, económica e política, com repercussões favoráveis na vida das populações.

O sucesso comercial dos serviços veiculados através do espaço, como as telecomunicações ou a teledifusão, os benefícios socioeconómicos directos, como os ambientais ou os resultantes da meteorologia via satélite, os benefícios indirectos, como os provenientes da transferência de tecnologias para áreas distintas da espacial, o valor estratégico do espaço para a defesa da Europa, enfim a necessidade de alta qualificação do pessoal que lida com as técnicas espaciais e os reflexos disso no mercado de trabalho, são razões mais que suficientes para levarem a Comunidade Europeia a debruçar-se em profundidade sobre tudo o que se relaciona com a conquista, exploração e comercialização do espaço extra-atmosférico, procurando intervir por forma a colher os maiores benefícios possíveis dessas actividades.

O funcionamento do mercado interno europeu vai contribuir para evidenciar a necessidade da Comunidade analisar a globalidade da actividade espacial na Europa, procurando certamente torná-la mais competitiva e atraente para esse mercado, quer no âmbito da produção industrial, quer no da exploração das aplicações dos sistemas operacionais. Vai ser preciso, concerteza, criar legislação e adaptar a actualmente existente às especificidades das questões espaciais no que respeita à regulamentação comercial, fiscal, aduaneira, da concorrência, da propriedade intelectual, da protecção de dados satélite para utilização comercial, da circulação de bens entre a terra e o espaço, dos detritos espaciais, enfim das questões de direito civil e penal que se levantem no espaço ou que com ele se relacionem.

Apesar dos sucessos da experiência de cooperação internacional representada pela ESA, como por exemplo o lançador de média potência «Ariane», ou o satélite de detecção remota «Spot» ou o laboratório espacial «Spacelab» ou ainda a sonda «Giotto», a Europa espacial apresenta por enquanto importantes vulnerabilidades que vão desde a dependência dos Estados Unidos em aspectos relacionados com o segmento espacial e do Japão relativamente ao segmento terrestre, à ausência de cooperação entre países europeus no sector espacial de defesa, às dificuldades inerentes a um enquadramento legal pouco incentivador de novas iniciativas, a um mercado interno reduzido e diversificado, a orçamentos espaciais insuficientes, etc...

A necessidade de uma política europeia espacial que equacione e resolva todas estas questões com o fim de consolidar a posição já alcançada internacionalmente pela Europa e, se possível, melhorá-la, torna-se urgente, porque estão a aparecer novas potências espaciais suas concorrentes e a distância que a separa das duas superpotências é ainda muito grande e, atendendo aos investimentos respectivos no sector, tem tendência para aumentar ⁽⁸⁾. O panorama internacional, visto sob a perspectiva dos esforços financeiros referidos a 1987 ⁽⁹⁾, sem incluir os referentes aos programas militares, traduzidos em milhões de ECU, é o seguinte:

— Estados Unidos	20 801
— Europa (programas nacionais+ESA)	2 756

⁽⁸⁾ Não se obtiveram dados em relação à URSS.

Admite-se, porém, que o seu investimento no espaço represente um número da ordem do apresentado para os EUA.

⁽⁹⁾ Fonte: base de dados ECOSPACE da EUROCONSULT.

— Japão	839
— Índia	236
— Canadá	96,5
— Brasil	70

Em relação à China, que já iniciou as suas actividades espaciais, não se possuem elementos. Quanto a Israel, que lançou recentemente um satélite militar de reconhecimento ⁽¹⁰⁾, crê-se que desenvolverá aplicações civis do espaço muito em breve.

O sucesso desta política global europeia para o espaço passa necessariamente pela capacidade de os europeus cooperarem a todos os níveis e em todos os sectores de actividade espacial e subsidiários, nomeadamente através de um maior empenhamento na Agência Espacial Europeia. É esse o sentido da importante Resolução do Parlamento Europeu de 17 de Junho de 1987 sobre a política espacial europeia, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*, de 20Jul87, de que se transcrevem algumas passagens elucidativas: «O Parlamento Europeu... considerando que a importância económica e social das operações espaciais e os bens e serviços relacionados com as mesmas estão a aumentar rapidamente na Europa...

1. Considera que é chegada a altura de a Comunidade Europeia estabelecer uma política coerente no que respeita às actividades no sector espacial;

3. Reconhece na Agência Espacial Europeia o principal instrumento da cooperação europeia em matéria espacial...
4. Adverte do facto de que a Europa, caso não disponha de autonomia no sector das operações espaciais, não poderá extrair vantagens económicas plenas das descobertas científicas e das inovações tecnológicas que alcançar neste sector, nem conseguirá fornecer às futuras gerações de cientistas e técnicos europeus os meios de caracterização criadora compatíveis com os seus talentos;

⁽¹⁰⁾ Este engenho, denominado «OFEK-1», foi posto em órbita em Setembro de 1988 por um lançador «SHAVIT», concebido por uma empresa israelita.

6. c) deverão (as actividades espaciais), sempre que possível, ser abertas à cooperação internacional...

.....
15. Propõe que a Comunidade Europeia se torne, enquanto pessoa jurídica, membro da Agência Espacial Europeia e solicita à Comissão e ao Conselho que preparem as respectivas negociações de adesão...»

Na hipótese muito provável da sociedade humana se expandir através do sistema solar, imprimindo um rumo talvez definitivo à construção do seu futuro, seria desejável que cada país procurasse participar nessa espectacular odisseia, independentemente da sua dimensão, para poder intervir com oportunidade e com conhecimento de causa na defesa dos direitos que lhes cabem na partilha dos benefícios e dos eventuais prejuízos daí resultantes.

É neste ponto que o princípio da solidariedade entre países assume primordial importância ao permitir que as sociedades mais avançadas vão abrindo às mais modestas as portas de uma via digna de acesso a níveis de conhecimento e de progresso compatíveis com a era espacial de que tanto o homem se pode orgulhar, de outra forma difíceis ou até impossíveis de alcançar. Trata-se da via da cooperação internacional.

Para além das vantagens que representa para todas as partes envolvidas, se bem planeada, organizada e conduzida, a cooperação internacional é uma expressão prática da lógica para que tende o relacionamento entre unidades sociopolíticas, cada vez mais interdependentes por força da abertura progressiva ao exterior.

As sociedades abertas estão sujeitas a maiores influências recíprocas do que as voltadas para o seu próprio interior, por serem naturalmente mais sensíveis a factores tais como a mobilidade dos capitais, a rentabilidade dos investimentos, as relações de mercado, a capacidade concorrencial ou a velocidade e facilidade de comunicação a nível mundial. As relações económicas são cada vez menos afectadas pelos mecanismos condicionantes ou protectionistas do estado e os respectivos resultados assumem um papel fundamental, ainda que não exclusivo, na qualidade de vida das populações e no progresso e modernidade das sociedades. As fronteiras atenuam-se e a nação cede parte da sua soberania a favor de organizações mais amplas que a influenciam e condicionam.

É isto que está a acontecer na Europa de uma forma evidente e em princípio irreversível, não por mero acaso mas porque as nações do velho continente viram-se confrontadas com o forte poder de potências avançadas e com dimensão tal que só através de uma união coerente, sólida, livre e igual entre elas poderão enfrentar com êxito no mundo da concorrência de mercado.

A Comunidade Europeia não é mais do que uma organização de cooperação internacional que pretende abranger todos os domínios da actividade humana, incluindo a espacial. Neste caso particular, a Comunidade procura construir uma capacidade autónoma para a Europa que lhe permita tornar-se concorrente e simultaneamente parceiro indispensável e desejado das outras potências espaciais.

A cooperação internacional no domínio do espaço é tão necessária como gigantesca é a tarefa de explorá-lo e utilizá-lo em benefício do homem, tal como é já reconhecido a nível europeu. Falta sê-lo também à escala mundial em coerência com a afirmação incontestada de que o espaço pertence a toda a humanidade.

Vários exemplos de cooperação já concretizados apontam nesta direcção. Assume especial simbolismo o convite feito em 1984 pelo Presidente dos Estados Unidos da América, que já obteve respostas favoráveis da Europa, do Canadá e do Japão, para a construção em regime de cooperação de uma base espacial internacional habitada em permanência.

*
* *
*

O presente trabalho pretendeu abordar, de uma forma genérica e numa óptica pessoal, a temática da cooperação internacional no âmbito industrial. Os seus objectivos excluía, por isso, qualquer tipo de análise ao caso português, que merece um tratamento especial, profundo e autónomo, pelo interesse que reveste para todos nós.

No entanto, muito do que atrás foi dito pode ser aplicável à nossa realidade depois de ponderadas as devidas adaptações.

Portugal, país de desenvolvimento ainda modesto, pode encontrar na cooperação internacional um importante instrumento de progresso e de modernização. Essencial é que saiba determinar, numa perspectiva de futuro,

as áreas prioritárias em que se deve empenhar, bem como os níveis e condições em que o deve fazer.

Somos hoje uma sociedade aberta que optou por aderir ao mais importante sistema de cooperação internacional até hoje realizado, a Comunidade Europeia, que tende a alargar-se e a consolidar-se a todo o Continente. A integração europeia e o futuro mercado único europeu pôr-nos-ão novos e grandes problemas, ao mesmo tempo que nos vão criar aliciantes oportunidades e incentivos para estímulo das nossas capacidades inovadoras e de realização, dando-nos o ânimo indispensável para vencer as barreiras materiais e psicológicas que se têm vindo a opor ao desenvolvimento, segurança e ao bem-estar tão esperado quanto merecido da sociedade portuguesa.

A avaliação correcta das nossas vulnerabilidades e potencialidades, a determinação isenta do nosso estado actual em termos sociais, económicos e intelectuais, a previsão dos fenómenos que nos poderão afectar e das respectivas implicações e consequências internas contribuirão para o sucesso das estratégias sectoriais e, em última análise, da indispensável estratégia nacional, numa perspectiva de futuro distante.

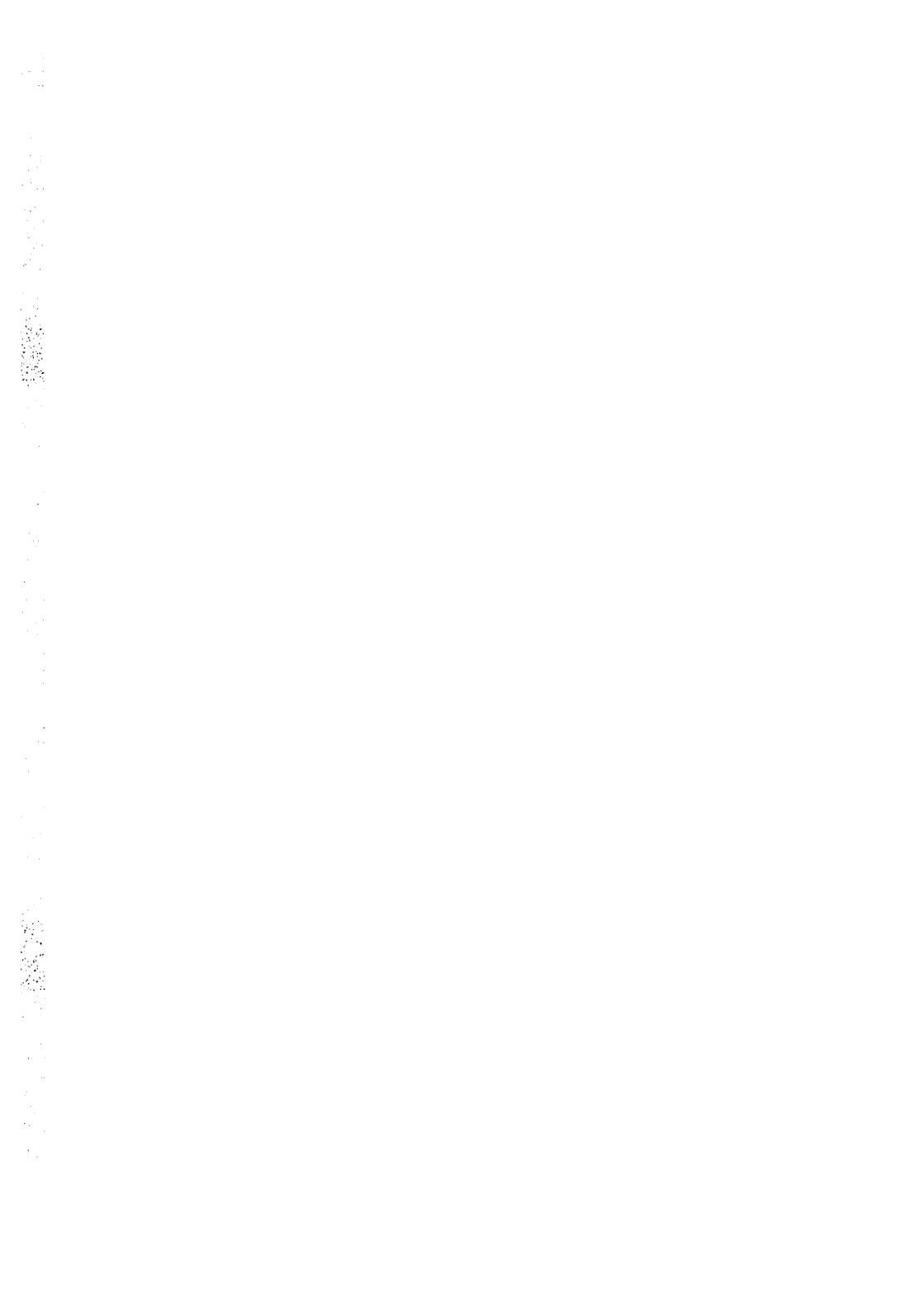
Se assumirmos o factor humano como uma das nossas mais valiosas potencialidades e se o soubermos valorizar ao mesmo tempo que multiplicamos os recursos intelectuais, científicos e técnicos, hoje notoriamente insuficientes, estaremos à partida em boa posição para aproveitarmos com êxito a nova oportunidade que agora se nos apresenta e conquistarmos, enfim, um lugar de pleno direito na roda das nações modernas, desenvolvidas e socialmente equilibradas.

José Manuel Costa Neves

Coronel da Força Aérea

A ESTRATÉGIA NO TEMPO DOS DESCOBRIMENTOS

Virgílio de Carvalho



A ESTRATÉGIA NO TEMPO DOS DESCOBRIMENTOS (*)

INTRODUÇÃO

Pode entender-se por Estratégia a ciência e a arte de mobilizar o poder material e anímico dos países, e de o utilizar, por forma a realizar objectivos, vencendo a oposição de antagonismos.

O professor José Hermano Saraiva ⁽¹⁾ refere que cada passo da História de Portugal é a continuação duma situação anterior. O que aponta para a existência de um elemento de continuidade nela, o qual, tudo o parece sugerir, será o Objectivo Nacional Permanente (ONP) histórico de manter Portugal viável. Daí se justificar que os Descobrimentos Marítimos possam ser tomados por um Objectivo Nacional Permanente conjuntural, apontado à realização, na época em apreço, do ONP histórico supracitado. E se justificar também começar a abordagem do tema por uma síntese da dinâmica própria de Portugal.

DA DINÂMICA DE PORTUGAL

O Mouro Razis (século X) entendia poder falar-se de duas Espanhas, uma a Sol nascente, e outra a Sol poente, devido ao corrimento dos rios para o Atlântico. O professor Jorge Dias ⁽²⁾ sustentava que a unificação e a permanências da Nação Portuguesa se deve ao mar, que a força atractiva do Atlântico amontoou no litoral a maior densidade da população portuguesa, estabelecendo amarras que defenderam o País da força centrípeta de Castela. O professor Hernâni Cidade ⁽³⁾ entendia que a independência de Portugal é uma solicitação do Oceano, que foi isso que fez deslocar de Guimarães

(*) Intervenção na Semana Académica da Universidade do Algarve, em Faro, em 19 de Maio de 1989.

(1) «História Concisa de Portugal».

(2) «Elementos da Cultura Portuguesa».

(3) «Revista dos Centenários».

para Coimbra e para a foz do Tejo a capital, pela tendência de fazer da orla marítima a zona da mais febril e da mais fecunda actividade. Jaime Cortesão (4) opinou que, «ao debelar do século XII... o Povo ocupou toda a costa, criou o género de vida nacional, a Nação organizou-se em função marítima e, por esse esforço de massas, Portugal começou a viver de vida própria». Oliveira Martins (5) asseverou que, sem Lisboa, Portugal não teria resistido à força absorvente do corpo peninsular. Daniel Boorstin (6) salientou ter sido Portugal abençoado com extensos rios navegáveis e portos fundos virados para o Atlântico, o que levou o Povo Português a voltar-se para o mar, em sentido oposto aos centros clássicos da civilização europeia, nas direcções oeste e sul. Tese idêntica havia sido defendida por Jaime Cortesão (7). E Stefan Zweig (8) escreveu: ... «e, com espanto e inveja, volta o mundo a olhar para este pequeno e ignorado Povo no extremo recanto da Europa; observada pelo lado do raciocínio, a expansão de Portugal é um absurdo, uma quixotisse; mas quando um povo se abalança a tarefa muito acima das suas forças, aumentam as suas possibilidades até intensidade jamais concebida; nunca talvez uma Nação se concentrou toda num único momento de vitória, como Portugal, pelos fins do século XIV e princípios do século XV; Portugal tem Alexandre, tem o seus argonautas, tem Albuquerque, Vasco da Gama, Magalhães, Camões e Barros; durante uma hora que o Mundo nunca poderá esquecer, é Portugal a primeira nação da Europa, a nação condutora da Humanidade».

Três conclusões introdutórias principais parecem então lícitas das citações feitas: que o centripetismo de Castela é o antagonismo principal ao ONP histórico «preservação da individualidade de Portugal»; que a estratégia para o ultrapassar é o centrifugismo marítimo nacional; que o que Portugal fez com a sua expansão marítima fê-lo muito mais pensando em si, e não na Europa e, muito menos, lado a lado com a Espanha, como agora parece ser moda, ou estratégia, dizer-se.

Ao que dizem pensadores como Jaime Cortesão (7) e Dan Stanilawsky (9), a Galiza vivia voltada (ao contrário do Condado Portucalense) para o inte-

(4) «Os Factores Democráticos da Formação de Portugal».

(5) «História de Portugal».

(6) «The Discoverers».

(7) «História dos Descobrimentos Portugueses» (1.º Volume).

(8) «Fernão de Magalhães».

(9) «The Individuality of Portugal».

rior da Península e para a Europa, pela estrada dos peregrinos de Santiago de Compostela, razão por que não terá querido acompanhar a trajectória do Condado Portucalense.

Por isso, a operosa junção do Algarve ao Reino de Portugal teve por certo como objectivo evitar que o País ficasse inviabilizado entre ele e a Galiza.

CENTRIFUGUISMO CONTRA CENTRIPETISMO

A Batalha de Aljubarrota, que foi por certo o ponto mais crítico da crise de 1383-85, representa a vitória da burguesia marítima, virada para o comércio externo através do mar, sobre as forças que eram pela legalidade sucessória do Rei D. João de Castela ao trono de Portugal. Representa a vitória do centrifuguismo português sobre o centripetismo castelhano. Por isso ela foi, segundo muitos e reputados historiadores nacionais, decisiva para a opção nacional pela estratégia centrifugista, isto é, pelo reforço da maritimidade de Portugal, cujos fundamentos já haviam sido lançados sabiamente pelo Rei D. Dinis.

D. Dinis é por certo uma das figuras providenciais da História de Portugal, a quem não terá sido ainda prestado o devido reconhecimento. Efectivamente, tendo recebido do seu antecessor o País acabado de formar na sua expressão ibérica, ou continental, soube aplicar na organização dele a sua invulgar cultura para a época, que lhe havia sido transmitida por excelentes professores da Sorbonne. Assim, entre outras coisas, procurou dotar Portugal de produções especializadas competitivas alimentares (agrícolas e piscícolas) e minerais, a exportar pela via marítima para fora da Península. E desenvolveu entrepostos portuários comerciais e as marinhas de comércio e guerra, e prosseguiu com o Pinhal de Leiria e a construção naval, entre outras coisas. E, não esquecendo que o especial e vulnerável Portugal não pode ser um país de ignorantes e de ingénuos, fundou a primeira Universidade, em 1290. Da sua acção pioneira decorreram três realizações importantes para a afirmação de Portugal: a pesca do alto em mares do Norte da Europa; a criação das Bolsas do Porto e de Lisboa; e a participação da esquadra portuguesa para defesa da Inglaterra na Guerra dos Cem Anos, nas campanhas de 1386 e 1415-19, em que, segundo Jaime Cortesão (?), chegaram a participar 200 naus portuguesas.

Curiosamente, o Mosteiro da Batalha, que assinala a vitória decisiva da força centrífuga portuguesa, simboliza também as consequências universalistas dela — os Descobrimentos Marítimos — ao albergar os túmulos da Ínclita Geração, e de seus progenitores, o Rei D. João I e sua mulher, D. Filipe de Lencastre. O próprio D. João II, outra figura decisiva dos Descobrimentos, tem também a sua jazida no Mosteiro da Batalha, o qual, deste modo, bem pode ser encarado como património universal, e objecto de possível interesse para Turismo Histórico, de que Portugal deve tirar o maior partido para fins de influência e prestígio, e de desenvolvimento.

CEUTA, MADEIRA E AÇORES

Numa perspectiva estratégica, o estabelecimento da Carreira da Índia pode ser tomado por muito importante ONP conjuntural, no caminho de realização do referido ONP histórico de preservação da viabilidade de Portugal. O caso é que, nos entrepostos comerciais portuários de Portugal passavam, a caminho do Norte da Europa, as preciosidades vindas da Índias pela atormentada e cara via terrestre-marítima do Mediterrâneo. Foi por certo por isso que nasceu o projecto de a curto-circuitar pela rota oceânica à volta da África, sob exclusivo controlo de Portugal, aproveitando a excepcional posição geográfica do País. A tomada de Ceuta em 1415, e a descoberta oficial e o povoamento da Madeira e dos Açores, a partir de 1419, são peças basilares dessa Estratégia Nacional conjuntural: Ceuta permitiria exercer apertado controlo de saídas de embarcações argelinas para o Atlântico, que poderiam perturbar a grande empresa; e os Arquipélagos tornariam possível, mais tarde, o regresso pelo largo dos veleiros que tinham de enfrentar os ventos contrários dominantes do Norte. A junção daqueles dois arquipélagos ao Portugal Continental, além de transformar o País numa autêntica «Base Canaveral» da época, veio a conferir-lhe uma pujança ainda mais marítima, mais centrifugista. Portugal tornara-se num País mais euro-atlântico que ibérico. O que lhe permitiu resisitir com êxito, até hoje, ao aumento da continentalidade que o antagonista ibérico centripetista conseguiu pela unificação das restantes Nações peninsulares, sob a designação propositadamente abrangente da Espanha, em 1492, cerca de três séculos e meio após a independência portuguesa.

A tomada de Ceuta foi também um marco na História Universal, pois tratou-se da primeira grande operação anfíbia oceânica com êxito. Realmente, a preocupação com a recolha e a interpretação de informações sobre o objectivo militar, a concentração de forças muito superiores para o assalto, o completo domínio do mar em seu redor, e a surpresa e a violência da actuação, são procedimentos ainda hoje perfeitamente em vigor nas grandes Marinhas quanto a operações deste tipo. Salienta-se que também esta operação foi possível pela supracitada obra pioneira de D. Dinis, só ela capaz de ter proporcionado os meios adequados, em porte e número, ao embarque, transporte e desembarque de cerca de 1900 homens (1), em perfeitas condições de domínio do mar, isto é, de segurança.

A tomada de Ceuta representa ainda, em termos de Estratégia, a percepção notável que os Portugueses da época tinham da importância do controlo dos chamados «funis da navegação» (passagens apertadas obrigatórias para a navegação internacional, que os ingleses baptizaram séculos depois com a designação de «Choke Points») para o controlo efectivo do mar. O pioneirismo nacional nesse domínio pode medir-se pela importância que continuam a ter tais posições, pois é à volta de muitas das que Portugal teve de conquistar, além de Ceuta, que hoje se desenrolam os famosos conflitos regionais, na África Austral, no Golfo, na Indochina, etc...

OS DESCOBRIMENTOS

Os Descobrimentos constituem uma obra prima de planeamento estratégico (a tal «ciência» de Estratégia), que é hoje uma disciplina indispensável. A começar pela atenção dada às informações que deram origem à sua congeminação, pelo cuidado em ocupar Ceuta, e pelo descobrimento e povoamento prévio da Madeira e dos Açores. Depois, foi o recrutamento de ilustres vultos estrangeiros dos domínios que mais interessavam para a grande empresa, que deram valioso contributo para a escola de investigação e de pensamento científico e estratégico a que convencionou chamar-se «Escola de Sagres». Escola essa que foi responsável pelos passos cuidados, seguros, racionais, científicos, dados nas explorações por mar, e nos que por terra foi julgado conveniente também dar na direcção genérica do Oceano Índico, sob a direcção do Infante D. Pedro. Explorações essas, simultâneas, que

fazem dos dois Infantes irmãos, e não apenas de D. Henrique, cérebros e motores dos Descobrimentos. A acompanhar tudo isto, os esforços de investigação científico-tecnológica que conduziram a progressos decisivos nos domínios da navegação astronómica, da adaptação de cartas e instrumentos, e na construção naval e na marinharia, para se passar a navegar com rigor e segurança no mar oceânico, ou «Tenebroso». Por detrás de tão notável esforço estratégico, é de realçar a mobilização popular conseguida, que fez dos Descobrimentos uma autêntica empresa nacional, a ajuizar inclusivamente pela literatura da época, pelo estilo arquitectónico manuelino, pela pintura, e por um épico como Luís de Camões. E, sobretudo, a noção clara do ONP histórico e da necessidade da sua preservação, o que transpõe a conhecida ideia-força de D. João II, «conter a Espanha em terra e batê-la no mar «que foi prosseguida, para além do já referido, pelas estratégias de secretismo, de desinformação e diplomática, para além do uso da força no mar, ou da ameaça do recuso a ela, sempre que isso se tornou necessário. Na realidade, tais estratégias eram vitais para a consecução do objectivo, dada a diferença de potencial material existente entre os dois países, largamente favorável à Espanha, pelo menos em teoria. Por isso, Portugal, além de manter algumas das suas descobertas em segredo absoluto, recorreu à difusão de informações falsas, de que é porventura o mais importante exemplo a célebre reunião em Lisboa, em 1498, depois do regresso de Bartolomeu Dias da passagem do Cabo da Boa Esperança, com a presença dele e de Cristóvão Colombo. Aí, foi dado conhecimento da pretensa posição daquele Cabo, profundamente errada quanto a latitude, o que bem pode ter induzido Colombo a procurar atingir a Índia, que era também o seu objectivo declarado, pela via oeste, via essa que, em face de tal informação, lhe poderia ter parecido mais curta do que a em redor da África. Fosse assim, ou não, o que é facto é que a Espanha foi desviada da competição directa com Portugal, e levada a descobrir casualmente as Antilhas, que Colombo parece ter julgado ser já o Japão, ou a Índia.

Quanto à estratégia diplomática, associada à de secretismo, é exemplo notório do seu efeito o Tratado de Tordesilhas, pelo qual o «maquiavélico» D. João II, tendo sido obrigado a antecipar-se às consequências da chegada de Colombo às Antilhas, mostrou que eram já do seu conhecimento, não só o estratégico Saliente do Natal brasileiro (importante, como os Açores) para a Carreira da Índia, como as Molucas, que ele já sabia serem a mais

rica jóia da coroa do Oriente, em termos de especiarias. Isto porque teve artes de conseguir que ambas as posições ficassem na metade do Mundo atribuído pelo Papa a Portugal.

O IMPÉRIO MARÍTIMO PORTUGUÊS

A chegada de Vasco da Gama à Índia em 1498 levou o conhecido pensador Arnold Toynbee a declarar que começou aí a era pós-gâmica da História Universal. E pode afirmar-se que, com ela, começou também a era do Poder Marítimo. O que levou, séculos mais tarde, o geoestrategista norte-americano Mahan a declarar que o domínio do mar dá riqueza em tempo de paz e vitória em tempo de guerra, sem nunca dizer que foram os Portugueses de Quinhentos quem primeiro o demonstraram praticamente nos oceanos, a tão grande distância da sua Pátria. De facto, até hoje, as potências do mar sempre triunfaram das da terra, como acaba de acontecer com o êxito da Aliança Atlântica, que obrigou a URSS a recuar. Tendo Vasco da Gama chegado a Calecute apenas com três navios, estes mostraram-se insuficientes para realizar o objectivo da empresa nacional, perante a hostilidade dos interesses estabelecidos por Venezianos, Turcos e Egípcios, entre outros. Por isso, os Portugueses tiveram que enfrentar outro antagonismo, a oposição no mar dos Mouros — designação por que eram genericamente conhecidos os seus adversários no Índico. O que os obrigou a desenvolver uma Estratégia Naval adequada para conseguir o domínio do mar, ou o «senhorio do mar», como então se dizia em Portugal, segundo princípios que são ainda hoje ensinados nas principais Academias Navais do Mundo, como sendo tese do ilustre francês almirante Castex. De facto, o objectivo primeiro da Estratégia Naval defendido nesta tese, o domínio do mar, foi também, séculos antes na prática, o primeiro para D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque. Como o foram os hoje chamados Objectivos Ulteriores Positivos da mesma tese — atacar a terra a partir do mar, transportar e abastecer forças militares por mar, assegurar a exploração económica (transportes) do mar. E também os Objectivos Ulteriores Negativos — como negar o uso do mar a antagonistas, evitar que eles ataquem território nacional a partir do mar, impedir que o utilizem para transportar e abastecer forças militares, e impedir que o explorem economicamente. Todos estes objectivos se reconhecem em práticas como a batalha decisiva para o

domínio do mar (a batalha naval de Rumes, ou de Diu), o fechar dos «funis» de Ceuta, Ormuz e de Malaca (e a tentativa idêntica, sem total êxito, quanto a Aden) e o obrigar estrangeiros a licença especial de Portugal para navegarem no Índico. E as componentes do Poder Naval de que fala o pensador inglês Roskill: Elemento de Força (meios militares navais); Elemento de Transporte (meios navais de abastecimento); e Elemento de Segurança (Bases), reconhecem-se também no poder marítimo e naval desenvolvido e usado pelos Portugueses no Índico, com as suas Armadas (simultaneamente militares e de transporte) e as suas bases, de que é exemplo Goa.

Curiosamente, ainda hoje se confrontam as teses defendidas por Afonso de Albuquerque e por D. Francisco de Almeida. Afonso de Albuquerque, considerado como um dos maiores génios navais por entendidos nacionais e estrangeiros, sustentava que o domínio do mar se conseguiria melhor com a posse de praças fortes em terra, para defender os «Choke Points» referidos. D. Francisco de Almeida afirmava que, para tal domínio, bastaria a Portugal um único ponto de apoio em terra, simultaneamente entreposto comercial e base naval, que seria Cochim, estratégia que, na sua opinião, era mais fácil de suster com o tempo. Hoje, nos EUA, hesita-se entre teses do tipo de Afonso de Albuquerque, ou seja, presença em oceanos longínquos sustentada com bases em terra, e do tipo D. Francisco de Almeida, com apoio prevalecentemente no mar. E, caso curioso, isto passa-se quanto ao mesmíssimo Oceano Índico, onde as forças navais dos EUA, aquando da recente Guerra Irão-Iraque, conseguiram manter a liberdade da navegação internacional no Golfo e nas suas aproximações, apenas com apoio em trem naval apropriado, e na Ilha vizinha de Diego Garcia.

A ESTRATÉGIA DE AFONSO DE ALBUQUERQUE

A preferência do Portugal de Quinhentos pela estratégia de Afonso de Albuquerque foi uma opção ousada, prestando-se a ser interpretada como desvio à fria racionalidade e à prudência que sempre pautara a Estratégia dos Descobrimentos. E isto porque, muito embora Albuquerque tenha conseguido o domínio necessário do Índico para fazer funcionar a Carreira da Índia, a verdade é que tal opção não passaria facilmente nas provas clássicas de exequibilidade e de aceitabilidade da Estratégia. De facto, ocupar posições em terra hostil a tão grande distância de Portugal, e ao mesmo

tempo velar pelo transporte em segurança de tão valiosas mercadorias ao longo de tão extensa rota, perante tantos antagonismos, e dificuldades, parecia à partida condenada a levar aos dramas da História Trágico-Marítima e ao ruir, peça por peça, embora durante séculos, do Império construído. Dir-se-ia poder ter havido na opção de Albuquerque uma tentação continentalista. Tentação essa que terá tido a sua manifestação mais clara, mais tarde, na tentativa de ligar Angola a Moçambique por terra, que acabou no traumatizante ultimato da aliada Inglaterra. Tentação que voltou a estar presente no projecto de transferir a capital de Angola da litoral Luanda para a interior Nova Lisboa.

É claro que tem de ser-se muito prudente com apreciações deste tipo, até porque o caso do Brasil, um colosso de extensão e de coesão, constitui um êxito espectacular da acção de Portugal no Mundo. Aliás, apesar do fim abrupto e dramático em 1975 do que ainda restava do Império português, o que de tudo ficou, em termos de laços de sangue e histórico-culturais, e de difusão da fé cristã, constitui um precioso legado de Portugal ao Mundo, que parece estar agora a caminho de ser melhor reconhecido e aproveitado. Inclusivamente pelos países africanos que falam português, os quais, após frustrantes e traumatizantes experiências com outros «colonizadores» modernos, parecem agora desejosos de recorrer a Portugal. Será que tudo isto resultou de isenção de preconceito racial decorrente de os Portugueses terem antepassados celtas, íberos, normandos, árabes, judeus, fenícios, etc., que lhes permitiu casar com africanas e asiáticas? Será isso que irmanou Portugal com os EUA como pioneiros de descobrimentos marítimos e espaciais pela criatividade e gosto pelo risco, próprios de países de imigrantes que ambos são?

A ser assim, o referido poderá vir afinal de dar razão à resposta de Fernando Pessoa «tudo vale a pena quando a alma não é pequena» que ele deu à sua própria pergunta «valeu a pena?»

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O êxito da Estratégia Nacional da era dos Descobrimentos resultou, por certo, em boa parte, da atenção que os Portugueses deram a elementos decisivos dos Factores Material e Anímico do Poder Nacional para vencer importantes antagonismos. De tal forma que transmitem a noção de não

terem para eles quaisquer segredos conhecimentos como os que levaram o contemporâneo professor norte-americano Ray S. Cline a propor a seguinte fórmula empírica do Poder Nacional:

$$P_N = F_M (G+E+M) \times F_A (S+D)$$

P	=	<i>Poder Nacional</i>	F	=	<i>Factor Anímico</i>
N			A		
F	=	<i>Factor Material</i>	S	=	<i>Qualidade da Estratégia</i>
M			D	=	<i>Determinação do Povo</i>
G	=	<i>Elemento Geográfico</i>			
E	=	<i>Elemento Económico</i>			
M	=	<i>Elemento Militar</i>			

Quanto ao Factor Material, reconhecem-se na Estratégia da era dos Descobrimentos os seguintes elementos importantes:

- O recurso ao efeito multiplicador do poder militar embarcado, pela concentração de efectivos e pela mobilidade, que permitiram a sua projecção e o seu emprego com surpresa e superioridade local, a enorme distância de Portugal (Elemento M);
- O reconhecimento prático do valor geoestratégico do território nacional e dos chamados «Choke Points» (Elemento G);
- O reconhecimento do transporte marítimo oceânico como meio simultaneamente mais económico, mais livre e mais seguro que o terrestre (Elemento E);
- A importância dada à pesquisa científica e tecnológica, bem como ao planeamento estratégico, aplicados à realização do Objectivo (Elemento E);
- Os cuidados postos na preparação do decisivo elemento humano quanto a cultura, diplomacia, navegação oceânica, marinharia e estratégia militar-naval (Elementos E e M).

Quanto ao Factor Anímico, salientam-se:

- A qualidade da Estratégia Nacional, pelos cuidados de que foram rodeadas a sua congeminação e a sua execução, nomeadamente

quanto a recolha sistemática de informações estratégicas, e ao recurso ao planeamento estratégico e ao método científico (Elemento S); — A excelência da liderança, (a tal «arte» da Estratégia) a qual, juntamente com a da mobilização popular conseguida, fez dos Descobrimientos uma autêntica empresa nacional, que levou Portugal a agigantar-se da forma salientada por Stefan Zweig (?) (Elemento D).



Portugal foi pioneiro, não apenas nos Descobrimientos Marítimos, mas também em Estratégia Económica, Marítima e Militar-Naval. E teve ainda papel-chave na difusão da fé cristã que lhe terá sido ditada pelo espírito messiânico transmitido por ordens religiosas que participaram na sua expansão do Continente e na sua «empresa nacional». O que não pode ser esquecido nas Comemorações dos Descobrimientos.

Portugal demonstrou na Era de Quinhentos como uma aparente pequena potência, sem muitos recursos materiais, jogando decisivamente na cultura, na inteligência e na vontade do Elemento Humano, e na imigração qualificada, pôde sobreviver. E, mais que sobreviver, projectar-se indelevelmente para a posteridade como autêntico património da Humanidade.

E, como contributo para que esta mesma Humanidade não esqueça que Portugal foi seu condutor nessa Era — como bem o salientou Stephan Zweig —, proporia que tal fosse perpetuado no Algarve de duas maneiras: em Sagres, com a edificação dum indispensável centro cultural, como já tem sido aventado; e no Cabo de S. Vicente — o «Promontorium Sacrum» de que falava Ptolomeu, e a que ele atribuiu o significado místico de fronteira do mistério oceânico — com um padrão gigante bem avistável dos numerosos navios que diariamente passam próximo. Além do mais, ambas as propostas poderiam ter útil aproveitamento em termos de Turismo Histórico.



Como lição para o futuro, lembra-se que continua a ser indispensável a Portugal ter e manter um objectivo bem definido e mobilizador. É que, sem

se saber para que «porto» se quer ir não se pode falar nem tirar partido de ventos e correntes favoráveis. Como, por exemplo, da adesão às Comunidades Europeias, e da Cooperação. Nem se poderá disfrutar da unidade e da continuidade de acção que a escassês de recursos, e as vulnerabilidades de Portugal, muito recomendam. E esse objectivo — o ONP histórico dos Portugueses — é preciso não o esquecer, continua a ser Portugal. Cujo nacionalismo, centrifugista, jamais poderá ser aviltado, por ter sido potenciador de universalismo que fez do País autêntico património histórico, religioso e cultural da Humanidade.

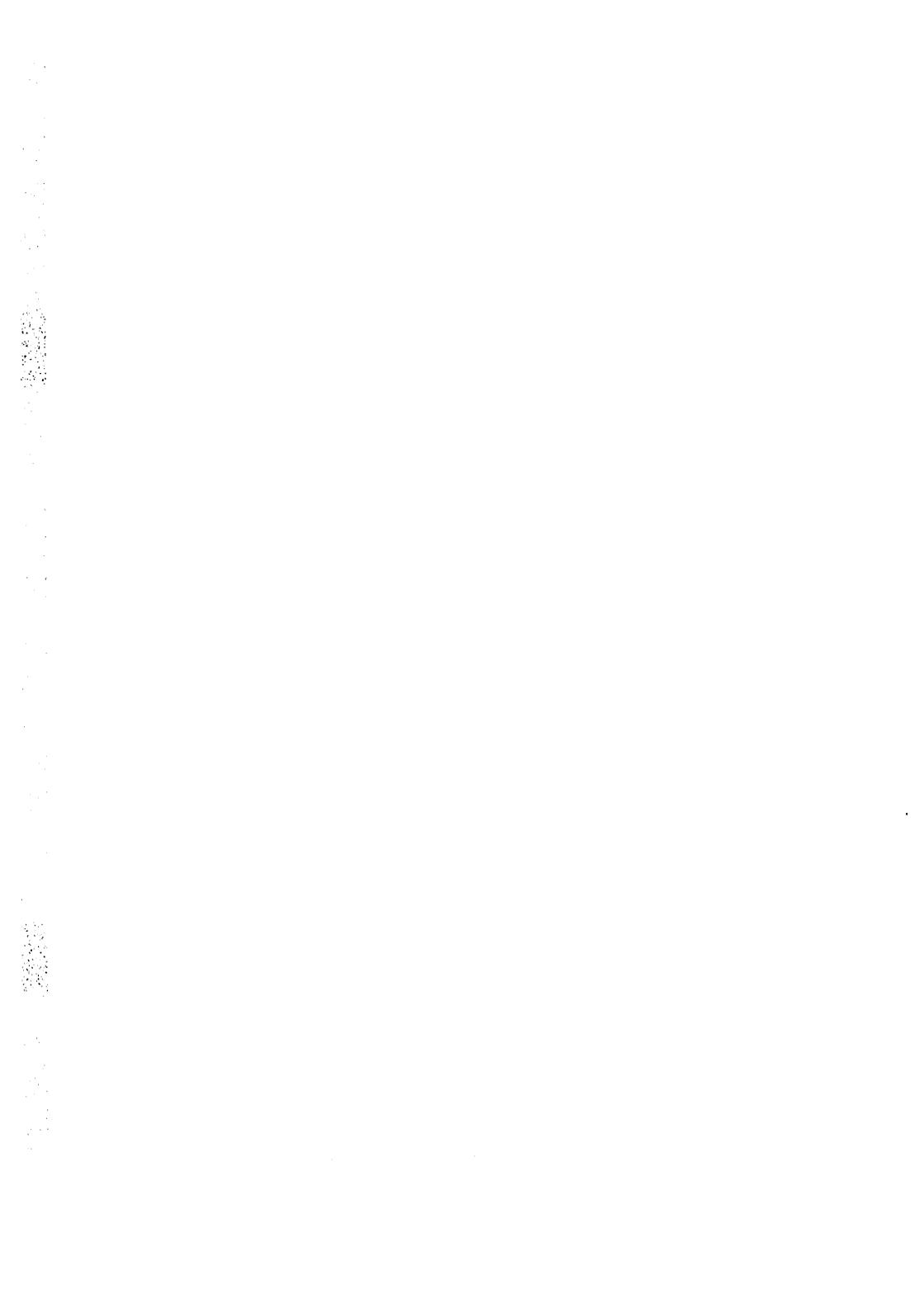
Virgílio de Carvalho

OUTRAS OBRAS CONSULTADAS

- *Lições de História Marítima Geral* — Vice Alte. Vicente M. C. de Almeida D'Eça.
- *O Ministério da Vasco da Gama* — Armando Cortesão.
- *A Arte da Guerra do Mar* — Padre Fernando Oliveira.
- *A Náutica dos Descobrimentos* — Alnte. Gago Coutinho.
- *Cours Complet d'Histoire* — Albert Malet.
- *Portugal Militar* — Carlos Selvagem.

MODERNA TEORIA DO CONFLITO E DA VIOLÊNCIA,
CONCORRENTES PARA O ESCLARECIMENTO
DA FENOMENOLOGIA DA DEFESA

Joaquim José Barbosa Romero



MODERNA TEORIA DO CONFLITO E DA VIOLÊNCIA,
CONCORRENTES PARA O ESCLARECIMENTO
DA FENOMENOLOGIA DA DEFESA (*)

1. INTRODUÇÃO

Ao se consultar alguma da literatura mais significativa sobre conflitos e violência, literatura de resto bastante vasta e revelando uma preocupação milenária, não deixa de ser surpreendente a aparente impossibilidade de uma caracterização precisa dos termos empregues na investigação neste domínio.

Tem-se sem dúvida registado um apreciável esforço na clarificação de alguns conceitos, como por exemplo força e violência, cuja relação deve ser analisada, segundo Stirn⁽¹⁾, para a sua compreensão; assim, Freund liga força a obrigação, que seria numa manifestação daquela, e violência a opressão, que resultaria da transformação da força, da sua aplicação. A obrigação seria uma resultante do próprio condicionalismo social, qualquer que seja o regime vigente, de que o homem não se pode libertar, ao passo que o pode conseguir da opressão: Subsiste porém a dificuldade de distinguir, de traçar a fronteira entre obrigação e opressão. Stirn⁽¹⁾ analisa ainda a relação entre a violência e a utilização de meios que firam indivíduos ou grupos (Yves Michaud) e violência e desordem (filósofos das escolas gregas e contemporâneas), mas não chega a uma definição conclusiva da violência. Ainda segundo a descrição do mesmo autor na obra acima referenciada, as explicações da violência e a possível supressão desta não conduzem efectivamente à sua eliminação nem, conseqüentemente, a uma delimitação dos seus contornos. Poderá talvez deduzir-se que uma definição da violência é dependente da sua percepção em termos dos agentes intervenientes e sobretudo que seria demasiado simplista confiná-la aos aspectos físicos. Por outro lado, uma concepção demasiado ampla implicaria que qualquer diferença de opiniões conduziria a uma violência, o que equivaleria a esvaziar o termo, pelo menos sob o ponto de vista prático, de qualquer utilidade num contexto social, questão que, como se verá, tem importância

(*) Trabalho individual executado pelo autor no Curso de Defesa Nacional de 1988.

quando se aborda a problemática dos conflitos. Por esta razão, apesar da dificuldade que põe, a proposta de Freund, resumida anteriormente, afigura-se como a mais instrumental.

A ideia de força é intuitiva e bastará aceitar o seu significado na linguagem comum e a explicação dada por um bom dicionário da língua portuguesa, ou, se se preferir, adaptar a própria definição das ciências físicas, desde que a generalizemos a situações em que ela já não é quantitativamente mensurável (força moral, força de carácter, força de persuasão); nestas condições considerar-se-á que «força é a capacidade de mudar ou manter o estado de um sistema».

Ao termo poder está naturalmente ligada a ideia de força, mas poder e autoridade são usados, pelo menos no âmbito deste tema, indistintamente e consideram-se variantes de uma mesma concepção. Embora Weber faça uma distinção entre poder e autoridade, adoptaremos uma única definição, apoiada nas daquele autor e referidas por Rocher⁽²⁾, nomeadamente «a probabilidade de que um autor implicado numa relação social consiga obter a obediência desejada de uma pessoa ou grupo de pessoas, não obstante a eventual resistência encontrada, seja qual for a base em que essa probabilidade se funde». Com esta definição a autoridade, que Weber liga ao cargo ou papel desempenhado numa organização social, passa a ser uma forma de poder.

E conflito? É geralmente aceite que o conflito consiste ou resulta do antagonismo de interesses, opiniões ou sentimentos entre pessoas ou conjunto de pessoas. Parreira⁽³⁾ sublinha que o conflito tanto pode representar uma perturbação ou sintoma de perturbação de sistema social como constituir um processo criador, construtivo, coesivo, aspectos que serão abordados sucintamente mais adiante.

No contexto do presente trabalho é mais relevante debruçarmo-nos sobre os conflitos que os sociólogos e psicólogos designam por inter-grupais. Dada a imprecisão do conceito de grupo, mas sem desmerecer do seu interesse, torna-se conveniente, por razões que se tornarão mais claras em 3., definir o que é uma organização.

Adoptar-se-á o conceito de Ackoff⁽⁴⁾ que considera «organização como um sistema definido pelas seguintes características essenciais: (a) um sistema com a finalidade que contem pelo menos dois elementos com finalidade (isto é que exibem vontade) com um fim comum; (b) existe uma divisão funcional de mão de obra na procura dos(s) fim(s) comum(s) dos elemen-

tos que o constituem; (c) os subconjuntos do sistema funcionalmente distintos podem responder ao comportamento de cada um dos outros através da observação e comunicação; e (d) pelo menos um subconjunto do sistema tem uma função de controlo do sistema, isto é, compara os resultados conseguidos com os resultados desejados e faz os necessários ajustamentos no sistema».

A anterior discussão, de carácter semiológico, quiçá não inteiramente conseguida, reveste-se da importância para um tratamento tanto quanto possível rigoroso do tema. Prefere-se expor o entendimento do que é defesa nacional quando se tratar da fenomenologia da defesa.

2. TEORIA DOS CONFLITOS

2.1. O modelo de Dahrendorf

De acordo com Rocher⁽²⁾ a origem da sociologia dos conflitos pode remontar-se a Marx e Engels mas tem havido desde então contribuições importantes; dentre os sociológicos contemporâneos ressaltam Ralf Dahrendorf e L. A. Coser como os que mais se consagraram a tal tema. Far-se-á de seguida uma síntese do modelo de Dahrendorf. Este autor reconhece na obra de Marx quatro contribuições fundamentais para a sociologia dos conflitos, a saber:

- b) a permanência dos conflitos em qualquer sociedade, isto é, o conflito é inerente à sua natureza (como se poderia virtualmente deduzir da definição de conflito), bem como ao seu funcionamento.
- b) os conflitos sociais, na medida em que são conflitos de interesses, opõem necessariamente dois grupos e só dois grupos: trata-se da dialéctica da manutenção ou mudança do «status-quo».
- c) o conflito é motor principal da história, ou seja, a explicação da mudança é dada pela existência de conflitos.
- d) a apetência à investigação dos factores estruturais da mudança social, através da sua análise da mudança provocada pelo conflito de classes. É na realidade possível distinguir duas categorias principais de factores de mudança: as forças exógenas e as forças endógenas criadas pelo próprio sistema social.

Dahrendorf detecta na análise marxista três erros importantes para o progresso da sociologia dos conflitos. Assim Marx reduziu praticamente todos os conflitos sociais de importância histórica a conflitos de classes, o que não é aceitável na medida em que a classe é apenas um dos grupos de interesses que se degladiam numa sociedade.

Um outro erro de Marx foi a sua convicção de que o conflito de classes conduzia inevitavelmente à revolução, ou seja a uma forma de violência extremada: a experiência mostra contudo que a aniquilação de um regime é um caso particular e excepcional na história dos conflitos. Pelo contrário, a norma é a classe dominante recorrer às ideias novas e ela própria operar as transformações convenientes para contrariar ou diminuir os factores potenciais da revolução. Nestas condições a análise marxista da luta de classes reveste-se de um carácter estático, apenas dinâmico no momento da revolução, e ignora assim todas as mudanças estruturais de natureza evolutiva que resulta do próprio facto de haver luta de classes.

Finalmente a terceira crítica de Dahrendorf à análise de Marx é o facto de ter localizado a origem das classes sociais e dos conflitos de classe na propriedade dos meios de produção, erro resultante de, na época de Marx (sociedade capitalista do princípio do século XIX), a propriedade e o controlo dos meios de produção aparecerem indissoluvelmente ligados, o que não acontece no capitalismo moderno, em que a propriedade se encontra frequentemente disseminada por milhares de pessoas.

Não obstante estas críticas, Dahrendorf sustenta que é essencial procurar as fontes estruturais dos conflitos que se situam na própria sociedade e no seu funcionamento. No seu modelo este autor situa a principal fonte estrutural dos conflitos sociais não na distribuição desigual dos meios de produção mas na distribuição desigual do poder (autoridade) pelas pessoas e grupos. Deve aqui notar-se que a autoridade (e sua distribuição) existe em toda a actividade humana: faz parte, é inerente ao próprio tecido social e não tem de considerar-se um mal em si próprio ou algo de indigno. Tal implica que entre as pessoas e os grupos existam sempre relações baseadas na oposição dominação-sujeição, ainda que a autoridade e a sua distribuição possam assumir formas diferentes.

Por outro lado, Dahrendorf defende que a distribuição da autoridade é tal que esta é só partilhada por alguns e os outros estão totalmente privados dela: é o seu segundo princípio, o da repartição dicotómica da auto-

ridade. Este princípio leva ao conflito de interesses entre os que detem o poder e os que dele estão privados: os que pretendem manter o «status quo» e os que visam mudá-lo. Assim a dicotomia da autoridade implica logicamente a dualidade dos oponentes. O modelo explica deste modo a permanência do conflito na vida social pela origem estrutural do conflito, uma vez que a autoridade e a sua divisão são necessidades inescapáveis da estrutura e sistema sociais.

Dahrendorf distingue entre dois tipos de conjuntos de pessoas em oposição: os quase-grupos que podem ter certos interesses ligados à sua situação comum sem que de tal resulte uma acção estruturada, e os grupos de interesse cuja concepção corresponde à definição de organização apresentada em 1. São estes que servem efectivamente para materializar as razões dos conflitos, explicitá-los e aglutinar a acção de pessoas e semi-grupos. Para que tal se verifique é necessário, segundo Dahrendorf, que os *interesses latentes* se transformem em *interesses manifestos*, ambos os conceitos introduzidos por este autor: os últimos são factores de conflito muito mais potentes por darem origem a organizações com objectivos precisos e estratégias bem definidas (por exemplo, partidos políticos, sindicatos, associações, etc.),

Porém, numa sociedade global não é possível encontrar uma dualidade nítida de autoridade, como em princípio se pode numa organização, porque os que exercem autoridade ou têm poder numa organização podem não a possuir em outras organizações (ou em quase-grupos) da mesma sociedade: gera-se assim um pluralismo das oposições e conflitos, na nomenclatura de Dahrendorf. Quando as mesmas pessoas ou organizações detêm respectivamente a autoridade em várias organizações, ou em vários sectores da sociedade, pode verificar-se o que Dahrendorf classifica sobre-imposição de grupos de interesse (organizações). Se esta clivagem coexistir na sociedade global pode-se produzir um efeito sinérgico que eventualmente conduza à luta de classes, mas é errado tomar a sociedade global como ponto de partida para esta análise.

Sendo o conflito o principal factor estrutural da história das sociedades, deduz-se ser um agente que provoca constantemente a mudança e a evolução de forma gradual ou radical (caso das revoluções) para incluir no seu modelo estas duas situações, Dahrendorf propõe que a análise dos conflitos se faça de acordo com duas escalas: uma escala de intensidade do conflito

que depende da soma de energias postas neste, das paixões ou sentimentos que desperte ou da importância que a vitória e a derrota assumam, e uma escala de violência do conflito que depende mais dos meios empregados, isto é das «armas» a que se recorre para o confronto. Estas duas escalas são independentes, e não são afectadas pelos mesmos factores, embora alguns possam ser comuns. Dahrendorf descreve a influência destes factores nas duas escalas que não se reproduzirá aqui, bastando mencionar duas suas proposições gerais:

- a mudança de estrutura é tanto mais radical quanto maior é a intensidade do conflito;
- uma mudança de estrutura é tanto mais repentina quanto maior a violência do conflito.

Assim, segundo a interpretação de Rocher ⁽²⁾, a amplitude das mudanças derivadas de um conflito depende mais da sua intensidade do que da sua violência. Deve notar-se contudo que aquelas proposições têm que ser encaradas como hipóteses a verificar empiricamente.

Rocher tece algumas críticas a certos pontos do modelo de Dahrendorf. Uma delas é a afirmação deste de que a dualidade da autoridade acarreta a dualidade dos oponentes, baseada na convicção de que os que detêm a autoridade procuram manter sempre o «status quo», o que a experiência mostra não ser verdadeiro. Por outro lado, como se verá no ponto seguinte, será mais apropriado modernamente falar-se em disseminação da autoridade do que na dualidade desta.

Um outro aspecto não menos importante é o perigo de procurar explicar todos os conflitos em termos de conflito de autoridade: há outras condições estruturais, resultantes da própria dinâmica social, a qual provoca a coexistência de um espectro de idades dos vários elementos sociais. Esta coexistência de gerações no sentido amplo (o antigo e o novo, nas tecnologias, nos valores, nas profissões, nos próprios antecedentes históricos), as diferentes perspectivas dos subgrupos, a falta de uniformidade no ritmo de mudança de certos sectores ou regiões, a existência de agentes intrinsecamente conflituais com a própria sociedade (a chamada «intelligentsia» ou certas elites) são exemplos de fontes de conflitos diversos dos provocados pela dualidade ou disseminação da autoridade.

Todas estas contradições são inerentes à textura social e possivelmente tanto mais abundantes quanto maior a complexidade desta. No entanto Dahrendorf, no seu modelo, não rejeita a concepção do carácter integrado das sociedades e dos processos que para ele concorrem, como defendem alguns sociólogos; pelo contrário sublinha que ambas as perspectivas — carácter integrado dos conjuntos sociais e sistema social em conflito — são verdadeiras e complementares. Segundo ele a autoridade é simultaneamente um factor de integração social e um factor de conflito (2).

Não obstante as reservas postas no penúltimo parágrafo, parece reunir o acordo dos sociólogos modernos que a principal fonte dos conflitos é a dualidade ou distribuição desigual do poder. Interessa pois estudar com algum pormenor as características do poder, para o que se sistematizará sucintamente a análise feita recentemente por Galbraith (5).

2.2. Anatomia do poder

Galbraith sustenta que a noção intuitiva de poder ou mesmo a sua definição formal não esgotam a compreensão das suas características. A simplicidade do conceito é apenas aparente, pois há que esclarecer a questão de como a obediência é conseguida, ou seja os instrumentos usados, sendo também conveniente compreender quais as fontes do poder, isto é o que distingue os que o exercem dos que a ele se submetem.

Se bem que os instrumentos que o poder utiliza e as fontes do direito para esse exercício se encontrem ligados de maneira complexa e essa inter-relação e peso relativo tenham um carácter dinâmico, evoluindo no tempo, não deixa de ser útil dissecar aquelas duas facetas e caracterizá-las individualmente.

Galbraith (5) considera que o poder se tem conformado sempre com uma configuração tripolar, ou seja existem essencialmente três instrumentos e três fontes do poder. Os três instrumentos são o poder condigno (*), o poder compensatório e o poder condicionado.

O poder condigno pode definir-se como o que obtém a submissão pela capacidade de impor a outrém (indivíduo ou grupo) uma alternativa sufi-

(*) Usa-se aqui o termo usado na obra citada (5), embora fosse possivelmente preferível a designação de poder punitivo ou coercivo.

cientemente desagradável ou dolorosa que o leve a desistir dos seus desejos ou preferências: reveste-se do carácter de um castigo e é portanto geralmente violento, de tipo negativo.

O poder compensatório consegue a obediência pela oferta de uma recompensa, ou seja algo valioso para quem se submete, de natureza material ou não: afirma-se assim como de tipo positivo.

O poder condicionado é exercido pela mudança (ou confirmação) de uma convicção, de uma crença, e é em regra obtido pela educação, persuasão ou pelo ambiente social que leva o indivíduo (ou grupo) a submeter-se a uma vontade alheia porque assume algo que lhe parece natural, adequado ou intrinsecamente correcto.

Convém salientar que, ao submeter-se aos primeiros tipos de poder, a obediência é conscientemente aceite, isto é, o submetido tem a percepção clara da sua submissão, quer por querer escapar a uma punição quer por aceitar uma recompensa. No caso do poder condicionado, porém, a submissão não é geralmente reconhecida pelo submetido, o qual a aceita como que inconscientemente, sem a percepção cognitiva da mesma. Alguns autores designam esta forma de poder como «violência simbólica»: veja-se, por exemplo, Costa (6).

Estes três instrumentos são por sua vez exercidos em maior ou menor grau pelas três fontes do poder, as quais podem ser atributos ou instituições, constituindo a distinção entre os que submetem e os que são submetidos; essas fontes são a personalidade, a propriedade e a organização.

A personalidade é um conjunto de qualidades pessoais, físicas, mentais ou morais que dão acesso a um ou mais instrumentos do poder.

A propriedade é a posse de bens materiais, ou seja a riqueza que permite comprar a submissão.

A organização, tal como já se definiu, é um conjunto estruturado de pessoas, está normalmente associada à personalidade e à propriedade e tem acesso aos três instrumentos do poder.

A ligação clássica mais forte das fontes aos instrumentos do poder pode sintetizar-se grosseiramente do seguinte modo: a personalidade está mais associada ao poder condigno, a propriedade ao poder compensatório e a organização ao poder condicionado. Seria porém errado aceitar unicamente estas correspondências biunívocas: na realidade a situação é muito mais complexa, verificando-se numerosas combinações entre fontes do poder

e os instrumentos referidos, cujo grau de correlação pode variar, como já se referiu, com o tempo. Para ser mais preciso, não há modernamente fontes de poder puras e os instrumentos de poder podem ser exercidos simultaneamente em maior ou menor proporção relativa. Assim, por exemplo, a personalidade é muito realçada pela propriedade (e vice-versa) e muitas vezes induz a organização; esta por sua vez é fortalecida tanto pela propriedade como pela personalidade.

Galbraith faz uma análise histórica das várias fontes de poder e de como elas têm exercido os vários instrumentos do poder e conclue que na sociedade actual a organização é a mais importante fonte de poder. Neste contexto convirá analisar sinteticamente algumas das suas características mais relevantes, bem como a forma como se consegue o poder condicionado, instrumento que a organização predominantemente utiliza.

Uma das características da organização já referida é o seu acesso aos três instrumentos do poder. A outra é a sua simetria bimodal, ou seja, o seu poder exógeno, consubstanciado na submissão externa aos seus objectivos, é directamente proporcional à profundidade e extensão da submissão interna nela existente. Uma outra faceta a considerar é que o seu maior ou menor poder depende da sua maior ou menor associação com as outras fontes do poder — personalidade e propriedade — e do seu maior ou menor acesso aos instrumentos do poder. Finalmente deve notar-se que, em regra, o poder de uma organização para impor os seus propósitos específicos decresce quanto mais numerosos forem os sectores ou mais diversificados os objectivos em relação aos quais pretende obter a obediência. Coser (?), ao tratar da função dos conflitos sociais assinala a correlação que se verifica entre esta última característica e a simetria bimodal relativamente à intensidade dos conflitos intergrupais, ponto a que se voltará mais adiante.

No que respeita ao poder condicionado interessa em primeiro lugar sublinhar que é essencialmente subjectivo: nem os que o exercem, nem os que a ele se submetem estão necessariamente conscientes do que está a ser praticado. Na realidade, é o produto de uma acção contínua que tem as suas origens na persuasão objectiva e visível até atingir um estado em que o indivíduo ou grupo, inserido na sociedade, é levado a acreditar que o objecto de persuasão é, para ele, intrinsicamente correcto, passando a constituir o que se poderia designar por uma verdadeira crença. Este tipo de poder pode ser explícito quando é o resultado de uma tentativa trans-

parente para obter a crença, ou implícito quando está imerso na condição social ou cultural em que o indivíduo ou grupo se movimenta.

Não deixa de ser interessante referir, ainda que de relance, como se materializa o poder condicionado, explícita ou implícitamente. Os meios explícitos mais correntes são a publicidade, através dos meios da comunicação social (imprensa, rádio e televisão), hoje reconhecidamente potentes, ou de outras formas menos extensivas como o comício ou o contacto pessoal, e a educação que se traduz ou numa acção psicológica destinada a inculcar aos membros de uma organização a bondade dos seus valores ou por uma acção informativa que leva os elementos da sociedade ou parte dos elementos da sociedade a acreditar na mensagem que lhes é transmitida. Exemplo destes dois meios explícitos encontram-se na política, por parte dos políticos em relação aos militantes do seu próprio partido e aos potenciais eleitores, ou nas organizações pelos mecanismos deliberados de assimilação, por instrução e treino, pelos seus membros dos naturais deveres a cumprir para atingir os objectivos globais ou ainda pela propaganda sobre o exterior (como no caso da relação vendedor-comprador). No entanto, as formas mais poderosas, embora menos percebidas, de poder condicionado obtêm-se talvez pela educação (um meio explícito) e pela convicção adquirida, este um meio implícito subtil, mas suficientemente penetrante e abrangente para se considerar como natural e integrante da própria vida, que não necessita de um esforço notório de submissão. O exemplo típico da primeira forma de condicionamento é a educação formal que se manifesta nas famílias e nas instituições do espectro do sistema de ensino, nas quais se ministra e se consegue geralmente a aceitação consciente e natural de códigos de comportamento, tais como o respeito à autoridade dos pais e dos professores (à liderança, de um modo geral), da aceitação das leis, do patriotismo, da defesa, da higiene, dos sistemas económico e social vigentes, etc. Exemplos da segunda forma de condicionamento é aceitação frequentemente normal, adquirida por hábito ou transmissão histórica, da autoridade dos pais, dos professores, dos sacerdotes, dos líderes da comunidade e das autoridades públicas eleitas ou de carácter cívico. Costa ⁽⁶⁾ equaciona este tipo de poder segundo três perspectivas sociológicas, a perspectiva mágica, a perspectiva juridico-política e a perspectiva psico-sociológica, a que acrescenta a perspectiva do consenso social, ordem

e processos de integração e socialização, ou seja a da mediação das representações colectivas.

Na sequência do que foi exposto sobre o poder condicionado, não pode deixar de se fazer uma curta referência à ilusão do poder, ou seja a tendência que os detentores do poder têm para acreditar na sua própria capacidade de persuasão, quando muitas vezes na realidade o seu discurso e a sua actuação não fazem mais que satisfazer os desejos dos pretensos submetidos: tal acontece particularmente quando a fonte primária do poder é a organização.

2.3. *A dialéctica do poder*

Não se pode discorrer sobre o poder sem falar da resistência ao poder, isto é, as formas reactivas de contrariar um poder e o seu exercício, fenómeno que é virtualmente inerente a estes, pois de outra forma o poder cresceria indefinidamente. Há basicamente duas formas de resistência: uma consiste na limitação, na regulamentação do poder, e a outra na criação de um contra-poder, isto é, no aparecimento de um poder oposto suficientemente forte para contrariar o que as pessoas ou grupos sociais consideram uma opressão.

O contra-poder é mesmo considerado a forma mais usual e mais eficaz de reagir a um poder indesejável, quer para o regulamentar quer para criar um novo poder que o contrarie e consiga assim moderá-lo ou mesmo subjugá-lo. Trata-se ao fim e ao cabo, de uma conversão de interesses latentes em interesses manifestos, constituindo, como afirma Dahrendorf, factores de conflito poderosos, que podem conduzir, como já se assinalou, a mudança de estruturas sociais de índole diferentes consoante a relatividade das suas escalas de intensidade e de violência.

Sem pretender alongar este tema, notar-se-á que na geração do contra-poder se verifica uma simetria embora não necessariamente de igual força, entre o modo como o poder cresce e o modo pelo qual é contrariado, tanto no que concerne às fontes do poder como ao uso dos seus instrumentos. Uma demonstração heurística desta asserção pode encontrar-se na história passada e contemporânea das sociedades e das nações.

2.4. *A realidade moderna*

Da sua análise, Galbraith conclue que na sociedade industrial actual a organização é a fonte do poder mais comum, situação proveniente da proliferação, como aliás seria de esperar em democracias pluralistas, e que traduz a sua disponibilidade permanente em termos de criação e de disseminação do poder entre as várias organizações que existem nas sociedades deste tipo: esta disseminação verifica-se dentro da própria organização e é o poder condicionado que, por um lado, ajuda a fomentar a sua própria formação, por uma lógica de reacção já referida (contra-poder) e, por outro, a sua coesão interna.

Verificam-se também, embora tal possa parecer paradoxal maiores concentrações do poder, sendo os três grandes exemplos de tal concentração o Estado, a grande empresa industrial moderna e a organização militar. Desnecessário será talvez repetir que o poder condicionado também nestes casos joga um importante papel, explicável pela diminuição da importância dos outros instrumentos do poder — condigno e compensatório — a qual, porém, não se deve minimizar, principalmente nas grandes organizações. Nestas, como nas outras, a distribuição do poder é maior e reveste um carácter pessoal.

É evidente que este retrato não é universal, verificando-se acentuados desvios deste padrão em muitas outras sociedades contemporâneas.

2.5. *A função dos conflitos*

Antes de abordar brevemente este tema, convem tentar sistematizar a epistemologia dos conflitos que constituiu objecto das considerações anteriores.

Começar-se-á por citar princípios propostos por Parreira (3) que enunciam as condições para a eclosão de conflitos:

- Existência de um sistema de comunicação entre os potenciais contendores,
- Existência de divergência motivacional entre os potenciais conflitos, e
- A aceitação por parte de pelo menos um dos contendores do uso da força (coerção) aos quais se poderão adicionar as seguintes proposições:

- A origem dos conflitos reside essencialmente na desigual distribuição do poder (autoridade);
- O poder tem tendência a gerar o contra-poder;
- Nas sociedades abertas, a principal fonte de poder tende a ser a organização, o que torna mais importante o instrumento do poder que lhe está mais associado: o poder condicionado.

O primeiro daqueles princípios não será explicitamente abordado, por ser obviamente indiscutível como causa axiomática de potencial eclosão de conflitos. Na ausência de contacto não se podem manifestar os antagonismos; o princípio enunciado permite porém inferir que quanto mais frequente e sistemática a comunicação, maior e mais clara é a percepção da diferença de interesses entre os possíveis abversários, o que por sua vez tende a intensificar aquela comunicação e contribuir para a sua dinâmica comportamental.

Uma vez equacionadas, embora em temas genéricos, as causas dos conflitos, ressalta que estes, quer intragrupais quer intergrupais, são uma característica intrínseca da sociedade. Resta agora falar da sua utilidade social, questão não discipienda, dada a considerável soma de energia que colocam em jogo.

Há duas correntes de pensamento sociológico (2) (3), cada uma acentuando como já se referiu em 2.1, o aspecto negativo e o aspecto positivo do conflito. Na primeira, o conflito é considerado um sintoma da existência de deficiências no sistema social, muitas vezes acompanhada de efeitos destrutivos, e constitui uma perturbação que pode ameaçar o carácter integrado dos conjuntos sociais, isto é, a institucionalização de modelos, valores, socialização e controlo social. A outra escola propugna que o conflito é um meio de afirmação dos desfavorecidos em relação aos favorecidos, com a conseqüente conquista de espaço, sinal manifesto de vigor e factor de enriquecimento do sistema, e portanto um processo criador, construtivo e coesivo. Esta ambivalência, complementar como considerou Dahrendorf, confere aos conflitos o carácter de um desafio ás sociedades da sua capacidade de decisão e integração.

Coser (7) considera, e essa parece ser a perspectiva dominante, que as funções do conflito são predominantemente positivas e que são um factor importante, senão decisivo de uma desejável mudança e de progresso social.

O mesmo autor analisa também a relação entre a coesão intra-organizacional que, quando muito forte pode originar recalçamentos, e a possibilidade concomitante de ocorrência de conflitos intensos e violentos, de eventuais efeitos negativos, mas não se verifica tal risco se essa coesão tiver um cariz mais solto e menos exigente: neste caso, a ocorrência de rupturas profundas é virtualmente inexistente e a probabilidade de os grupos desempenharem um papel integrador e estabilizador muito mais acentuada.

Sem negar o papel dinâmico dos conflitos como agentes de mudança, fica porém em aberto a questão de saber se esta mudança significa um verdadeiro progresso em termos dos valores fundamentais da sociedade global.

3. *A Fenomenologia da Defesa*

Entende-se neste texto Defesa como Defesa Nacional no seu sentido amplo ou seja defesa da Pátria, e dos seus valores.

A Constituição da República Portuguesa dedica os seus Art.ºs 273 a 276 à Defesa Nacional e a Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro (Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas), aprovada na Assembleia da República, dá-lhe a necessária pormenorização legal (8). Desta Lei transcrevem-se o seu Art.º 1.º, que caracteriza a defesa nacional:

«A defesa nacional é a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos no sentido de garantir, no respeito das instituições democráticas, a independência nacional, a integridade do território e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externas».

e a parte do Art.º 5.º que especifica os objectivos permanentes da política de defesa:

- a) garantir a independência nacional;
- b) assegurar a integridade do território;
- c) salvaguardar a liberdade e a segurança das populações, bem como a protecção dos seus bens e do património nacional;
- d) garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e a possibilidade de realização das tarefas fundamentais do Estado;

- e) contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais da comunidade, de modo a que possa prevenir ou reagir pelos meios adequados a qualquer agressão ou ameaça externas;
- f) assegurar a manutenção ou restabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais».

Por seu lado o Art.º 6.º da mesma Lei, que se dedica à caracterização e divulgação da mesma política, estabelece que:

- «1. A política de defesa nacional tem carácter permanente, exercendo-se a todo o tempo e em qualquer lugar;
- 2. A política de defesa nacional tem natureza global, abrangendo uma componente militar e componentes não militares;
- 3. A política de defesa nacional tem âmbito interministerial, cabendo a todos os órgãos e departamentos do Estado promover as condições indispensáveis à respectiva execução;
- 4. A necessidade da defesa nacional, os deveres dela decorrentes e as linhas gerais da política de defesa nacional serão objecto de informação pública, constante e actualizada».

Do articulado acabado do citar torna-se evidente não só a obrigação fundamental que incumbe ao Estado na defesa nacional, como os deveres que implicitamente caberão aos cidadãos. Mais ainda, confere à defesa um âmbito vasto que abarca toda a sociedade nacional.

O Livro Branco da Defesa Nacional (8) menciona expressamente como valores fundamentais, constituindo um património comum que une e identifica os portugueses, os valores morais, culturais e materiais que têm de ser, na sua essência, objectivos da defesa nacional. Este sentido amplo de defesa nacional é ainda manifesto no diploma sobre o «Conceito Estratégico de Defesa Nacional» (9) em que se reforçam aqueles valores e o sentido da unidade nacional, destacando como grandes áreas de intervenção não só os planos político-militar externo e interno, como o plano político geral, da política externa geral, e o plano económico, social e cultural.

Sem entrar numa análise detalhada, que não teria cabimento neste trabalho, pode-se afirmar que, no quadro legal acima respigado e também na base de um espírito quiçá não abertamente assumido por todos os cidadãos, mas que lhes é comum, a defesa nacional tem de ser sentida como constituída pelos seguintes vectores diminantes:

- i) um entendimento claro do que é a defesa nacional, sobretudo das várias vertentes (e não só apenas a militar), em particular dos valores culturais e morais que têm caracterizado a maneira de estar dos portugueses ao longo da história, das ameaças externas e internas, e das vulnerabilidades e potencialidades de Portugal, conducente a uma assumpção da consciência nacional e a uma acrescida coesão interna.
- ii) uma idêntica percepção por parte de todas as organizações ou semi-grupos que se formam ou existem no País, do carácter global da defesa nacional, de modo a contribuírem, dentro da sua esfera de acção, para a soberania nacional.
- iii) a compreensão do papel das forças armadas e de segurança, como parte integrante, mas não exclusiva, da problemática da defesa nacional.
- iv) a compreensão da responsabilidade do Governo e dos outros órgãos de soberania, como legítimos representantes dos Portugueses, na condução da política de defesa nacional e das obrigações que daí decorrem, em termos de acções que eventualmente podem não satisfazer a todos.

Na enunciação destas quatro vertentes, que se afiguram as fundamentais, está subjacente que a noção de defesa nacional deve ser entendida tanto horizontal como verticalmente. Por exemplo, assim como os cidadãos devem estar conscientes das suas próprias responsabilidades e da missão do Governo, também este deve estar consciente da sua própria missão e das responsabilidades perante os cidadãos.

4. *A Teoria dos Conflitos e da Violência e a Fenomenologia da Defesa*

A relativa extensão dada à teoria dos conflitos, aliás necessária, permite agora uma sistematização mais rápida no tratamento da sua correlação com a fenomenologia da defesa nacional, a qual se traduz pela concretização dos seus objectivos nas vertentes acima referidas.

Começemos por considerar a Nação como um sistema de actividade humana, que se pretende seja uma autêntica organização, isto é, que os seus componentes ou subsistemas tenham um fim comum: a defesa nacional. O mesmo se aplica ao interior dos seus subsistemas, eles próprios organizações constituída por pessoas.

Trata-se de um sistema complexo no qual a actual facilidade de comunicação entre os seus componentes, a todos os níveis, torna praticamente inevitável, como já vimos, a manifestação de interesses divergentes e, portanto, de conflitos. Por outro lado, Portugal pode incluir-se, não só pela sua trajectória histórica, como pelo sistema político, nas sociedades em que a principal fonte de poder é a organização, em consequência do que o instrumento de poder mais relevante seja o poder condicionado, embora não só.

Esta primeira conclusão geral é particularmente relevante para a consciencialização dos cidadãos, a qual só pode ser conseguida pelo exercício do poder condicionado explícito através de uma forma superior de publicidade, em que os órgãos de comunicação social desempenharão um papel relevante, e da educação formal, em que as instituições de ensino, principalmente dos jovens, terão uma importante função. Esta acção pedagógica, porém, deve estender-se a outras organizações, como empresas, ou sindicatos, cooperativas, autarquias, associações de índole diversa e às próprias organização militar e administração central. Naturalmente que esta acção se terá de desenvolver de cima para baixo, ou seja, começar pela preparação dos quadros superiores, esperando que estes transmitam a mensagem para os níveis que se lhes seguem*; no caso do sistema de ensino esta acção pedagógica pode exercer-se formalmente nos programas de disciplinas ou capítulos de disciplinas dedicadas à problemática da defesa nacional, a inserir ou já contempladas nos planos de estudo.

Parece evidente que o poder condigno e o poder compensatório não teriam eficácia no prosseguimento deste objectivo já que a consciencialização não se compra e o uso da coerção teria efeitos negativos, como é sabido. Uma palavra de precaução, porém, quanto ao poder condicionado: conquanto não se duvide que o reforço da identidade e coesão nacionais sejam consensuais, o modo como que se ministram estes sentimentos pode originar diferenças de opinião e, por outro lado, o poder condicionado quando demasiado ostensivo ou exercido de forma distorcida, conduz a formas de contra-poder, como a história recente de Portugal tem mostrado à sociedade.

(*) Como tem sido a orientação do Instituto da Defesa Nacional, cuja contribuição continuará a ser de extrema importância.

As anteriores considerações foram mais alongadas, porque se debruçaram sobre o aspecto mais importante da fenomenologia de defesa: a compreensão generalizada do que constitui a defesa nacional. Uma vez adquirida esta compreensão será certamente melhor aceite a função do Governo e dos outros órgãos de soberania. Com efeito, nomeadamente o Governo, como gestor de toda a organização (a Nação), tem de estar preparado para reconhecer e aceitar a ocorrência de conflitos, quer pela já referida existência de divergência motivacional entre os potenciais conflituantes, quer pela desigual distribuição do poder. Na realidade, por força da escassez de recursos, é natural a manifestação de divergências entre e com os sectores económico, social e cultural, as classes sociais, as autarquias e as associações cívicas e mesmo na própria utilização de recursos; em outro plano, há que contar com o mesmo fenómeno no que respeita aos partidos políticos e outras associações de tipo semelhante. A compreensão do conceito da defesa nacional ajudará a aceitar que o Governo tenha, sem prejuízo do reconhecimento da importância das opiniões e das leis de mudança das opiniões (10), conseguida através do diálogo e da negociação, de definir prioridades, a nível interno e externo e balizar as suas acções por estas prioridades, e ainda a que tenha que estar preparado para usar a força (não a violência) através dos seus poderes condigno (punição) e compensatório (segurança social, por exemplo).

O que acaba de se afirmar aplica-se não só à Nação, como organização global, mas às organizações que a integram, nas quais, pelas mesmas razões estruturais referidas em 2., se manifestarão conflitos que terão de ser geridos de modo a evitar a aparição de um contra-poder disruptivo, o que aliás se sintoniza com a acção do Governo esboçada no parágrafo anterior.

Sem menosprezar as vertentes culturais e sociais, a que se deu relevo na primeira parte destas considerações, não pode deixar de se realçar a importância das actividades económicas na contribuição para a independência nacional, particularmente no momento actual em que a inserção de Portugal num espaço supranacional tende a tornar menos nítidos os seus contornos. A importância da definição de prioridades não se pode ignorar, embora previsivelmente origine naturais conflitos, cuja resolução se poderá resolver pela negociação e, em última análise, pelo uso do poder.

Uma palavra ainda para o papel das forças armadas: a sua existência é essencial para conseguir os objectivos permanentes, nomeadamente os assinalados em a), b), c), e f), a propósito da Lei de Defesa Nacional.

A organização militar deve ser, dada a sua missão, um órgão coeso, como é sua tradição, que tem sempre tido acesso aos três instrumentos do poder (punitivo, compensatório e condicionado); modernamente é considerada como uma das organizações mais poderosas, mas a sua dependência do poder civil e a sua maior consciência do conceito global de defesa nacional não propiciam a que se considere com um possível contra-poder indesejável e provoque uma escalada de violência, conduzindo a uma mudança de estruturas repentina.

Para terminar, não se pode deixar de salientar que há uma arte na gestão dos conflitos, seja qual for a sua origem: essa arte consiste em aproveitar os conflitos para a correcção das eventuais deficiências sociais e canalizá-los para induzir as mudanças superficiais ou estruturais que contribuam para o progresso da sociedade portuguesa.

Joaquim José Barbosa Romero

Professor Catedrático da Universidade do Minho

(¹) Stirn, F., «Violência e Poder», Editorial Inquérito, Cadernos Culturais, Lisboa, 1978.

(²) Rocher, G., «Sociologia Geral», Editorial Presença, Lisboa.

(³) Parreira, A., «Apontamentos sobre o Conflito Social», *Jornal de Psicologia*, Jan.-Fev. e Mai.-Jun., 1983.

(⁴) Ackoff, R. L., «Towards a Systems of Concepts», *Management Science* 17, n.º 11, 1971.

(⁵) Galbraith, J. K., «Anatomia do Poder», Difel, Lisboa, 1983.

(⁶) Costa, M. da Silva, «A Violência Simbólica, um Conceito Instrumental na Análise da Reprodução Social», *Factos e Ideias* n.º 3, 133, Braga (Universidade do Minho), 1986.

(⁷) Coser, L. A., «The Functions of Social Conflict», The Free Press, Glencoe III, 1958.

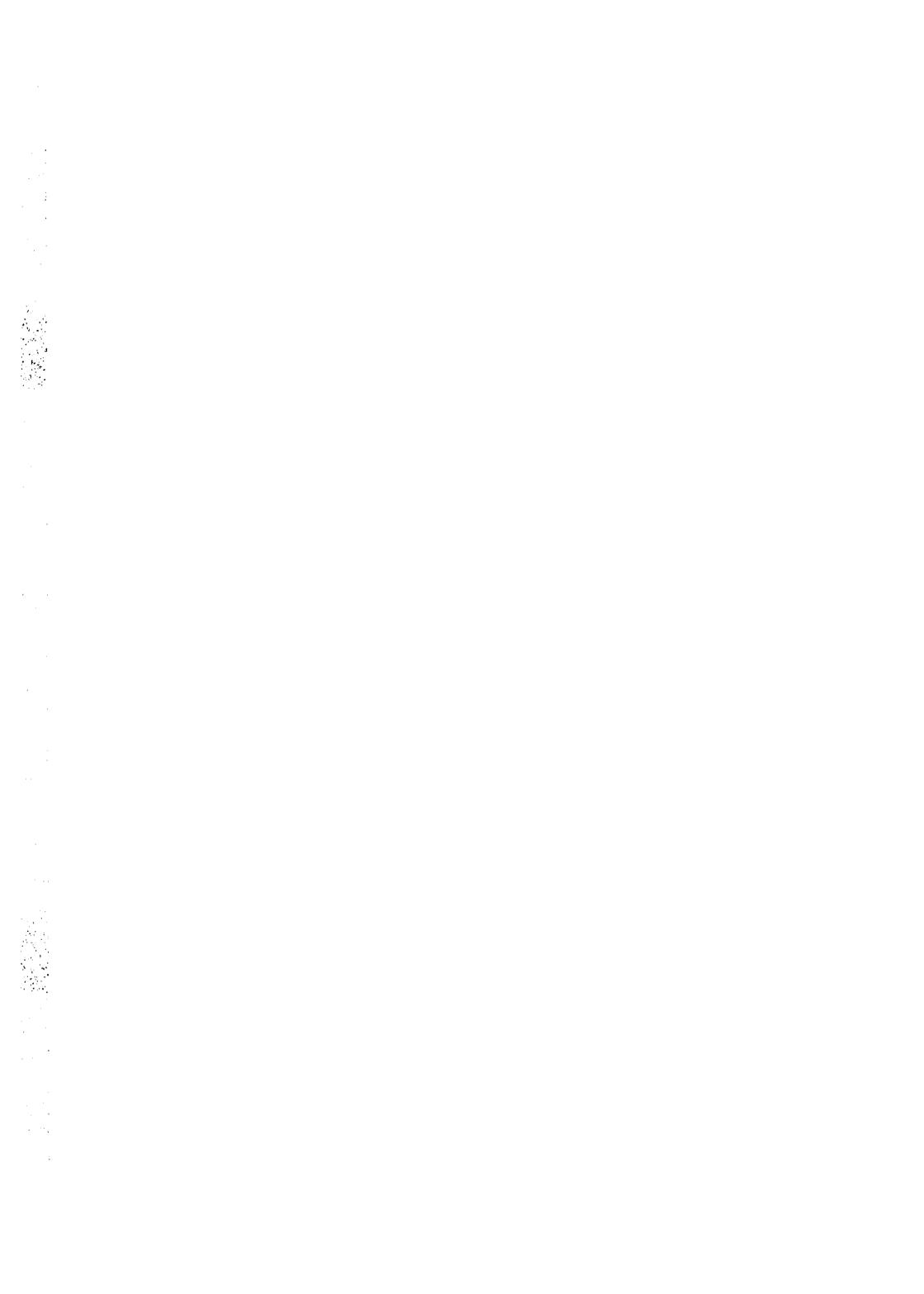
(⁸) Livro Branco da Defesa Nacional, Ministério da Defesa Nacional, 2.ª Ed., 1986.

(⁹) Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/85, «Diário da República», I Série, n.º 42, 20 Fev. 1985.

(¹⁰) Muchielli, R., «Opinions et Changements d'Opinion», *Entreprise Moderne d'Édition*, Paris, 1969.

A REVITALIZAÇÃO
DA UNIÃO DA EUROPA OCIDENTAL
E A RELAÇÃO TRANSATLÂNTICA

Luís Valença Pinto



A REVITALIZAÇÃO DA UNIÃO DA EUROPA OCIDENTAL E A RELAÇÃO TRANSATLÂNTICA (*)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

A RELAÇÃO TRANSATLÂNTICA

- *Elementos estruturais*
- *A percepção de mudança*
 - *Novas perspectivas e prioridades nos EUA*
 - *Reformas na URSS*
 - *Alterações nas relações Leste-Oeste*
 - *Crescente integração europeia*
 - *Dificuldades de funcionamento da OTAN*
- *E agora?*

A UNIÃO DA EUROPA OCIDENTAL

- *O passado*
- *A revitalização*
- *Os críticos*
- *Os crentes*
- *Os moderados*

UM PAPEL PARA A UEO NA RELAÇÃO TRANSATLÂNTICA

(*) Comunicação apresentada em Ponta Delgada, em 22 de Maio de 1989, no âmbito do Colóquio Internacional sobre «Relações Transatlânticas no limiar do século XXI», organizado pelo Centro de Estudos de Relações Internacionais e Estratégia da Universidade dos Açores.

*«Nada se pode fazer sem os Homens.
Mas para que a relações sejam duradouras
é preciso institucionalizá-las»*

Jean Monnet

INTRODUÇÃO

Este ensaio tem como objectivo a análise e discussão do papel que a União da Europa Ocidental (UEO) pode desempenhar no futuro da relação transatlântica.

Com esse propósito procurar-se-á caracterizar aquilo que é estrutural na ligação entre a Europa Ocidental e a América do Norte e identificar o que nessa ligação parece representar factor de mudança.

Associando a essa problemática a definição política e jurídica intrínseca à existência da UEO e, em particular, as tentativas contemporâneas para a sua revitalização, ensaiar-se-á conclusivamente a perspectivação das potencialidades e dos condicionamentos que enquadram e sugerem a função que essa Organização Internacional de natureza europeia pode aspirar a ter na manutenção e no reforço do entendimento e da cooperação existentes entre as duas margens do Atlântico Norte.

A RELAÇÃO TRANSATLÂNTICA

Elementos estruturais

A relação transatlântica não começou em 1949 com a formação da Aliança Atlântica.

Ela funda-se num processo histórico em cujos alicerces se encontram a colonização europeia do continente americano, as semelhanças étnicas, culturais e religiosas que ela determinou, as experiências bastante partilhadas da Revolução Francesa e da Revolução Americana e o esforço conjunto nas duas Guerras Mundiais.

O produto final desse processo é uma profunda identidade de valores como o respeito pela vida e dignidade dos Homens, a liberdade, a democracia representativa e a livre iniciativa.

Todos eles são referências essenciais para as comunidades de ambos os lados do Atlântico, assim constituindo um decisivo património político comum a essas sociedades.

Um património que por si só estimula e viabiliza a relação transatlântica independentemente das formas que essa relação possa assumir. E que por isso é o elemento mais estrutural dessa relação.

Mais do que o espaço físico e geográfico é o espaço político, social e cultural o que verdadeiramente constitui condição de possibilidade de uma aliança.

Evidentemente que naquelas cuja preocupação fundamental seja a Segurança, a existência de um perigo comum proporciona naturalmente uma função catalisadora cuja importância não se pode ignorar.

No caso da Aliança Atlântica essa função foi protagonizada pela natureza do Estado e do regime soviéticos, pelo seu expansionismo, e pela postura e volume das suas forças militares. Que, além disso, constituíram um factor básico na definição dos contornos da Aliança e na escolha do seu modelo organizacional.

Mas se é assim para a formação, não o será tanto para a manutenção das alianças. Se a coesão ocidental dependesse exclusivamente da ameaça soviética a sua precaridade seria manifesta. A Aliança nada teria que ver com a vontade e com a maneira de ser dos ocidentais.

É a comunhão de objectivos que joga o papel decisivo na manutenção das alianças.

Na prática isso traduz-se pela definição conjunta de objectivos e de políticas que tão extensamente quanto possível acolham os interesses de cada um dos Estados membros. O que exige o empenhamento continuado das suas vontades políticas e das suas capacidades morais e materiais.

Mas tanto quanto a relação transatlântica não se iniciou em 1949 ela também não se esgota na Aliança Atlântica.

Em primeiro lugar porque os Estados membros matêm a sua plena soberania. Além disso porque a Aliança é uma organização limitada, quer quanto à natureza das suas atribuições, quer quanto ao espaço da sua jurisdição. Estes dois factores determinam necessariamente processos de intenso e fecundo relacionamento bilateral e multilateral entre os Estados membros conferindo à relação transatlântica uma prática e uma vitalidade que por definição ultrapassam o quadro da OTAN.

O que não prejudica que, representando a OTAN o coração da relação atlântica, não seja desejável e necessário que se estabeleça e conserve a harmonia e a coerência entre o que se passa no seu interior e o que lhe é exterior.

Pensar os termos actuais e futuros da relação transatlântica exige portanto que se avalie se se mantém a comunhão de valores essenciais, e se existem condições para, através da Aliança Atlântica e de outros níveis de relacionamento bilateral e multilateral, continuar a afirmar e a prosseguir por um lado uma comunhão de objectivos e interesses em matéria de Segurança e por outro uma compatibilidade de objectivos e de políticas em outras áreas, nomeadamente nas de Política Externa e da Economia. E se é possível afirmar essa identidade não só no quadro regional definido pelo Tratado de Washington como também no quadro global.

A percepção de mudança

Pelo seu valor fundamental a OTAN é um excelente indicador das dificuldades da relação transatlântica.

A verdade é que, como alguém já disse, quando confrontada com a sua sobrevivência e sobretudo com o fantástico êxito representado por 40 anos de Paz nas condições de hostilidade que são conhecidas, a história das crises internas da OTAN parece fazer dela uma organização «imortal e institucionalmente indestrutível».

Hoje porém colocam-se desafios que ou são novos ou pelos menos assim parecem ser. E que têm ou parecem ter impacto nos dados estruturais da relação transatlântica e sobretudo na OTAN.

Reflectir sobre essa mudança, e sobre a sua realidade ou aparência, convida a concentrar a atenção nas seguintes questões:

- as novas perspectivas e prioridades nos EUA.
- as reformas na URSS.
- as alterações nas relações Leste-Oeste e nomeadamente entre as Superpotências.
- o processo de crescente integração europeia.
- as dificuldades de funcionamento da OTAN.

Novas perspectivas e prioridades nos EUA

No que se refere aos EUA assume relevância a combinação de dois aspectos: uma orientação político-estratégica mais marcadamente globalista, e portanto menos centrada na Europa Ocidental, e um certo sentimento de desencanto com a disponibilidade europeia para assumir os seus encargos de Segurança de forma julgada mais proporcional à sua pujança económica.

Até agora nada disto teve reflexos significativos na Administração americana mas a verdade é que se trata de temas candentes e em grande efervescência no seio dos círculos políticos, dos «media» e da opinião pública dos EUA. E que constantemente são pressionados de forma directa e imediata pelos «déficits» orçamental e comercial dos EUA.

O relatório «Discriminate Deterrence» de 1988 pode não comprometer a Administração americana mas compromete sem sombra de dúvida uma larga parcela da «intelligentsia» americana ligada à Segurança.

Nesse relatório é muito claro que os EUA têm perfeita consciência que vivemos hoje num mundo de bipolaridade mitigada. Num mundo que não é bipolar no plano da economia e do comércio e em que são muito nítidas e aparentemente firmes as tendências para a multipolaridade em sentido completo.

Face a um cenário deste tipo é natural que os EUA queiram assegurar para si maior flexibilidade de intervenção. O que reclama menor rigidez na actual formulação da Estratégia da Dissuasão e da Estratégia da Resposta Flexível. Numa palavra menor rigidez no seu envolvimento europeu. O que implica acrescentadas garantias europeias em relação à própria Europa e à estabilidade no Terceiro Mundo.

E aqui entroncam duas questões: a do «burden-sharing» e uma certa relutância para compreender que quando se deseja uma Europa mais forte tem que se aceitar uma Europa mais autónoma nas suas decisões e preocupações e mais paritária no plano das relações mútuas.

No fundo os EUA querem uma Europa da Segurança mas desejam-na garantidamente em consonância com a sua política. Receiam que, sobreposta à Europa Económica, essa Europa da Segurança gere um poder formidável, talvez mesmo capaz de se poder antagonizar com os EUA, mas com quem certamente haja muito maior necessidade de coordenar e harmonizar pontos de vista e políticas globais.

Ou seja procurando os EUA um menor envolvimento na Europa para dispõem de maior flexibilidade no Mundo, temem que daqui possa vir a resultar ao mesmo tempo menor voz americana nas questões europeias e menor voz americana nas questões globais.

Não se trata porém nem de uma contradição nem de um paradoxo. Trata-se de dificuldades e de receios de conjuntura. Que apenas representam diferenças de vias, de métodos e de fases e que não devem ser tomadas como divergências sobre objectivos fundamentais.

Importa por isso, em defesa do essencial, prevenir o unilateralismo e ser capaz de encontrar para as grandes questões mundiais um pensamento e uma posição ocidental comum aos EUA e à Europa e portanto imbuída da fantástica força moral, política e material daí resultante.

É certamente um desafio à relação transatlântica tal como hoje a conhecemos, mas não é a sua condenação. Bem pelo contrário.

As reformas na URSS

Quanto às mudanças na URSS muito se tem dito e escrito. No fundo os Ocidentais vivem prisioneiros de duas ilusões extremas: uma é de que nada está a acontecer e a outra é que as reformas estão de facto a ter lugar, que o Ocidente as pode ajudar e influenciar e que os inimigos internos de Gorbachev nossos inimigos são.

Nenhum das posições parece correcta e prudente. Mas a mais perigosa é a que tem levado muitos ocidentais a tomarem como critério básico de actuação nas relações Leste-Oeste a intenção de apoiarem Gorbachev. O propósito do Ocidente deve ser o de procurar obter um Mundo mais seguro e uma Europa mais segura e menos dividida. E não é certo que isso se garanta apoiando o actual Secretário Geral, como não é certo que essa intenção de apoio contenha alguma hipótese de eficácia.

O que importa é conhecer bem a natureza do regime e do Estado Soviético, os objectivos e os limites da política do seu «leader» e o quadro em que essa política se desenvolve.

Só assim será possível destrinçar entre o que apenas são mudanças de estilo (porventura enormes, mas em todo o caso acessórias) a atender ao que sendo essencial não é (e não pode ser) modificado, a menos que com isso se pretenda a alteração do próprio regime.

Para a relação transatlântica é preciso não perder de vista as implicações de três objectivos que Gorbachev enunciou de forma explícita:

- a desnuclearização da Europa;
- o desmantelamento da OTAN e do Pacto de Varsóvia;
- a compreensão da Europa como o lar da URSS (o que para além das suas ambiguidades, contém a noção de que a Europa não é lar dos EUA).

Sabe-se como cada um desses objectivos colide com os interesses vitais do Ocidente tal como hoje são conhecidos.

E não se ignora que, independentemente dos seus limites políticos e materiais, as reformas de Gorbachev só limitadamente foram executadas, que são muitas as dificuldades enfrentadas nomeadamente no seio dos grandes pilares do sistema (o aparelho do Partido, as FA, o Governo e o KGB) e na projecção dessas reformas na Europa de Leste. E que, ao mesmo tempo, surgiram na URSS fenómenos novos e potencialmente explosivos como o revivalismo religioso cristão e muçulmano e, sobretudo, o nacionalismo. Em especial o nacionalismo russo tradicionalmente conservador, comunista, anti-ocidental, anti-semita e anti-não russos.

Deste caldo vários cenários podem emergir. Gorbachev pode ou não vir a ter êxito. Se não o tiver a situação modificar-se-á passando provavelmente a apresentar muito menor grau de reformas políticas com maior ou menor grau de reformas económicas. Ou outros contornos ainda mais instabilizadores.

Os objectivos antes referidos manter-se-ão ou não em cenários futuros que não estejam inspirados por Gorbachev. Mas coisas há que se manterão seja qual for evolução da situação. E que importam aos parceiros atlânticos.

As mais óbvias são as que têm a ver com o facto de que nas décadas imediatas não se alterarão os seguintes dados essenciais da relação com a URSS:

- o poder militar continuará a ser a maior fonte do poder soviético;
- a URSS continuará a ser a maior força militar na Eurásia;
- a URSS continuará a exercer controlo político e militar sobre a Europa de Leste;
- a combinação da força militar soviética com o seu controlo sobre a Europa de Leste continuará a gerar insegurança e instabilidade na Europa.

Outras, talvez menos transparentes, mas com maior potencial intrusivo na relação transatlântica, prendem-se com a noção de que o que os soviéticos não querem e nunca quiseram é a concorrência simultânea de três coisas:

- nacionalismo Alemão;
- uma política de Segurança comum à Europa Ocidental;
- a presença militar dos EUA na Europa Ocidental.

E aquilo que é claro é que a presença militar americana na Europa é o factor que mais dispensa os outros. Parecendo investir forte na tentativa de dissociar os EUA da Europa talvez os soviéticos sempre tenham preferido o «statu-quo». Naturalmente tão enfraquecido quanto possível.

Não é do interesse da URSS uma Europa mais apta e mais disposta a fazer em melhores termos a repartição com os EUA do trabalho estratégico global. O que deve recomendar aos parceiros transatlânticos maior realismo e rigor e a procura do reforço engenhoso da sua relação através de novas vias de cooperação e de complementaridade funcional.

Alterações nas relações Leste-Oeste

Adoptando uma perspectiva que não é exclusivamente europeia o que se afigura mais significativo no contexto das relações Leste-Oeste, e nomeadamente entre as superpotências, é que uma redução de tensão nesse relacionamento não deve levar a geri-lo como uma via para um condomínio global. Não é esse o sentido da mudança no sistema internacional. Não parecem apontar para essa situação as possibilidades actuais da URSS. E no que toca à relação transatlântica, seja qual for o sentido da sua evolução continua verdadeiro que enquanto potência global os EUA carecem da Europa Ocidental. Tal como Europa Ocidental carece dos EUA.

Da relação Leste-Oeste não pode resultar a singularização seja de um país — como alguns alemães sentiram após o acordo INF — seja de uma região como a Europa Ocidental. Esse é o maior risco. Os parceiros transatlânticos, em particular os EUA, não devem ignorá-lo quando abordam questões como o Controlo de Armamentos, sobretudo convencional, Direitos Humanos ou conflitos locais e regionais. Ou quando dimensionam os mecanismos de protecção das suas respectivas actividades económicas.

Por outro lado verifica-se um declínio relativo do papel do instrumento militar nas Relações Internacionais, em favor do primado do político e do crescente peso do económico, do cultural e até das questões referentes à ciência e à tecnologia. Como é natural esta modificação conduz a um peso diferente do factor militar como critério de estruturação da Segurança internacional. E essa é mais uma razão para repensar, e eventualmente reestruturar, a actual prática transatlântica.

Crescente integração europeia

O processo de crescente integração europeia introduz cambiantes assinaláveis e muito interessantes em toda esta situação.

Pese embora a inexistência de um acordo formal e as reais dificuldades que se sentem no plano dos diversos aparelhos institucionais a verdade é que há hoje um vasto consenso europeu quanto à necessidade de evoluir para a definição de uma Política de Segurança de matriz europeia.

A Europa continua a ser a questão fulcral do equilíbrio global e em nenhuma outra região do Mundo é tão estreita e imediata a ligação entre segurança regional e segurança global.

Num quadro destes seria verdadeiramente paradoxal que a Europa perfilhasse a irresponsabilidade perante si mesma. É portanto lógico que os europeus manifestem o desejo de um maior controlo europeu sobre as questões europeias.

Para o entender perfeitamente, e às vezes para o aceitar com naturalidade, é necessário ter presente que, como a História e a modernidade demonstram, a Europa não é um apêndice do Mundo Atlântico, mas sim um dos construtores desse Mundo. E no plano histórico sem dúvida que o mais importante desses construtores.

A política europeia carece de usar o Atlântico. Todos os países da Europa Ocidental se podem reclamar de atlânticos. Mas o elemento racionalizador das suas políticas e da política comum tem que ser a vontade própria e não o quadro geográfico.

A lógica visível do processo europeu apontando para a crescente manifestação dessa vontade torna nítidos diversos factores integradores.

Na ordem externa constituem factores de pressão sobre o processo europeu as questões do desarmamento e do controlo de armamentos e as que para OTAN são «out of area».

Quanto às primeiras a convivência com uma URSS poderosa nos domínios nuclear e convencional, os desequilíbrios de forças existentes no Teatro europeu e a realidade das forças nucleares inglesa e francesa determinam a importância que elas assumem para a Europa.

Relativamente às que para a OTAN são «out of area» basta lembrar que muitas delas são associáveis a recursos estratégicos indispensáveis à vida e a viabilização da Europa e que, em rigor, a própria Europa de Leste é «out of area» para a OTAN.

Mas também há factores de integração interiores à própria Europa. Os mais significativos são a crescente integração económica e política e a necessidade de identificar e explorar vias que facultem um uso mais racional e mais eficiente dos recursos europeus.

A aceitação de um mercado único numa região tão dependente do exterior em matérias primas e minerais estratégicos não pode deixar de levar à necessidade de coordenar muito mais estreitamente as diversas Políticas Externas aproximando-as de um padrão comum. E daí à Política de Segurança o passo é pequeno e a fronteira difusa.

É sintomático que um dos Títulos do Acto Único Europeu verse a Cooperação Política Europeia. E confirma esses sintomas a intensa actividade de consulta e troca de informações que assim se origina e desenvolve.

Depois do mercado único agendado para 1993 procura-se a moeda única, o banco central, a harmonização tributária e o esbatimento das fronteiras tradicionais. Todas estas medidas modificam os atributos clássicos das soberanias europeias, conduzindo, se materializadas, a uma muito maior unificação das Políticas Externas e de Segurança dos estados europeus.

Por outro lado só o reforço da cooperação intra-europeia pode proporcionar aos europeus a redução da desvantagem em que se encontram em matéria de produção de armamentos e, interactivamente, atenuar o seu relativo atraso tecnológico.

Talvez nenhuma destas questões, ou mesmo o seu conjunto, venha a influir decisivamente no modelo político europeu. Mas o que não deixarão é de influenciar a concepção estratégica europeia. E é também certo que sem uma dimensão de segurança própria não haverá dimensão política europeia.

A Europa da Segurança é indispensável seja à Europa das Pátrias seja à Europa dos Povos.

Dificuldades de funcionamento da OTAN

Se se projectar a actual estrutura e prática da Aliança Atlântica sobre esta teia complexa de novas situações, novos problemas e novas vontades são salientes as dificuldades de funcionamento que a Aliança presentemente encerra.

Alguém disse que a presente estrutura atlântica tende a encorajar o unilateralismo americano e a irresponsabilização europeia. Talvez na sua generalidade esta afirmação seja excessiva. Mas ninguém negará que algumas questões têm proporcionado um retrato do tipo sugerido por esta caracterização.

Sem que se façam juízos que não sejam apenas juízos de facto constata-se as limitações que resultam:

- da Aliança nada ter que ver com a construção europeia e de nela ser presentemente limitada a afirmação europeia;
- da França não integrar nem a estrutura militar da OTAN nem o Eurogrupo, o que é mais relevante agora do que no passado;
- da impossibilidade de abordar questões «out of area»;
- do nível insatisfatório de cooperação na produção de armamento e na investigação tecnológica.

É do interesse de americanos e europeus encontrar uma resposta para tudo isto. Desejavelmente sem provocar nenhuma ruptura e acolhendo os interesses de todas as partes.

Assumir essa necessidade é uma afirmação de realismo. E assumi-la com oportunidade uma forma de permitir serenidade e lucidez e de evitar que se atinja um estado de verdadeira crise política, militar ou de recursos.

E agora?

Estamos pois num Mundo em transição. Para usar a fórmula de Strausz-Hupé é preciso encarar esse desafio simultaneamente com grande realismo e com grande idealismo atlântico.

Os problemas e as relações são crescentemente multifacetados e as suas componentes políticas, estratégicas, económicas, militares ou culturais nem sempre se sobrepõem ou harmonizam. A tendência é para globalizar as questões o que amplia as preocupações e afirmações de Segurança dos

actores do sistema e aumenta para os mais desenvolvidos as suas obrigações de solidariedade moral, política e material com o Terceiro Mundo.

Os desafios tornaram-se maiores e a regra é que ultrapassam as capacidades de intervenção de cada país isolado. As ameaças tornaram-se menos evidentes.

Mantém-se como sempre a necessidade de preservar e melhorar as relações entre aliados. Mas adicionalmente há que não permitir a singularização ou diferenciação entre eles, e, ao mesmo tempo, procurar novas formas de relacionamento com os adversários potenciais.

Na hora de transição a norma é a ambiguidade e a dúvida. E a coesão a mais sábia das atitudes.

E se dispensar esforços nunca foi um bom princípio de actuação, dispôr de vários instrumentos para fazer face a circunstâncias diferentes em momentos diferentes parece ser uma exigência desta fase de incerteza e de aparente mudança.

Foi neste contexto que surgiu o propósito de revitalizar a União da Europa Ocidental.

A UNIÃO DA EUROPA OCIDENTAL

O Passado

A contribuição que no passado a UEO deu à Segurança do Mundo Ocidental está longe de ser irrelevante.

Desde os tempos da União Ocidental (sua antecessora) que essa contribuição foi assinalável. Em particular quanto aos aspectos essencialmente políticos ligados à Segurança. Além disso e concretamente a UEO facilitou a integração da RFA nos esquemas de Segurança ocidentais, facilitou a resolução do problema do Sarre, favoreceu a aproximação entre a França e a RFA e, de certa forma, funcionou como um elo para a cooperação política entre a CEE a seis e o Reino Unido.

Dividida entre a pretensão de prosseguir objectivos próprios e a de evitar a duplicação com a OTAN e outras organizações, os aspectos militares que eventualmente poderia gerir permaneceram na OTAN, os sociais e culturais no Conselho da Europa enquanto os aspectos políticos foram sendo transferidos para os mecanismos de consulta da CEE.

Como consequência a UEO entrou em letargia da qual só viria a sair nesta década.

A revitalização

Os factores que influenciaram a revitalização da UEO foram basicamente os seguintes:

- a identificação de uma dimensão europeia em matéria de Segurança, tornada mais visível com o debate sobre a instalação na Europa dos mísseis de alcance intermédio e com a crise de opinião pública que ele revelou;
- as insistentes referências americanas à necessidade de um maior esforço de defesa por parte dos europeus;
- o desejo da Europa Ocidental de ter uma voz mais importante na OTAN e uma influência maior na conduta das relações Leste-Oeste;
- o bloqueio institucional existente, com os assuntos de Segurança e Defesa excluídos da CEE, as questões militares interditas na Cooperação Política Europeia e o «statu-quo» na OTAN como consequência dos limites geográficos do Tratado e da situação particular da França.

A declaração ministerial de Roma de 12Jun84 constitui o acto formal de revitalização. O seu tom é o do interesse europeu, da cooperação intra-europeia e da solidariedade e contribuição para com a Aliança Atlântica.

De então para cá os sinais de vida da organização consubstanciam-se no intenso debate que tem suscitado, na Plataforma de Haia sobre os interesses de segurança europeus que os MNE e MDN dos Estados membros subscreveram em Outubro de 1987, e no recente alargamento a Portugal e à Espanha.

Para alguns isto é muito pouco. Para outros é bastante. Para muitos é apenas promissor.

Os críticos

Não são escassas as vozes que fazem ouvir a sua opinião crítica e o seu cepticismo em relação à UEO.

Os seus argumentos centram-se normalmente em torno de cinco ideias-força:

- não há grande consenso europeu sobre qual deve ser o papel da UEO no domínio da Segurança do Ocidente;
- a UEO só muito limitadamente representa a Europa Ocidental;
- a revitalização da UEO é uma mera consequência da situação particular da França e no fundo um instrumento francês para assegurar para si um papel central na Segurança e na integração da Europa;
- a UEO sobrepõe-se ao espaço de outras organizações, contribuindo para duplicar e confundir o respectivo trabalho;
- a UEO pouco ou nada tem conseguido; nem sequer uma vida institucional própria.

Em tudo isto há algo de verdade ou algo a merecer atenção.

São reais as dificuldades em estabelecer um consenso objectivo sobre a ideia do pilar europeu. A própria ideia de uma OTAN a dois e não a dezasseis pilares suscita dúvidas e receios legítimos. É questionável o grau possível de independência estratégica em relação aos EUA.

É duvidosa a cooperação realmente atingível entre as forças nucleares da França e do Reino Unido.

Não oferece contestação que, tal como hoje é, a UEO não pode considerar-se como a componente europeia da Aliança Atlântica. Cinco dos membros europeus da OTAN não integram a UEO e, à excepção da Turquia, nenhum parece muito motivado para o fazer. Concorrentemente as disposições sobre armas nucleares contidas na Plataforma de Haia não facilitam a eventual adesão de países como a Dinamarca ou talvez mesmo a Noruega.

É pacífico que as situações particulares da França e da Irlanda no quadro das instituições europeias reforçam as razões para o relançamento da UEO.

É também verdade que, sendo todos os membros da UEO membros da OTAN e da CEE, é grande o risco de sobreposição, nomeadamente com o Eurogrupo, o Grupo Independente Europeu de Programas e a Cooperação Política Europeia. A fronteira com esta última estrutura é particularmente difusa. E se há matérias que ainda hoje são «tabu» na Cooperação Política Europeia também se pode recear que a UEO entrave a evolução normal daquela organização.

Têm realmente sido grandes as dificuldades para institucionalizar e normalizar a vida da UEO. Os seus êxitos e contributos têm sido reduzidos. E o embaraço quando à localização da sede, ao mesmo tempo que prolonga a paralisia da organização, revela as clivagens e hesitações que ela continua a encerrar: uns preferindo Bruxelas para privilegiar a ligação com a OTAN, outros uma localização diferente que favoreça independência em relação à OTAN.

Os crenes

Mas também há os adeptos incondicionais da UEO. A sua tese centra-se na necessidade de uma Política de Segurança coerente com a identidade europeia e na indispensabilidade da UEO como único «forum» em que é possível debater e formular essa Política.

São vários os factores de que fazem depender essa avaliação.

Entre eles:

- a intenção de conferir à Europa um estatuto mais completo na ordem global;
- as diferenças de prioridade e de perspectiva entre a Europa e os EUA;
- o facto de na competição entre as Superpotências existirem questões «locais» que são imediatamente relevantes para a Europa, como sejam a paz e a estabilidade na Europa Ocidental e no Mediterrâneo, a questão alemã e a situação na Europa de Leste;
- o interesse em continuar a manter as questões militares fora da CEE para assim não colocar obstáculos à adesão de países como a Áustria, a Suécia e mesmo a Noruega;
- a necessidade de viabilizar a economia europeia face à dependência do exterior;
- a preocupação de prevenir o alastramento para a Europa de conflitos no Médio Oriente ou na África do Norte;
- o interesse em estabelecer em novos moldes as relações entre a Europa e o Terceiro Mundo, proporcionando à Europa um papel mais activo como entidade empenhada na Segurança e no desenvolvimento do Terceiro Mundo.

E para tudo isto, se reconhecem não haver um acordo formal, julgam existir um consenso amplo e acentuadamente crescente.

Tal como acontece com as premissas dos críticos também as premissas dos entusiastas da UEO recolhem algum fundamento.

A ambiguidade da presente situação justifica este aparente paradoxo. E convida a uma posição mais moderada.

Os moderados

Num Mundo em transição há, pelo menos neste momento, um papel potencialmente positivo para uma organização como a UEO. É esta a tese dos moderados.

Também eles reconhecem que a Europa Ocidental carece de uma Política de Segurança comum na formulação e global nas preocupações, que a Aliança Atlântica carece de uma componente europeia mais forte e que nas relações Leste-Oeste há questões que exigem a intervenção dos europeus.

Para os moderados a UEO surge não como a panaceia para todas estas exigências, mas como um ente capaz de contribuir validamente para a sua satisfação.

E ainda como uma instância que no plano imediato pode ajudar a Europa a reagir melhor aos desafios do «burden-sharing» e da opinião pública.

Na questão do «burden-sharing» a resposta tem que atender aos «déficits» orçamentais dos países europeus e à relutância das suas opiniões públicas para aumentar os gastos com a defesa militar. A primeira medida consiste sem dúvida em esclarecer muito mais empenhadamente os custos, riscos e responsabilidades que os europeus assumem hoje para a defesa do Ocidente. Mas é preciso ir mais longe. Uma via análoga à que os japoneses adoptaram no seu diálogo com os americanos nesta matéria parece ajustada. Trata-se de, sem ampliar as defesas militares, melhorar a natureza e a qualidade das forças e contribuições europeias e de, ao mesmo tempo, aumentar as despesas de ajuda e cooperação com o Terceiro Mundo e as verbas destinadas à Investigação e ao Desenvolvimento, e de ser mais restritivo quanto às transferências tecnológicas para a Europa do Leste.

Uma solução deste tipo requiere concertação. A UEO não a garante mas pode proporcioná-la. Ou no mínimo contribuir para ela.

Tal como, sendo a única organização europeia cujo Parlamento tem por mandato a obrigação e a possibilidade de discutir questões de defesa

incluindo as militares, a UEO pode vir a desenvolver uma acção assinalável na consolidação das opiniões parlamentares e públicas dos países membros em matéria de defesa europeia.

Os moderados identificam todas estas virtualidades. Mas compreendem a UEO tal como hoje é como pouco mais do que um acto de diplomacia declaratória baseado em princípios comuns e gerais.

Pensam todavia que no momento ela representa um bom compromisso e que pode ser um bom começo para o futuro. Por isso aceitam como naturais os embaraços, ambiguidades e limitações que a UEO revela nesta fase e preocupam-se construtivamente com as vias e com as condições para a eliminação desses aspectos negativos, tendo como certo que esse processo será relativamente longo, oferecerá surpresas e contradições e não dispensará a permanente reavaliação da situação.

UM PAPEL PARA A UEO NA RELAÇÃO TRANSATLÂNTICA

Parece legítimo afirmar que, neste dealbar do Século XXI, a UEO pode aspirar a desempenhar na relação transatlântica um papel que na ordem global seja funcionalmente complementar da Aliança Atlântica, favorecendo e estimulando a cooperação e a articulação de esforços entre as duas margens do Atlântico Norte tanto no plano regional como no plano global.

Há todavia algumas (não poucas) condições para que seja possível que as coisas assim se passem. Umas, de natureza geral, não são exclusivas da UEO mas podem ser satisfeitas por esta organização. Outras estão mais directamente ligadas à completa activação da UEO.

Na ordem geral é preciso atender que:

- o processo europeu não pode em nenhum sentido ser artificializado, nem no seu ritmo, nem no seu figurino institucional;
- americanos e europeus têm que assumir a pluralidade e diversidade dimensional do sistema internacional dos nossos dias e a sua tendência para a multipolaridade;
- uns e outros têm que definir os seus interesses próprios e assumi-los com naturalidade, reconhecer os interesses dos outros e, ao mesmo tempo, manter plena consciência dos seus factores de identidade e

- do interesse resultante para ambos e para o Mundo da harmonização das suas políticas;
- no plano da Segurança a singularização de um país ou de uma região integrantes de uma aliança representa um perigo que só pode ser prevenido na concertação de objectivos e práticas;
 - a Segurança da Europa Ocidental é igualmente vital para ambos os parceiros atlânticos; ela não pode ser assegurada sem os EUA, sem a coesão dos europeus e o equilíbrio entre eles, sem ou contra a RFA ou a França, com um Reino Unido relutante, com uma Itália instável ou, por exemplo, como um conjunto escandinavo tornado totalmente neutro;
 - o papel geopolítico e geoestratégico da periferia marítima europeia depende crescentemente da sua integração com o centro da Europa, como via de afirmação do seu sentido funcional para a estabilidade estratégica regional e global, e como instrumento de participação na definição política, económica e estratégica da Europa.

Atendidas que sejam as questões de ordem geral, as expectativas de sucesso da UEO dependem ainda da apropriada resposta a problemas e desafios como os seguintes:

- a UEO não pode ser uma mera válvula de escape dos problemas institucionais da OTAN ou da CEE; se não acrescentar nada à identidade e afirmação dos europeus a UEO, a prazo, apenas complicará a estrutura de decisão europeia;
- é preciso garantir a coerência e a compatibilidade das posições públicas da UEO e da Aliança Atlântica em matéria de Segurança e da UEO e da Cooperação Política Europeia em matéria de Política Europeia;
- no plano da defesa da Europa a UEO deve preocupar-se com aspectos políticos e de orientação estratégica mas não se imiscuir nas questões de estratégia militar operacional que cabem à OTAN;
- não havendo solução estratégica europeia que possa ser exclusivamente dimensionada pelos parâmetros da Europa Central a UEO carece de se complementar com a visão dos flancos; depois da integração de Portugal e da Espanha faltam-lhe, para que melhor represente a Europa os países do Norte e do Sudeste da Europa;

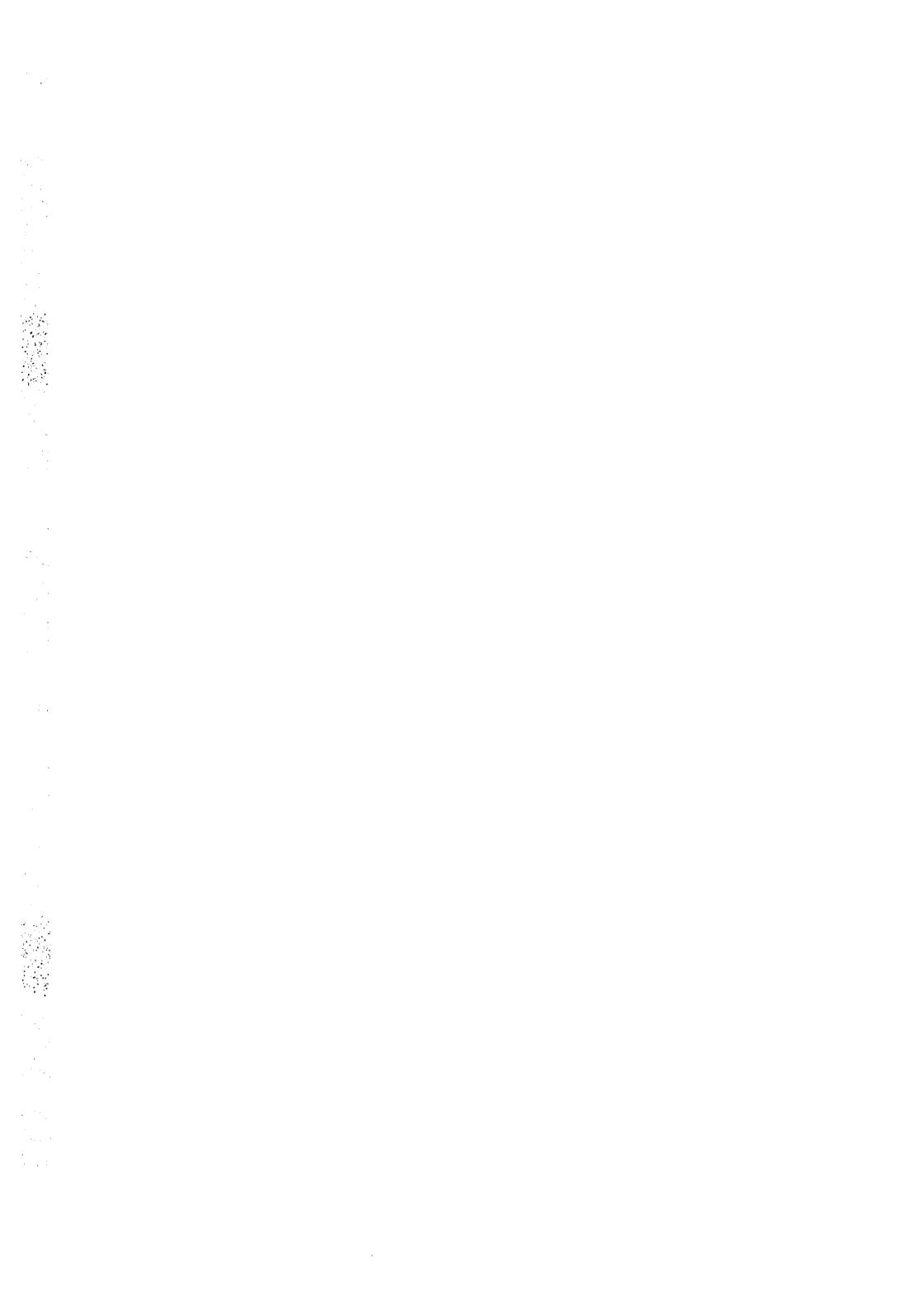
- é preciso dar vida efectiva à organização e, através de uma saudável prática institucional, afastar o risco de tornar a UEO um elemento de suspeição entre os europeus, seja pela sua prolongada indefinição, seja porque algum dos países a pretende liderar (ou é julgado como tal), seja porque os pequenos países membros se sintam mais objectos que sujeitos num processo que não controlam e tendam a refugiar-se no isolamento;
- o relacionamento multilateral no seio da UEO tem que procurar ser um elemento de articulação entre o relacionamento multilateral transatlântico no quadro da OTAN e os diversos níveis autónomos de relacionamento bilateral europeu e um elemento fomentador e praticante da transparência em todas essas relações.

A UEO tem ainda que se entender como uma organização que está numa encruzilhada e que como tal depende crucialmente do factor tempo. E tem também que estar preparada para, em permanência, redefinir o seu papel e pôr em causa a necessidade ou o interesse da sua existência.

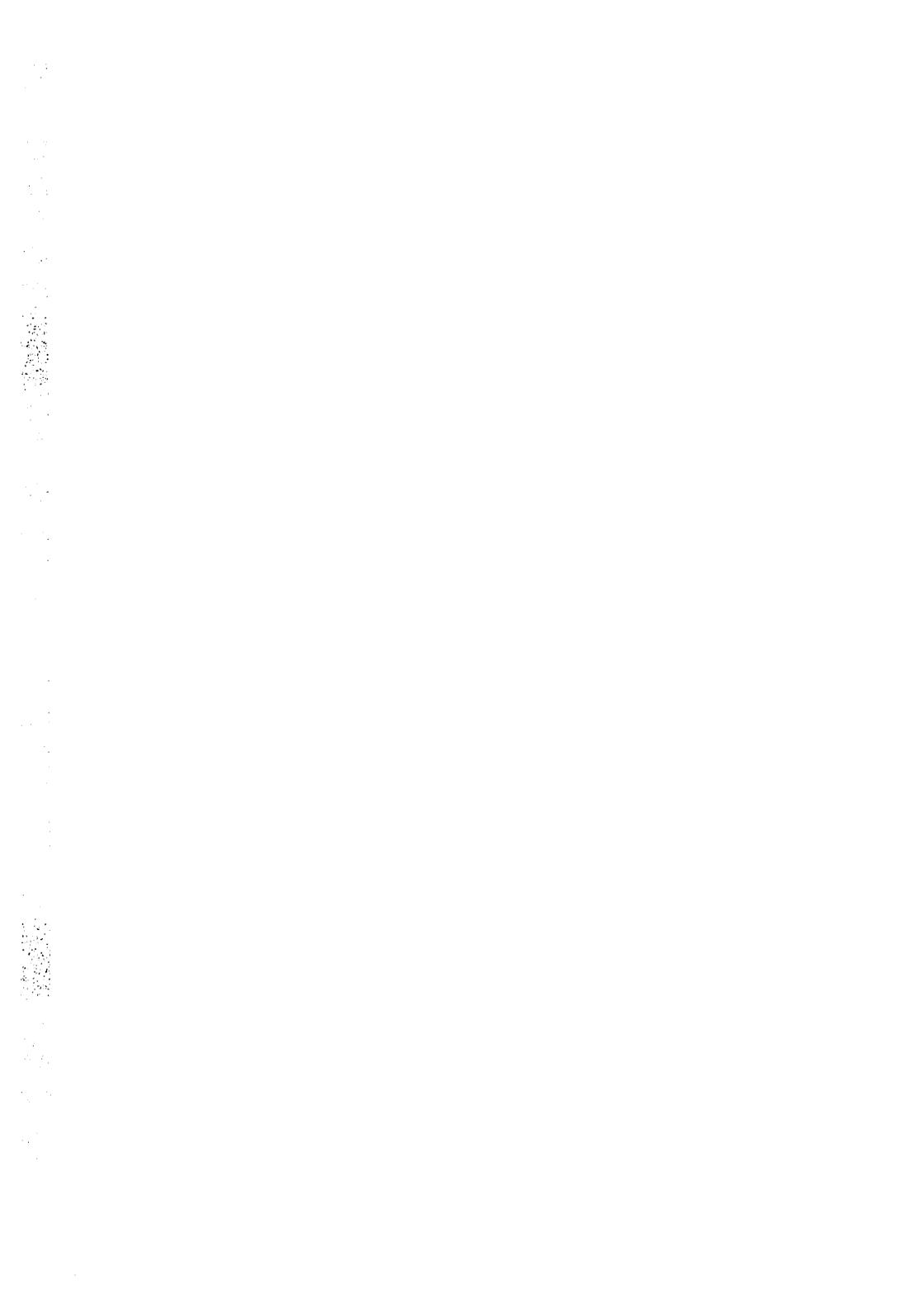
Se todas estas condições forem harmoniosamente satisfeitas o edifício resultante — mantendo a individualidade e soberania das nações da Europa Ocidental e da América do Norte, a OTAN, a CEE e a UEO — relançará a relação transatlântica em moldes que conservando o fundamental respondam melhor aos dados objectivos da situação histórica.

Em imagem esse edifício corresponderá talvez à ideia que antes já se referiu como realismo com idealismo atlântico, O seu propósito concreto é proporcionar através de uma América do Norte e de uma Europa Ocidental fortes, organizadas, solidárias e funcionalmente articuladas condições de Segurança e de prosperidade para o Mundo Ocidental e melhores condições para a Paz, a liberdade e o desenvolvimento em todo o globo.

Luís Valença Pinto



A DEFESA NO MUNDO



A DEFESA NO MUNDO

OS AÇORES E OS CONCEITOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA NACIONAL ()*

1. Para se poder apreciar o papel dos Açores nos Conceitos Estratégicos de Defesa Nacional, é necessário, em primeiro lugar, fazer uma reflexão sobre esses conceitos e da forma como se concretizaram, ao longo da nossa trajectória histórica.

Um modesto contributo para essa reflexão é a separata dum artigo publicado na revista «Nação e Defesa», onde os principais dados do problema são expostos.

A partir desse enquadramento geral, pode então procurar-se a definição do papel que os Açores tiveram, e têm, no quadro nacional.

2. Alguns contributos para essa definição, no passado:

- a. Os Açores, mesmo antes de serem povoados, já foram importantes: a decisão de os povoar foi um dos incentivos à descoberta da navegação astronómica, inovação tecnológica chave para o conceito estratégico de fortalecer o Poder Nacional, através da expansão e dos descobrimentos.
- b. Depois de povoados e ultrapassada uma certa debilidade inicial, foram fortes participantes dessa mesma expansão e descobrimentos: no primeiro caso, tomando uma posição na linha da frente do apoio, abastecimento e socorros de emergência, às praças de Marrocos e, no segundo caso, liderando, juntamente com a Madeira, a procura de terras a Ocidente, próprias para o cultivo do açúcar; além doutras iniciativas, lideradas por açorianos com objectivos ainda mal esclarecidos, no Norte do continente americano.

(*) Comunicação apresentada pelo c/Almirantes Viegas no Congresso Histórico da Ilha Terceira, Açores.

- c. Mais tarde, «os lhéus» foram os grandes promotores do desenvolvimento do cultivo e produção de açúcar no Brasil e da sua defesa e recuperação contra os ataques e ocupação holandesa. Isto, é tanto mais importante e decisivo, quanto no Brasil se jogava, para o futuro, a independência de Portugal por um lado, contra a manutenção do estatuto de primeira potência marítima, por parte dos holandeses, porque para qualquer dos objectivos a posse do Brasil era decisiva. Eles perderam-na, mas nós continuámos independentes. Isto deveu-se principalmente ao empenhamento dos «Ihéus» e de outros naturais.
- d. Em relação às rotas de retorno do Oriente, do Atlântico Sul e mesmo da América Central, por razões de puro condicionalismo físico-geográfico, os Açores ocuparam durante séculos uma posição chave não só na defesa dessas rotas pela sua convergência obrigatória em si, como no abastecimento das frotas, como ainda no próprio comércio dos produtos, entre os quais o ouro, mais clandestino do que legal, ao qual também não é estranha a sua ligação directa com mercados do Norte da Europa e da presença dos seus mercadores. A grande debilidade dos Açores, que os impediu de assumir um papel central na estratégia nacional, foi a completa inexistência de portos de mar dignos desse nome, com excepção da Angra, com todas as limitações e vulnerabilidades que se lhe conhecem. Mesmo assim, enquanto no século XVI as naus e galeões eram suficientemente pequenos para poderem ficar ao socairo do Monte Brasil, amarrados de popa e proa, com a proa mesmo em cima da terra, umas ao lado das outras, embora com grandes riscos dos ventos S e SE, ainda Angra deu algum abrigo; mas com o aumento das frotas (como a do açúcar do Brasil) ou as grandes esquadras do séc. XVIII, perdeu completamente a sua qualidade de porto de mar; embora mantivesse a capacidade do abastecimento das esquadras que tinham de cruzar no mar dos Açores. Mesmo assim o seu papel dentro dos conceitos estratégicos de defesa nacional foi relevante.
- e. Outra função dos Açores tem sido a de santuário e refúgio do Poder, quando de invasões, guerras civis, ou alterações profundas no Continente e ser assim plataforma da projecção do poder militar nesse Continente, função que, como é sabido, cumpriu em vários momentos históricos.

- f. Um aspecto que supomos não estar ainda investigado mas que seria aliciante conhecer foi o papel da ligação dos Açores com as Colónias da América do Norte durante o período Colonial, Guerra da Independência e pós-Guerra da Independência, períodos estes em que os Açores estavam em condições de dar forte contributo por meio dos seus artífices, comerciantes e marinheiros para a incipiente sociedade americana. É altamente provável, por exemplo, que, perante o bloqueio que as autoridades inglesas faziam ao desenvolvimento da marinha mercante e da construção naval americana, os construtores açorianos tenham furado esse bloqueio. E embora na altura, em termos formais, pela nossa aliança com a Inglaterra, o nosso partido fosse o contrário, não deixou de, no longo prazo, vir a ser um factor de solidariedade e confiança recíproca entre os dois povos.
- g. Os Açores, sob o ponto de vista militar, dada a sua posição geográfica, têm posição chave no controle naval do Atlântico Norte, mas só vêm a assumir esta posição com o advento da arma aérea e a instalação das Bases Aéreas durante a 2.^a Guerra Mundial; e daí para cá só tem vindo a aumentar a importância dessa posição chave, que é insubstituível.

Quanto a portos de mar ou bases navais, só agora, com a construção do porto da Praia da Vitória, os Açores podem vir a assumir uma posição de relevo como base naval no Atlântico Norte, e que lhe dão um valor acrescido na posição chave que já desempenham.

- h. A posição que os Açores tomaram no quadro estratégico nacional não tem nada a ver com os modos de vida própria que vieram sucessivamente a assumir, seja no âmbito interno, seja nas várias formas de intercâmbio com o exterior que sucessivamente adoptaram (como tão bem descreve o Dr. Álvaro Monjardino) e que apenas lhe deram a sustentação para permanecerem viáveis, úteis e autónomos.

3. A sua definição no presente/futuro é mais complexa, mas passa por três pontos fundamentais, que devem ser detalhadamente analisados:

- a. O Poder Nacional hoje existente tem, como factor primordial, a natureza plural do seu território e o seu posicionamento no Atlântico. Mas esse Poder só é consistente porque o todo é coeso, com uma

mesma identidade que se baseia num quadro de referência histórico comum.

A sua atlanticidade dá-lhe não só uma posição específica em relação à Europa (à sua continentalidade, inclusivé a ibérica) como também lhe confere um estatuto atlântico dentro do pilar europeu de defesa

- b. Sendo os Açores uma posição chave para o controle naval do Atlântico Norte, interessa aos povos marítimos das suas margens (Aliança Atlântica) e em particular à potência marítima mundial (EU) não só como posto avançado da sua defesa, como plataforma para a sua intervenção num vasto hemisfério.

Mas essa situação valiosa não pode ser retirada, desligada e tratada separadamente, do mais vasto relacionamento institucional de Portugal com a potência marítima, como sempre o foi no passado.

- c. As relações com as comunidades açorianas nos países do continente americano, em especial nos EU, devem inserir-se, juntamente com as relações com as outras comunidades nacionais no estrangeiro, numa estratégia de conteúdo cultural, que por um lado as valorize na sociedade do país onde permanecem e por outro possa ser veículo da defesa de valores e interesses nacionais; e nunca de interesses exclusivamente regionais.

Outros três pontos de importância no futuro são :

- a. A presença nos Açores de instalação para investigação e desenvolvimento do vector espacial europeu.
- b. A existência nos Açores dum polígono de acústica submarina para investigação da propagação do som nas águas oceânicas.
- c. A existência a W dos Açores, e na sua proximidade, de campos de nódulos polimetálicos.

«EL PAIS» (ESPANHA), de 23 de Julho de 1989

De acordo com uma informação da agência de notícias TANJUNG, o presidente da Jugoslávia, Janez Drnovsek, anunciou a próxima iniciativa para a redacção de uma nova Constituição que, pela via reformista, possa conduzir o país para um Estado moderno em que se respeitem os Direitos do Homem e do Cidadão.

A nova Carta Magna deverá abordar questões como o pluralismo, o sistema eleitoral livre e directo e a forma do Estado.

«CÂMBIO 16» (ESPANHA), de 25 de Julho de 1989

Nos últimos dez anos produziram-se em Espanha 82 860 incêndios florestais, que devastaram uma superfície maior que as províncias de Badajoz e de Biscaia juntas, com um prejuízo superior a mais de 400 000 milhões de pesetas, sem contabilizar os danos ecológicos causados no meio ambiente, em alguns casos irreparáveis.

O orçamento do Instituto para a Conservação da Natureza e das Comunidades Autónomas é de 15 000 milhões de pesetas para 1989, empregando muitos milhares de pessoas. Os meios disponíveis para o ataque aos incêndios são cada vez mais sofisticados, compreendendo estações meteorológicas próprias que permitem prevêr o comportamento do fogo, a sua velocidade de progressão e a intensidade.

O Instituto para a Conservação da Natureza possui uma frota de 76 aviões e helicópteros adaptados para a luta contra os incêndios. Algumas autarquias possuem também os seus meios aéreos.

O problema dos incêndios florestais é tão grave em Espanha que em 1988 o Ministério da Agricultura elaborou um «Plano de Estado» para combater os fogos, em especial nas zonas de mais alto risco, entre as quais a Galiza ocupa o primeiro lugar em número de fogos, em superfície queimada, em intencionalidade, etc.

Além do «Plano de Estado», cada autonomia dispõe de um Plano Regional Especial adaptado às características geográficas de cada área.

O problema dos Incêndios florestais afecta especialmente os países mediterrânicos e até este ano a Comunidade Europeia não lhe havia prestado a devida atenção nem tinha dotado orçamentalmente a sua luta.

Em 1988 a Espanha conseguiu que Bruxelas aprovasse um regulamento de luta contra os incêndios e já este ano muitos projectos técnicos e campanhas de informação foram financiados pelos fundos comunitários.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 29/30 de Julho de 1989

O governo britânico deu instruções à firma «British Aerospace» para abandonar os esforços tendentes a vender ao Iraque 50 aviões Hawk de treino avançado.

O negócio, avaliado em mais de 500 milhões de dólares, foi bloqueado por motivo do impedimento de venda ao Iraque e ao Irão de armamento letal desde 1984, quando estes dois países se encontravam em guerra.

Os opositores da transacção declaram que o Hawk, que tem dado largo lucro à British Aerospace, pode, facilmente, ser transformado num poderoso avião de combate.

O aparelho britânico estaria em boas condições para ganhar o concurso iraquiano em competição com os «Alpha Jet» fabricado pela firma «Dassault-Breguet», de França, e com os «Dornier» da República Federal da Alemanha.

«DEFENSE AND ARMAMENT HERACLES» (FRANÇA), de Julho / Agosto de 1989

O governo espanhol elaborou uma relação de países com os quais é proibido o comércio de armamentos fabricados em Espanha. A relação inclui a África do Sul, Líbia, Formosa, Paraguai, Chile e todos os países do Pacto de Varsóvia.



Espanha, Bélgica e Holanda vão juntar-se à França, Inglaterra e República Federal da Alemanha para a produção do «TRIGAT», um míssil anti-carro que substituirá o «HOT» e o «MILAN».

O primeiro programa diz respeito a uma arma anti-carro de infantaria de médio alcance com a possibilidade de ser montada em viaturas. Este novo sistema de armas deverá estar operacional em 1996 e as necessidades dos 6 países são estimadas em 200 000 mísseis e 5000 vectores de lançamento.

O segundo programa trata de um sistema anti-carro de longo alcance, que pode ser montado em viatura ou em helicóptero.

Para este segundo programa apenas a Espanha já resolveu aderir á França, Inglaterra e RFA para a produção de 80 000 mísseis e 2000 lançadores.

*
* *
*

A Esquadra Soviética do Pacífico, constituída por vinte navios de guerra, 30 helicópteros e aviões e cerca de 10 000 homens realizou exercícios na parte Noroeste do mar do Japão.

O objectivo dos exercícios foi o de examinar e comprovar os problemas relativos à defesa costeira da URSS.

A União Soviética convidou cerca de 15 observadores estrangeiros para seguirem os exercícios.

*
* *
*

Numa recente conferência de imprensa oficiais das Forças Armadas suíças expressaram a sua opinião sobre a ameaça militar mundial, especialmente no que diz respeito á Europa Central, e as suas consequências para o Exército suíço.

O principal elemento de segurança da Suíça continua a ter por base as suas forças armadas, cujas possibilidades foram delineadas com base na «ameaça militar actual» em vez de assentar nas «intenções» dos adversários potenciais.

Na consideração do actual cenário das ameaças, os militares suíços identificaram sete áreas principais que merecem especial atenção:

- Contra medidas contra a possibilidade de guerra' não convencional em todas as suas formas possíveis, que deverão incluir a protecção das instalações civis e militares de natureza vital á escala nacional;
- A melhoria da flexibilidade do comando operacional pela criação de reservas operacionais ao nível do Corpo do Exército ou do Exército, tendo em vista a execução de contra-ataques e a rápida criação de importantes zonas de esforço. As unidades para esta missão deverão ser da dimensão de brigadas e implicará a existência de uma capacidade de transporte aéreo rápido para unidades tipo batalhão;

— Maior atenção ao poder de fogo. Este requisito exige um número suficiente de sistemas de artilharia. Em contra partida, o papel da Força Aérea em missões de apoio ao solo será, de certo modo, diminuído.

Um interesse elevado deverão merecer as modernas munições de artilharia, o comando e controlo de tiro e os métodos de reconhecimento.

— A tendência assim traçada pode ser reconhecida na retirada a longo prazo dos aviões «Hunter» de apoio ao solo e, por outro lado, por esforços para o desenvolvimento de um veículo de controle remoto conhecido por «Ranger», destinado a missões de reconhecimento e a controle de tiro;

— A transferência de efectivos das regiões montanhosas para as terras baixas, da qual resultará um certo grau de enfraquecimento das forças de montanha que, no entanto, deverá ser compensado por um aumento do poder de fogo e da mobilidade aérea;

— A defesa contra a ameaça aérea, a qual evoluiu de forma notável nos últimos anos. A Força Aérea deverá providenciar a necessária superioridade aérea e a cooperação com as defesas anti-aéreas baseadas em terra contra a ameaça resultante dos aviões intrusos voando a baixa cota.

Um importante degrau para aumentar a capacidade de força aérea foi o da selecção do avião «F/A - 18 Hornet» para substituir o «Mirage III» nas missões de interceptação;

— A possibilidade de adaptar os tempos de alerta reduzidos aos métodos modernos de guerra, o que é particularmente importante para as Forças Armadas suíças porque a sua eficácia assenta principalmente no tempo de mobilização da milícia;

— A adopção de um conceito operacional de reforço de zona das fronteiras que tenha em melhor atenção a utilização do terreno favorável á defesa.

Em adição a esta nova apreciação da ameaça, as Forças Armadas da República Helvética estão também a enfrentar uma grande reorganização em termos de efectivos devido aos previstos cortes no orçamento da defesa.

A reorganização é já conhecida sob a designação «Exército 95» (o ano em que se espera que a reorganização esteja completa).

Contudo, não se espera que a reorganização se traduza na perda de eficácia para o combate, uma vez que as reduções serão compensadas pela adopção de meios modernos e mais eficazes sistemas de armas.

«REVISTA ESPAÑOLA DE DEFENSA» (ESPANHA), de Julho/Agosto de 1989

As Forças Armadas da República Popular da China tem a seguinte composição em pessoal:

— Exército 2 300 000 homens; Força Aérea 470 000; Forças Nucleares 90 000; Marinha 300 000; o que dá um efectivo total de tropas na actividade de 3 160 000 homens.

Além das forças na efectividade do serviço, a RPC possui 4 400 000 reservistas e 12 000 000 de milícias.

A capacidade de mobilização chinesa será, pois, de 19 560 000 homens.

Quanto a material a República Popular possui:

— No Exército: Carros de combate médios e ligeiros 11 000; viaturas blindadas de transporte 2800; bocas de fogo de artilharia 14 800; peças de artilharia anti-aérea 15 000.

— Na Força Aérea: Bombardeiros estratégicos subsónicos 110; Bombardeiros ligeiros 300; Aviões de combate (interceptores) 4000.

— Na Marinha: Submarinos 115; navios de superfície 53 (dos quais 19 destroyers).

— Nas Forças Estratégicas Nucleares: Mísseis ICBM 6; mísseis IRBM (raio de acção 2700 km) 60; mísseis MBBM (raio de acção 1200 km) 50; submarino SSBN 1.

«CÁMBIO 16» (ESPANHA), de 21 de Agosto de 1989

Em 1988 as vendas de armas dos Estados Unidos atingiram a cifra de 9200 milhões de dólares (mais de um bilião de pesetas) enquanto a URSS vendeu armamento no valor de 9900 milhões de dólares, segundo uma informação do Serviço de Investigação do Congresso Americano.

Estes números supõem um aumento da quase 66% no caso do mercado armamentista americano e uma descida nas vendas da União Soviética.

Entre os principais países compradores encontram-se os chamados países em desenvolvimento, muito especialmente os do Médio Oriente.

Na totalidade, no ano de 1988, o Terceiro Mundo adquiriu armamento no valor de cerca de 300 000 milhões de dólares.

«DEFENSA» (ESPANHA), de Agosto/Setembro de 1989

De acordo com as informações oficiais a Armada espanhola vai poder contar de futuro com duas novas fragatas de tipo «FFG-7».

Estas duas novas unidades virão somar-se às quatro já aprovadas e servirão para reforçar determinadas necessidades, incluindo, de forma muito especial, a defesa anti-aérea da Frota.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 18 de Setembro de 1989

Este mês foi pela primeira vez avistado no Atlântico Norte um sofisticado submarino soviético o que demonstra que a URSS continua a aumentar e a melhorar as suas forças.

A crescente dificuldade para detectar os submarinos russos determinou que o controle de armamentos no que concerne a meios navais merecesse cuidados especiais por parte dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e outros países da OTAN.

A detecção é particularmente importante no Ártico, onde os soviéticos parecem concentrar os seus submarinos nucleares com mísseis balísticos intercontinentais.

Um avião de patrulha norueguês conseguiu ver um submarino russo da classe Akula navegando á superfície, mas perdeu-lhe o rasto quando mergulhou porque os sinais captados pelos seus sensores eram muito ténues.

Julga-se que a URSS possui três submarinos daquela classe, os quais estão equipados com um «escudo electrónico» que impede a sua detecção por sensores magnéticos.

Até agora os três submarinos da classe «Akula» têm actuado somente no Pacífico. O seu aparecimento no Atlântico Norte traduz, na opinião de um responsável norueguês, um reforço notável dos meios navais soviéticos no Atlântico.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 26 de Setembro de 1989

A Noruega, que tradicionalmente tem procurado manter uma atitude discreta na OTAN, surpreende agora com a intenção de proceder á modernização dos seus sistemas defensivos e consolidar os seus laços com a Aliança Atlântica.

Enquanto outras nações ocidentais se apresentam eufóricas com o desarmamento — e com a oportunidade de baixarem alguns dos seus encargos militares — a Noruega toma outra direcção:

- A coligação centro-esquerda no Governo aumentou o orçamento militar de 2,5 por cento anualmente e procura alargar o âmbito de cooperação com os Estados-Unidos em matéria de segurança. Na maior parte dos países aliados, os orçamentos estão estacionários ou decrescem.
- Os dirigentes noruegueses procuram dar uma nota de prudência sobre os riscos que o desarmamento pode trazer para o seu próprio país, uma vez que podem ser enfraquecidas as relações entre os membros da Aliança Atlântica.
- Enquanto que os Estado-Unidos e os seus aliados europeus se preocupam com os benefícios que podem resultar das conversações sobre a redução de armamentos no que concerne á diminuição de efectivos, os noruegueses declaram que não desejam ser forçados a quaisquer reduções porque as suas forças estão já demasiadamente limitadas.

A principal preocupação da Noruega relaciona-se com a possibilidade dos Estados-Unidos abandonarem a sua estratégia de pós-guerra de contenção do poder soviético, deixando somente aos seus aliados europeus o encargo da sua própria defesa, para o qual ainda não estão preparados.

Segundo declarou o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Thornald Stoltenberg, os russos têm sempre tentado estabelecer entre os dois países

relações bilaterais para resolver os conflitos existentes, mas esses contactos foram sempre recusados em nome da solidariedade aliada.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 28 de Setembro de 1989

O Senado norte americano aprovou algumas reduções substanciais em várias parcelas do orçamento de defesa apresentado pela Casa Branca. Estes cortes afectam principalmente a «Iniciativa de Defesa Estratégica,» (SDI) a bem conhecida «guerra das estrelas», e o novo submarino nuclear «Tridente II».

Os legisladores americanos cortaram 800 milhões de dólares ao SDI — de 4900 milhões pedidos para 4100 concedidos — e 900 milhões ao Tridente.

Anteriormente a Câmara dos Representantes havia aprovado uma parcela de só 3900 milhões de dólares para o orçamento de 1990.

A redução orçamental no programa das armas especiais tem uma grande importância política se se ligar com a recente decisão soviética de não relacionar a possibilidade de um acordo sobre as armas estratégicas com o abandono da «guerra das estrelas».

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 1 de Outubro de 1989

O Comando do Exército dos Estados Unidos acaba de nomear o General Maxwell Thurman, de 58 anos, para o cargo de comandante-chefe do Sul (Panamá). Este Comando integra a principal força norte-americana estacionada num país da América Latina.

O General Thurman, oficial de informações que se distinguiu no Vietnam, substitui o General Frederick Woerner, de 56 anos, a quem alguns círculos oficiais americanos qualificam de demasiadamente brando face à actuação do General Manuel António Noriega homem forte do Panamá, que os Estados Unidos procuram tirar do poder por todos os meios, mas sem êxito.

Segundo as entidades militares americanas a substituição do General Woerner não significa mudança de política de administração Bush relativamente ao Panamá.

O Tratado Torrijos-Carter, que prevê a retirada americana até 31 de Dezembro de 1999, foi assinado em 1979 e dá, assim, início ao processo de descolonização do Canal do Panamá.

«REVISTA ESPAÑOLA DE DEFENSA» (ESPANHA), de Setembro de 1989

Em artigo assinado por Maria Espinosa dá-se conta das reservas postas pela Espanha quanto às reduções de armamento propostas na Conferência de Viena, em particular no que respeita a aviões e helicópteros com base em terra.

Estas reduções, segundo a opinião de especialistas do Ministério da Defesa espanhol, iriam colidir com o plano de modernização das Forças Armadas Espanholas, que se encontra em pleno desenvolvimento, e com os seus interesses defensivos regionais específicos aos quais, necessariamente, tem de atender.

Considera ainda que a forma de redução preconizada é também motivo de preocupação para outros países da Aliança, apoiando a tese da «repartição de encargos» na redução ou seja, reduzir mais nos que mais têm, como forma possível de solucionar a questão.

«EL PAÍS» (ESPANHA), de 9 de Outubro de 1989

Especialistas de França, Itália e Espanha levaram a cabo em Palma de Maiorca exercícios aero-navais principalmente dirigidos à luta contra o narcotráfico e contra o contrabando.

A colaboração entre os três países para combater o tráfico de drogas que se realiza por mar, em especial a partir do Norte de África, começou no passado mês de Fevereiro e, desde então, navios e aviões dos serviços aduaneiros e de vigilância marítima da Espanha, França e Itália passaram a pente fino as águas entre Gibraltar e a Sicília.

Os exercícios em que participaram navios e aviões, tiveram por finalidade o estabelecimento e o treino de comunicações entre as unidades intervinientes para a troca de informações.

«EL PAÍS» (ESPAÑA), de 9 de Outubro de 1989

O processo de paz no Sahara Ocidental, estacionário desde o princípio do ano, deverá sofrer um espectacular retrocesso devido á sangrenta batalha travada há muito poucos dias entre os combatentes da Frente Polisário e unidades das Forças Armadas marroquinas. Os combates no muro defensivo de Marrocos na região de Guelta Zemmar, a cerca de 50 quilómetros a Oeste da fronteira com a Mauritània, causaram um mínimo de 100 baixas mortais em ambos os lados.

«INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE» (EUA), de 12 de Outubro de 1989

O Governo Japonês reabriu uma das questões com maior carga política desde que procura desempenhar um papel mais importante no política internacional: Poderão os militares japoneses serem enviados para o estrangeiro mesmo em missões de carácter não militar?

Desde que o Japão criou a sua força de auto-defesa depois da II Grande Guerra, tem havido um consenso político quanto aos militares permanecerem em território japonês, em parte devido à determinação constitucional que proíbe a existência de forças de carácter ofensivo e, também, por medo dos vizinhos asiáticos.

Mas, agora o Japão situa-se atrás dos Estados-Unidos entre as maiores nações industrializadas do Mundo, de acordo com um relatório recente do Instituto de Estudos Estratégicos de Londres.

Em resposta a uma pergunta feita no Parlamento Japonês por um membro da oposição, o Primeiro-Ministro disse que se iria iniciar o estudo do envio de forças da autodefesa para o estrangeiro com o propósito de cooperação internacional em caso de catástrofe e para a conservação da paz.

Uma destas missões poderá ser a protecção do plutónio destinado ao Japão para ser utilizado nas instalações nucleares, porque há o receio que os transportes de plutónio poderão, a partir de 1992, ser um alvo preferencial para as acções terroristas.

A marinha japonesa tem a sua acção actualmente limitada a 1000 milhas ao longo das principais rotas marítimas. Por isso, o governo japonês propôs mandar navios desarmados para escoltarem as cargas de plutónio, mas estes serão de pequena utilidade contra os ataques terroristas.

EXECUÇÃO GRÁFICA

DO CEGRAF/Ex — RUA MARQUÊS DE FRONTEIRA — 1000 LISBOA

